



10º CONGRESSO

JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

RESOLUÇÃO POLÍTICA

AVANTE COM ABRIL!

ORGANIZAR LUTAR TRANSFORMAR

JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

WWW.JCP-PT.ORG MAIL@JCP-PT.ORG



JUVENTUDECOMUNISTAPORTUGUESA

AV. DUQUE DE LOULÉ, N.º 11, 1.º ANDAR, 1050-089 LISBOA

T 217 930 973 F 217 969 897

O presente documento é, tal como tudo o que diz respeito ao Congresso da JCP e à nossa organização, produto de um trabalho colectivo dos organismos de direcção da JCP que o submetem para discussão de todos os militantes e todos os jovens que pretendam debatê-lo e melhorá-lo.

A Resolução Política (RP) de um Congresso constitui uma ferramenta fundamental da JCP. Nela se retrata a realidade juvenil no país e no mundo, se analisa o que temos feito e, mais importante do que tudo, se projecta como queremos desenvolver a actividade da organização e como queremos desenvolver a luta face à situação descrita.

Este documento é, simultaneamente, uma fonte de aprendizagem – pois parte do património de discussão passado e presente da organização – e um elemento inacabado, já que a realidade é dinâmica, se altera e reconfigura e assim também a análise e linhas de intervenção sobre a realidade evoluem.

Como tal, a leitura da proposta de RP deve ser feita de forma crítica e atenta por parte de todos e debatida tão exaustivamente quanto necessário e possível no seio da organização, em reuniões abertas, com o espírito de fraternidade e camaradagem que caracteriza os comunistas.

Até ao Congresso da JCP (a 5 e 6 de Abril), todos os militantes e colectivos podem propor todas as alterações que entendam para enriquecer o documento que, após receber os contributos da fase preparatória, será reformulado, discutido e votado pelos delegados do 10º Congresso.

Ao contrário dos que nos procuram impor em quase todas as esferas da vida, o funcionamento da JCP e do PCP é profundamente democrático e pauta-se pela valorização do conhecimento, experiência e opinião de todos e cada um, inser-

indo-os na dinâmica colectiva da organização. Algo que só é possível graças à nossa matriz ideológica – o marxismo-leninismo – e forma de funcionamento, o centralismo democrático, aspectos indissociáveis do projecto transformador que temos e dos objectivos a que nos propomos.

Este documento, organizado em quatro capítulos, pretende fazer a análise das principais questões que afectam e dizem respeito à juventude tanto no plano nacional como internacional, apresentar as nossas propostas nas diversas áreas, analisar a participação da juventude e do movimento juvenil nas suas várias expressões, traçar orientações para a dinamização da luta juvenil e definir as linhas fundamentais para o reforço da intervenção, organização e direcção da JCP.

A afirmação do nosso ideal, da sua actualidade e daquilo que comporta como projecto e garantia de futuro para juventude é colocado como uma necessidade que só faz sentido pelo seu alargamento a mais jovens e pela sua concretização na prática, uma afirmação junto da juventude que contribua de forma decisiva para a sua mobilização para a luta diária pela construção do seu futuro.

No ano em que se comemora o 40º aniversário da Revolução de Abril, a JCP afirma que é preciso projectar os valores de Abril no futuro de Portugal, recuperando todas as conquistas que alteraram profundamente a vida do povo e da juventude portuguesa. Para tal transformação, de cariz revolucionário, necessitamos de organizar a juventude e dinamizar a luta pelos objectivos imediatos e de fundo a que nos propomos. Por isso, afirmamos à juventude portuguesa “Avante com Abril – organizar, lutar, transformar!”

ÍNDICE

1. O mundo em que vivemos, o mundo que queremos	5
1.1. Crise e contradições do capitalismo	6
1.2. Militarização e agressividade do imperialismo	8
1.3. A união europeia e a juventude	9
1.4. Ofensiva ideológica	10
1.5. Resistência e luta contra o imperialismo	12
2. Este país também é para jovens	15
2.1. Evolução das políticas de juventude	16
2.2. Educação	16
2.2.1. Ensino básico e secundário:	17
2.2.1.1. Sistema de avaliação e acesso ao ensino superior	18
2.2.1.2. Condições materiais e humanas	18
2.2.1.3. Vida democrática nas escolas	19
2.2.2. Ensino superior	19
2.2.2.1. Financiamento	19
2.2.2.2. Processo de bolonha	20
2.2.2.3. Acção social escolar	21
2.2.2.4. Gestão democrática	21
2.2.2.5. Ensino superior público universitário e politécnico	22
2.2.2.6. Ensino superior privado	22
2.2.3. Ensino profissional	22
2.2.4. Estágios curriculares	23
2.3. Emprego	23
2.4. Ciência	24
2.5. Participação e movimento associativo juvenil	25
2.6. Defesa nacional	26
2.7. Saúde	26
2.8. Droga e toxicodependência	27
2.9. Alcool e alcoolismo	28
2.10. Direitos sexuais e reprodutivos	28
2.11. Igualdade	29
2.12. Ambiente e qualidade de vida	30
2.13. Interioridade e insularidade	31
2.13.1. Interioridade	31
2.13.2. Insularidade	31
2.14. Habitação	31
2.15. Transportes e mobilidade	32
2.16. Racismo e xenofobia	32
2.17. Imigração	33
2.18. Emigração e jovens luso-descendentes	33
2.19. Cultura	34
2.20. Prática desportiva e actividade física	34
2.21. Liberdade e direitos democráticos	35
2.22. Alternativa que o país e a juventude precisam	35
3. Nas nossas mãos os destinos da nossa vida	37
3.1. Movimento juvenil	38
3.1.1. Movimento estudantil do ensino básico e secundário	38
3.1.1.2. Movimento associativo do ensino básico e secundário	39
3.1.2. Movimento estudantil do ensino superior	40
3.1.2.1. Movimento associativo do ensino superior	41
3.1.3. Movimento dos estudantes do ensino profissional	41
3.1.4. Movimento dos jovens trabalhadores	42
3.1.5. Conselho nacional da juventude (CNJ) e Conselhos Municipais de Juventude (CMJ)	43
3.1.6. Associativismo juvenil de base local	43
3.1.7. Outras formas de participação juvenil	44
3.1.8. Organizações de juventudes dos partidos	44
3.2. Luta da juventude, contributo para a alternativa que queremos construir	44
4. A alegria de viver e de lutar	47
4.1. A base teórica da JCP – o marxismo-leninismo	48
4.2. O papel da JCP e do PCP na sociedade	48
4.3. O projecto do PCP e da JCP	48
4.4. Organização e intervenção da JCP	48
4.4.1. Estilo de trabalho na JCP	49
4.4.2. O trabalho em unidade	49
4.4.3. O recrutamento e enquadramento de novos militantes	49
4.4.4. Militância	50
4.4.5. Os colectivos de base	50
4.4.6. A formação ideológica	51
4.4.7. As Organizações Regionais	51
4.4.8. As Organizações Autónomas	51
4.4.8.1. A Organização do Ensino Secundário da JCP	51
4.4.8.2. A Organização do Ensino Superior da JCP	52
4.4.9. A acção e intervenção da JCP juntos dos jovens trabalhadores	52
4.4.10. A intervenção da JCP junto dos estudantes do ensino profissional	53
4.4.11. Outras linhas de intervenção diversificada	53
4.4.12. Festa do Avante!	54
4.4.13. Política de fundos	54
4.4.14. AGIT – o jornal da JCP	54
4.4.15. A imprensa partidária	55
4.4.16. Propaganda	55
4.4.17. Relacionamento e tarefas institucionais e batalhas eleitorais	55
4.4.18. Actividade internacional	56
4.5. Linhas de orientação para o trabalho de direcção	57
4.5.1. Estrutura de direcção da JCP	57
4.5.2. O Congresso	57
4.5.3. A Direcção Nacional	57
4.5.4. A Comissão Política	58
4.5.5. O Secretariado	58
4.5.6. As Comissões Regionais	59
4.5.7. CNES – Coordenadora Nacional do Ensino Secundário	59
4.5.8. DCES – Direcção Central do Ensino Superior	59
4.5.9. Os colectivos de apoio à direcção central e os grupos de trabalho central	60
4.6. A JCP e o PCP	60
Glossário	61

1. O MUNDO EM QUE VIVEMOS, O MUNDO QUE QUEREMOS

1.1 CRISE E CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

O 10º Congresso da JCP realiza-se num quadro de aprofundamento das contradições sistémicas do capitalismo, que há muito se vinham manifestando, do agravamento da sua crise estrutural que tem na explosão de uma das suas mais agudas crises cíclicas o seu principal elemento e expressão. Os últimos quatro anos confirmam a natureza sistémica da crise do capitalismo e deitam por terra todas as previsões sobre a sua superação.

No capitalismo, há uma contradição insanável entre a produção de todos os bens ser feita de forma colectiva (carácter social da produção) e os recursos necessários à produção – terra, energias, matérias-primas, fábricas etc. - estarem apropriadas por privados (propriedade privada dos meios de produção).

O capitalismo tem demonstrado que é um sistema auto-destrutivo, marcado pela acentuação da contradição entre o capital e o trabalho, entre o carácter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção, entre os monopólios e as camadas não monopolistas, entre as principais potências capitalistas e os países em desenvolvimento. Para sobreviver, o capitalismo necessita de aumentar a exploração, concentrar o capital e destruir forças produtivas, recorrendo para isso aos ataques aos direitos dos trabalhadores, dos povos e da juventude, e às guerras, ingerências e pressões. A fase superior do capitalismo é o Imperialismo, a sua fase actual de agudização das suas contradições.

O caminho apontado pelo “Consenso de Washington”, que se traduz na União Europeia através da “Estratégia de Lisboa” e agora da chamada Estratégia 2020, institucionalizada através do Tratado de Lisboa, encerra consequências profundas para a juventude e os povos: a liberalização de mercados em que as multinacionais controlam 2/3 do comércio mundial; a divisão internacional do trabalho – assente no aumento da exploração, garantindo alguns países como maioritariamente de serviços e outros para a produção a custos reduzidos; a diminuição dos salários e do poder de compra dos trabalhadores, o aumento dos ritmos e horários de trabalho e o aumento da idade da reforma; a mercantilização e privatização das funções sociais do Estado, intensificação dos ritmos de trabalho; ataque ao movimento sindical, estudantil e a criminalização da resistência.

Resultado da divisão internacional do trabalho, a deslocalização de empresas é uma realidade com graves consequências quer para os países de destino (mais exploração), quer para os países de origem (desemprego) promovendo assim a acumulação de capital nas mãos de uma elite que explora a mão-de-obra e os recursos dos países. Por outro lado em consequência da degradação das condições de vida dos povos, milhões de seres humanos são obrigados, um pouco por todo o globo, a recorrer a migrações em busca de sobrevivência. Estes trabalhadores, fragilizados e isolados na sua condição de imigrantes, são vítimas da maior exploração, resultando num aprofundar da exploração dos trabalhadores dos países de destino. As leis

de imigração, em particular da União Europeia e de vários países europeus resultam num verdadeiro atentado à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, legitimando e incitando expressões de racismo e xenofobia.

Juntamente com a necessidade de concertação, evidenciam-se contradições e mesmo conflitos resultantes da concentração de recursos e, meios de produção. A concentração de recursos energéticos, e de combustíveis fósseis em particular, motivaram intervenções militares e estratégias de dominação colonial e neo-colonial, mas também conflitos entre pólos capitalistas.

Nos últimos anos, assistimos ao recurso por parte do Imperialismo a guerras que só serviram para garantir a dominação das grandes potências, os lucros da indústria bélica, a destruição de factores de produção, o domínio sobre recursos naturais. São disso exemplo as guerras no Afeganistão, Iraque, Líbia, o financiamento de mercenários e as ameaças à Síria. Também pela via de pressões e ingerências, o Imperialismo procura impor o seu domínio. As ameaças e ingerências ao Irão, à República Popular Democrática da Coreia, ao Mali, às Honduras, à República Centro Africana, a pressão militar sobre vários países latino-americanos e africanos são disso exemplo. Também as ocupações de territórios com o apoio de grandes potências imperialistas, serve os interesses do capital, como acontece na Palestina e no Sahara Ocidental. Outras formas de pressão, guerra económica, bloqueios comerciais são aplicados um pouco por todo o mundo, com destaque para o bloqueio económico a Cuba, a guerra económica contra a China, a promoção de dependência através da dívida a um grande número de países nas regiões de África, América Latina, Ásia-Pacífico e Europa.

Os países que mais promovem estes ataques constituem uma tríade composta essencialmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelo Japão. Muitos países, incluindo Portugal, estão ainda sob domínio destas potências e do Imperialismo enquanto sistema, estando evidente a submissão da política (seja militar, económica ou social) e mesmo da soberania nacional (como foi posto em evidência com o Pacto de Agressão em Portugal ou nas intervenções da “troika” noutros países europeus) aos interesses económicos, recorrendo a instrumentos internacionais de concertação, regulação e dominação: FMI, Banco Mundial, OMC, OCDE, G8, G20, UE e NATO.

O domínio do Imperialismo apresenta graves consequências sociais para os povos e para a juventude em particular. Nos planos económico e social é cada vez mais evidente o carácter parasitário e desumano do Imperialismo e do capitalismo. Mesmo dispondo de enormes recursos, sofisticados meios de gestão das crises e de uma cada vez maior subordinação dos poderes políticos aos seus ditames, a situação da economia mundial, com o agravamento das assimetrias e desigualdades, apresenta cada vez maiores perigos e instabilidade. Na actual crise, acentuaram-se as assimetrias quer entre os pólos imperialistas, quer no seu seio (de que Portugal é exemplo no quadro da UE).

De acordo com a ONU, o desemprego em 2009 atingia

75,8 milhões de jovens, com 152 milhões de jovens trabalhadores a viver abaixo do limiar da pobreza (24% do total de trabalhadores abaixo do limiar da pobreza).

As contradições do capitalismo também estão bem presentes no acesso e fruição do direito à saúde. Veja-se o exemplo do flagelo da SIDA que, pelas dimensões que atinge à escala planetária, afecta a juventude por todo o mundo. No entanto, o acesso ao seu tratamento e mesmo diagnóstico está dependente não só de grandes recursos económicos, mas sobretudo do acesso às patentes registadas, garantindo uma fonte de negócio rentável. Esta não pode ser ocultada pelas inúmeras campanhas caritativas, que não vão à origem do problema que se prende com o acesso à informação e prevenção e aos meios de tratamentos indicados.

As práticas de criminalidade na actividade económica assumem hoje, à luz da actual crise, contornos mais profundos. A par do aumento do tráfico de seres humanos (particularmente mulheres e crianças), a prostituição, tráfico de armas e órgãos humanos, ganham maior peso a criminalidade económica altamente organizada (que desempenhou um importante papel no desencadear da crise), através do branqueamento de capitais, de complexos mecanismos especulativos ou de concertação de preços. O sector financeiro desempenha um papel destacado, levando à necessidade de levantamento de processos judiciais e mesmo condenações a destacados banqueiros, numa tentativa de culpar um conjunto de práticas individuais não pondo em causa o próprio sistema económico e a tentativa de maximização do lucro por parte do capital como causa.

Também no plano da toxicodependência, a dominação política decorrente do negócio da droga assumiu e assume expressões como: o financiamento com o dinheiro da droga pelos paramilitares colombianos, que assassinam comunistas, sindicalistas e activistas da paz; o uso do discurso do combate ao narcotráfico como pretexto para ingerências e intervenções militares externas, a dominação colonial e neocolonial por parte das grandes potências, o controlo geoestratégico das rotas da droga em regiões como o Médio Oriente, América Latina ou Balcãs, frequentemente garantido pelo uso da força militar e do recurso à guerra. O impacto do narcotráfico na economia mundial tem feito com que não se ataque o problema na raiz, sendo a toxicodependência uma realidade crescente junto da juventude, tendência acentuada pelo agravamento da situação social.

O sistema democrático, desvirtuado no quadro do capitalismo, tem vindo a degradar-se persistentemente, quer por via do distanciamento entre as políticas praticadas e as efectivas aspirações populares, quer pela progressiva limitação à participação popular, cada vez mais exclusiva às eleições. As limitações à participação popular e juvenil são hoje alargadas, com a ilegalização de partidos, organização, movimentos, sindicatos, manifestações, muitas vezes contrariando as próprias leis nacionais, ou mesmo o recurso à tentativa de eliminação física de dirigentes e activistas, como acontece de forma regular em países como a Colômbia ou o Sudão.

A natureza de exploração predatória do capital, seguindo

uma lógica de desperdício e destruição, agrava-se no plano do ambiente, da energia e da soberania agro-alimentar. Nesta área, particularmente pelo perigoso controlo da produção de OGM's (Organismos Geneticamente Modificados) e das patentes de sementes por grandes multinacionais monopolistas, assim como as políticas da UE para o sector, garante-se a dependência externa alimentar de muitos países e a concentração da produção aos países imperialistas como os EUA e a França, entre outros.

No plano ambiental, as consequências têm sido a destruição da camada de ozono, a desflorestação, a erosão e desertificação dos solos, a poluição dos oceanos, as alterações climáticas, a extinção de espécies e diminuição da biodiversidade, colocando em risco o futuro da Humanidade. A lógica de mercantilização de todos os recursos chega mesmo a atingir bens vitais como a água e o ar, levando a grandes mobilizações de rejeição deste caminho por parte dos povos.

A promoção da paz e do desenvolvimento são cada vez mais postos em causa no quadro das contradições inter-imperialistas, que têm resultado numa subversão do papel e da importância das Nações Unidas, quer na prática, quer no conteúdo, privilegiando a NATO em seu detrimento. Assim, a valorização da Assembleia-Geral das Nações Unidas, do seu funcionamento democrático e das suas resoluções, bem como da sua Carta, será um importante contributo para o respeito e a valorização do Direito Internacional.

A realidade descrita nos parágrafos anteriores torna evidente a incapacidade do capitalismo sanar as suas contradições e confirma a actualidade do marxismo-leninismo de que só a superação revolucionária do sistema permitirá superar a sua crise sistémica.

Há que ter em conta que o sistema não cai por si, e os que são responsáveis pela actual situação tudo farão para perpetuar a sua hegemonia recorrendo à guerra, ao terrorismo e a instrumentos repressivos permanentes, procurando aproveitar a sua própria crise para acentuar o aumento da exploração e domínio.

São disso exemplo, o aproveitamento da crise por parte dos governos e de instituições subservientes ao grande capital para aumentar a exploração e atacar os direitos dos trabalhadores (a desvalorização do trabalho, com a diminuição dos salários reais e o alastrar do desemprego e da precarização das relações laborais) como solução permanente, ganhando novo fôlego com novos processos de ataque à soberania, como se passa de forma mais evidente na Irlanda, na Grécia, no Chipre ou em Portugal, onde se assiste ao desmantelamento de largas fatias das funções sociais do Estado a par com o desvio de recursos públicos para o capital, nomeadamente para o grande capital financeiro. O capital prepara-se também para, após um momento de maior agudização da crise capitalista, e numa situação de expansão capitalista, continuar a agressão aos direitos dos trabalhadores, dos povos e da juventude. Aumentar a exploração, colocar os trabalhadores a pagar uma crise da qual não é responsável e manter a economia de casino e especulativa ao serviço do grande capital e da banca, são os grandes objectivos em curso.

Todo este processo se desenvolve num quadro de correlação de forças altamente desfavorável aos trabalhadores e aos povos, com o capital a utilizar todos os seus meios e recursos nesta batalha.

Apesar disso, os povos e a juventude resistem ao Imperialismo e através da sua luta têm conhecido vitórias: a situação internacional tem conhecido importantes focos de resistência e avanços revolucionários ou progressistas, o que põe em causa o avanço da dominação do Imperialismo.

1.2 MILITARIZAÇÃO E AGRESSIVIDADE DO IMPERIALISMO

A militarização das relações internacionais tem-se intensificado nos últimos anos. O mundo contemporâneo encontra-se mais instável e inseguro. A paz tão propagandeada pelas potências capitalistas após o desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é desmentida pela realidade. Hoje somos confrontados com uma situação política internacional marcada pela multiplicação de guerras imperialistas, agressões à soberania dos povos, ingerências e ocupações de Estados, onde as maiores potências capitalistas utilizam o militarismo também como arma de guerra política, económica e social

As potências capitalistas têm nos últimos anos aumentado os seus orçamentos militares e por consequência os seus armamentos e a capacidade destrutiva do seu arsenal atómico. Aqui destacam-se os EUA e os países que integram a NATO. Os EUA apresentam despesas militares que superam a soma das despesas militares da grande maioria dos países no mundo: em 2010 o orçamento militar dos EUA chegou a atingir os 680 mil milhões de dólares. Também países como Israel ou Colômbia têm reforçado o seu armamento militar. Este tem-se diversificado e desenvolvido tecnologicamente, tornando-se cada vez mais mortífero e poderoso. Proliferam ainda as bases militares um pouco por todo o mundo, concretizam-se pelos EUA e pela NATO planos para um «Sistema Anti-Míssil», uma muito perigosa ameaça ao equilíbrio estratégico nuclear e à segurança de todo o planeta, aumenta o cerco a vários países que não se vergam aos interesses imperialistas.

A NATO tem vindo a reforçar-se e a afirmar-se como arma ao serviço do Imperialismo, contando com o apoio da UE na concretização dos seus objectivos. As contradições e rivalidades inter-imperialistas existentes no seu seio têm-se dirimido em nome dos seus interesses comuns de classe, num quadro de clara hegemonia dos EUA. O depósito de armas e de outros recursos militares nos Balcãs e na Geórgia, a reactivação da 4.ª frota americana para a América Latina como forma de intimidação imperialista aos países que nesta região do globo se opõem à política imperialista; a criação de um dispositivo militar de intervenção rápida em África (AFRICOM), o aumento das tropas presentes no continente africano e a construção de novas bases militares no Botswana, o reforço de tropas da NATO (nomeadamente tropas portuguesas) para a costa da Somália sob pretexto de combate à pirataria; o apoio dado à política praticada pelo Estado de Israel em agressão constante contra o povo da

Palestina; o acordo nuclear celebrado entre os EUA e a Índia, bem como o aumento de bases militares no continente asiático, a realização da Cimeira de Lisboa em Novembro de 2010 e de Chicago em Abril de 2012 confirmam o carácter agressivo da NATO, concentram ainda mais a sua estrutura de comando, envolvendo cada vez mais Estados numa estratégia criminoso e belicista.

A NATO adopta conceitos e princípios fascizantes da cartilha de guerra norte-americana nas respectivas doutrinas de segurança nacional e europeia. A segurança do Imperialismo e seus aliados é garantida pela desestabilização de regiões do planeta, pelo incremento da insegurança, perigo e exploração dos países em desenvolvimento.

A natureza, objectivos, métodos e evolução da NATO comprovam o seu carácter de «polícia de choque» do Imperialismo, o que coloca como cada vez mais premente a luta pela dissolução desta estrutura agressiva e belicista para que se concretize efectivamente um futuro de paz e progresso.

A política imperialista de ingerência e militarismo tem conduzido aos mais violentos confrontos militares, com particular intensidade no Médio Oriente. A Faixa de Gaza torna-se cada vez mais palco de atentados contra os direitos do povo palestino, através de bombardeamentos constantes por parte do Estado de Israel, da construção acelerada e forçada de cada vez mais colonatos, da guetização do povo palestino. A agressão à Líbia; as acções de ingerência, agressão armada ou instigação de conflitos num vasto número de países do continente africano, desde o Golfo da Guiné até ao Corno de África; a perversão dos processos de luta popular em países como o Egipto; a tentativa de esmagamento pela força de revoltas populares no Bahrein e no Iémen; a manutenção de facto da ocupação do Iraque e de um Estado de Guerra neste país; a gigantesca campanha de desinformação, desestabilização e agressão à Síria; as provocações e escalada belicista contra o Irão; a agressão sem fim à vista no Afeganistão e a sua extensão ao Paquistão; as provocações à República Popular e Democrática da Coreia; as crescentes tensões nos territórios da ex-URSS visando a Federação Russa; a militarização do Pacífico Sul e as crescentes provocações visando a República Popular da China são alguns exemplos de que quando o Imperialismo sente os seus interesses ameaçados, se considera no pleno direito de intervir em qualquer parte do mundo, utilizando qualquer tipo de chavão como o de “combate ao terrorismo” para desrespeitar a soberania e independência dos povos e para violar os direitos humanos. O Imperialismo prossegue desta forma uma estratégia agressiva e expansionista, que tem como principais eixos um cerco geoestratégico à China, a criação de um «grande Médio Oriente» submetido ao Imperialismo e uma onda recolonizadora do continente africano.

Nos últimos meses, o mundo tem assistido a uma situação muito perigosa na Ucrânia. Servindo-se do legítimo descontentamento popular contra as políticas de recuperação capitalista de sucessivos governos (incluindo do governo então em funções), um descontentamento contra os grandes retrocessos sociais da desastrosa restauração do capitalismo no país após o desaparecimento da URSS,

vários grupos fascistas, apoiados directa ou indirectamente pela UE e pelos EUA, têm operado no país. Estes grupos destituíram um governo eleito, e o apoio da UE a este golpe demonstra bem que esta instituição tem dois pesos e duas medidas, dependendo o seu apoio, não de critérios “democráticos”, como hipocritamente é propagandeado pela UE, mas de qual o lado que melhor serve a agenda imperialista. Neste caso, pretende-se controlar importantes recursos energéticos e aumentar a escala da pressão militar imperialista para assegurar o domínio sobre o leste europeu, intensificando a exploração do povo ucraniano, através de políticas anti-populares, anti-democráticas e xenófobas.

As ingerências são também notórias, por exemplo, nas constantes tentativas de conter, e se possível inverter, processos democráticos e progressistas na América Latina, continente onde se intensifica a reacção subversiva do Imperialismo apoiada pelas oligarquias nacionais e pelos sectores da grande burguesia. Exemplos disso são: o patrocínio do Golpe de Estado nas Honduras e no Paraguai; as tentativas de Golpe de Estado no Equador e na Bolívia; a intensificação da violência, repressão e exploração como acontece no México, Colômbia, Panamá, entre outros. Nos últimos tempos, temos assistido à actuação, patrocinada pela CIA (que tem atacado a Revolução Bolivariana desde o seu início), de grupos fascistas que actuam contra a Revolução Bolivariana e contra o povo venezuelano que, ao contrário do que é mostrado nos meios de comunicação social dominante, tem resistido contra estes grupos, pela defesa das conquistas sociais e pela continuação e aprofundamento da Revolução. Este é mais um exemplo de como o Imperialismo não olha a meios para atingir os seus fins. Outro exemplo de ingerência imperialista é a tentativa de impedimento do processo de Reforma Agrária no Zimbabué. Todos estes exemplos são demonstrações claras da prepotência e hipocrisia do Imperialismo na sua busca constante pelo poder e pelo controlo hegemónico do planeta.

A guerra, as ocupações militares directas; a corrida ao armamento; o aumento dos orçamentos militares por parte dos EUA, Japão e dos países aliados à NATO; o aperfeiçoamento de armas cada vez mais sofisticadas, com maior poder de destruição; a administração da arma nuclear; o reforço da NATO como organização de carácter global ofensivo; a utilização implacável de estruturas supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, Banco Central Europeu, Organização Mundial do Comércio, OCDE, para imposição de políticas favoráveis aos interesses do Imperialismo; o afrontamento do direito internacional e a subversão da ONU; a banalização de práticas criminosas e do terrorismo de Estado (como na Palestina) constituem assim uma tentativa de instaurar uma nova ordem mundial, hegemonizada pelos EUA, UE e Japão, ameaçando a paz mundial e o progresso social, com medidas de agressão aos direitos dos trabalhadores, da juventude e à soberania dos povos.

1.3 A UNIÃO EUROPEIA E A JUVENTUDE

A União Europeia (UE) tem sido, desde a sua origem, um projecto da grande burguesia dos Estados-Membros e do Capital transnacional, em conluio concertado e frequente

entre as forças da direita e da social-democracia. O seu percurso tem sido sempre no sentido do reforço do carácter neoliberal, imperialista e militarista da UE, de uma organização federativa que subjugue cada vez mais a soberania dos povos sobre os destinos e organização dos seus países, da livre circulação de capital, do aumentar da exploração dos trabalhadores e dos povos, e do aprofundamento das condições de rendibilidade do capital, caminhos bem visíveis neste período que nos separa desde o último Congresso, com as grandes potências (nomeadamente a Alemanha) a tentar acelerar o processo de integração capitalista europeu. Depois da firme rejeição a que os povos e os trabalhadores europeus votaram a então denominada “Constituição Europeia” (mudando entretanto de nome para “Tratado de Lisboa” mas mantendo o essencial do conteúdo político, a favor dos grandes grupos monopolistas), a União Europeia elaborou uma nova agenda política e ideológica, o “Horizonte 2020”, criando igualmente os chamados “programas de ajustamento financeiro”, com o objectivo de criar um quadro de constrangimento absoluto a qualquer projecto de desenvolvimento soberano, procurando eternizar a exploração e o empobrecimento dos povos, ao mesmo tempo que transfere para o grande capital colossais recursos.

Neste quadro, a criação do euro confirmou-se, tal como o PCP e a JCP desde o primeiro momento denunciaram, como parte do projecto estratégico de domínio do grande capital e das principais potências capitalistas europeias, um instrumento ao serviço da exploração e empobrecimento dos trabalhadores e dos povos e do aprofundamento da rendibilidade do capital. A opção sobre a manutenção ou saída do Euro é um direito soberano do povo português. A crise em que está mergulhado o Euro reitera a necessidade de uma ruptura com a União Económica e Monetária, assim como com o processo de integração capitalista. O país deve preparar-se para um cenário de saída do Euro (quer por opção, quer forçado por outros países) algo só possível com uma política patriótica e de esquerda que salvguarde os interesses nacionais e que assegure que os custos de tal saída não recaiam sobre os trabalhadores, o povo e a juventude.

O “Horizonte 2020” impõe assim uma nova etapa nos processos de liberalização e privatização de sectores fundamentais, desmantelando a administração pública, promovendo um retrocesso enorme no plano das relações de trabalho, com a diminuição de salários e a destruição dos sistemas públicos de Ensino, Saúde e Segurança Social, numa clara estratégia concertada entre a UE e os governos nacionais ao serviço do capital, de desmantelamento das funções sociais do Estado. No plano do trabalho, por exemplo, é contrariada a concepção do pleno emprego, generalizando a precaridade nos trabalhadores e criando mecanismos e incentivando a sua livre circulação, forçando-os, nomeadamente os jovens, a sair dos seus países. No plano do Ensino, insiste-se nas políticas que actualmente derivam do “Processo de Bolonha”, com a privatização da Educação, e a criação de países de “primeira” e outros de “segunda” no que à formação diz respeito. A UE procura também, em todos os graus, impor um sistema de ensino dirigido não para a formação integral do ser humano, mas antes dirigida apenas para a aquisição de competências, empurrando os filhos dos trabalhadores para vias profissionais e técnicas de

ensino, com grandes entraves no acesso aos mais elevados graus de ensino, copiando modelos muito estruturados e orientados para o mercado. No plano do movimento juvenil, o Fórum Europeu de Juventude e outros programas, ditos de apoio a organizações e/ou plataformas de juventude constituem tentativas de controlo do associativismo juvenil e, imposição de alinhamento com a UE e com a sua agenda neo-liberal, militarista e federalista.

Na continuidade do que sempre foi feito pela UE, com o objectivo de aumentar a ofensiva ideológica, é cada vez maior o investimento para convencer os povos que a integram, e em especial a sua juventude, a sentirem que pertencem ao sistema de integração capitalista europeu, algum dele particularmente dirigido para propaganda anti-comunista, com o intuito de deturpar e reescrever a História.

Procurando sobrepor-se às leis fundamentais de cada país, também no caso de Portugal a Constituição da República Portuguesa (CRP) é profundamente desrespeitada, com a total subserviência do PSD, PS, CDS e a conivência do Presidente da República. O desemprego e a população em situação de pobreza na União Europeia aumentam exponencialmente. Naturalmente, os jovens sentem na pele, estas políticas, vendo cada vez mais distante o direito ao trabalho com direitos, à educação, à saúde, à habitação, à qualidade de vida.

Por sua vez, os chamados "programas de ajustamento financeiro", a par dos mecanismos criados para os implementar (como o "Pacto de Estabilidade", o "Tratado Orçamental", a "Governação Económica, o "Mecanismo Europeu de Estabilidade", o "Fundo Europeu de Estabilidade Financeira", entre outros), com as diversas nomeações que o Capital lhes queira conferir, mais não são do que imposições anti-democráticas de medidas de destruição económica de países inteiros, na senda de uma autêntica neocolonização económica e política. Estas intenções ganham corpo através da Troika internacional, composta por União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, que a pretexto daquilo a que chamam "estabilidade dos mercados" intervêm directamente na vida política, financeira, económica e social dos países, com chantagens e imposições cujos principais objectivos são a retirada de soberania aos povos e o desmantelar dos regimes políticos nacionais e suas especificidades, pois tal é considerado um obstáculo à concentração do poder económico e político. Desde o último Congresso, a Troika internacional estendeu as suas garras à Espanha, à Itália, à Irlanda, ao Chipre, à Grécia e a Portugal, com a total concordância da "nossa" própria Troika nacional (PSD, PS, CDS).

A par destes mecanismos europeus de extorsão, a UE aprofunda também o seu carácter militarista, com a criação dum exército europeu, articulado com a NATO, participando directa ou indirectamente em guerras de agressão (a participação criminosa nas intervenções na Líbia e na Síria, ao mesmo tempo que fecham os olhos à situação na Palestina ou no Chipre, e a adopção de sistemas de vigilância secreta dos povos europeus são disso exemplo), com processos de ingerência e de instigação de conflitos internos e com reforço de medidas repressivas, autoritárias, de controlo e de espionagem. Procura assim manter em seu domínio os

recursos naturais e as fontes energéticas, ao mesmo tempo que tenta controlar e até aproveitar-se dos sentimentos de revolta, e conter a luta dos povos e as inevitáveis explosões sociais e revolucionárias que a situação comporta.

Esta situação insustentável de incerteza, precariedade, miséria e insegurança em que vivem os povos europeus, com particular incidência nos jovens e nos trabalhadores, tem também reflexos no aumento exponencial do racismo e da xenofobia, que associados à campanha da UE contra direitos e liberdades e pelas restrições aos direitos dos imigrantes levam à emergência da extrema-direita na Europa, o que muitas vezes actua com a complacência e até apoio da UE, como se pode ver nos casos do actual governo húngaro.

As políticas da UE afectam a juventude de forma profunda e transversal, sendo notórias na vida dos jovens portugueses as consequências trágicas da subserviência da Troika Nacional aos ditames imperialistas, com uma perspectiva cada vez mais negra de um presente e um futuro dignos. O desemprego na UE atinge 20 milhões de desempregados, dos quais cerca de 6 milhões são jovens, o que corresponde a uma média de 11% de desemprego juvenil. A pobreza atinge na UE 17% da população, o que é contraditório com a propaganda prosperidade e solidariedade da UE.

Vivemos hoje não uma mera crise conjuntural na UE, mas sim uma crise da própria UE e dos seus fundamentos, indissociável da sua natureza, objectivos e função de classe, que determinam o rumo seguido, onde cada novo passo dado na integração europeia procura legitimar o anterior e justificar o seguinte. A União Europeia não é reformável, pois foi e é concebida e concretizada como instrumento supranacional do grande Capital. Por mais que a Social-Democracia e a Direita clamem por "Mais Europa", o que a realidade exige é a ruptura com todo este processo de integração europeia e a sua substituição por uma outra Europa, de cooperação solidária e paz entre os povos dos vários países e pelos direitos de cada povo. Esta Europa só poderá ser construída através da luta, em cada país, dos jovens, dos trabalhadores e do Povo, nomeadamente em Portugal por políticas que constituam uma verdadeira alternativa patriótica e de esquerda, concretizando as conquistas de Abril e com a defesa da CRP.

1.4 OFENSIVA IDEOLÓGICA

Para melhor conseguir atingir os seus objectivos de exploração e dominação, o Imperialismo utiliza uma brutal ofensiva ideológica, que afecta particularmente a juventude. Com os principais meios de comunicação social nas mãos de grandes grupos capitalistas, com os manuais e conteúdos escolares a serem decididos por governos que servem o grande capital, a instrumentalização da arte e da ciência, o poder de formatação e deturpação da realidade está hoje nas mãos do Imperialismo.

Por ser uma camada da população com especial tendência para o questionamento sobre a realidade social, e com especial disponibilidade reivindicativa e revolucionária, a juventude é alvo preferencial da ofensiva ideológica.

Desde cedo os jovens são afectados pela ofensiva ideológica. Ainda na infância, através dos conteúdos aos quais são expostos, as crianças são influenciadas para os valores do individualismo, do conformismo, da suposta "naturalidade" do sistema capitalista. Com a expansão da utilização das redes sociais informáticas, procura-se afastar os indivíduos da interacção humana, tornando os seres humanos cada vez mais dependentes de tecnologias para o estabelecimento de relações afectivas e para a organização colectiva.

Nas sociedades capitalistas, no período em que o jovem forma a sua personalidade, o sistema procura incutir através dos conteúdos ensinados na escola, da publicidade, da televisão, dos livros, dos videojogos, dos filmes, de alguns ensinamentos religiosos, e de todas as formas possíveis, tais valores perversos, procurando que se associe o valor do ser humano às suas posses, aos seus hábitos de consumo, à sua posição nas relações de produção. Procura-se também, através destes meios, instituir uma linha de pensamento único no sentido do propagado "fim da luta de classes", "fim da história", "fim das ideologias", procurando ainda criminalizar quem luta contra este sistema. Exemplo da concretização dessa ideologia é a recente lei aprovada em Espanha que limita de forma inaceitável o direito ao protesto e à manifestação.

Os valores individualistas têm também expressão na ofensiva ideológica contra a organização dos trabalhadores. Procura-se diminuir a consciência de classe dos trabalhadores através de várias tentativas de lhes retirar a identidade operária. Por exemplo, designam-se os trabalhadores de uma empresa como "colaboradores", como se os interesses entre patronato e os trabalhadores não fossem antagónicos, como se já não houvesse luta de classes, afirmando a organização sindical como um entrave ao desenvolvimento de cada "colaborador". Promove-se a precariedade do trabalho como se fosse uma nova e exaltante forma de levar a vida, com a promoção de ideias como a da "flexigurança", do "fim do emprego para a vida", do suposto "regresso permanente à escola", responsabilizando assim os trabalhadores pela sua formação profissional (e retirando essa responsabilidade às empresas), destruindo a estabilidade laboral no sentido de que cada um seja responsável pela sua protecção social em situações de desemprego, doença, gravidez e velhice. Promove-se ideias como o "empreendedorismo", dando a falsa ideia de que com apenas boas ideias, boa iniciativa pessoal e perseverança, é possível aos jovens terem vidas de sucesso empresarial. Fala-se de "meritocracia", como se as condições económicas de cada um estivessem apenas dependentes do seu mérito pessoal, valorizando os ricos e censurando os pobres. No ensino, promove-se os valores da competição individual, sob a falsa capa da "excelência" e do "rigor".

Procura-se apagar da história as grandes lutas protagonizadas pela humanidade pela sua emancipação, como se o capitalismo sempre tivesse existido e sempre fosse existir, e não fosse uma fase na evolução da sociedade, com particular incidência para o apagamento das grandes vitórias alcançadas pelos trabalhadores e pelos povos no século XX, nomeadamente na construção de sociedades socialistas, que pela primeira vez abriram caminho a uma

sociedade sem exploração. O apagamento de tais vitórias serve para justificar a ideologia da inevitabilidade do capitalismo e da exploração.

Em cada país capitalista apaga-se também da história o papel do movimento operário, do movimento comunista, do movimento estudantil, da luta dos trabalhadores, dos povos e da juventude na conquista de direitos sociais, na resistência às ofensivas do capital, no derrube de ditaduras fascistas. Procura-se reabilitar a social-democracia como suposta alternativa, apesar do seu compromisso cada vez mais evidente com o grande capital e com o Imperialismo. Nos manuais e conteúdos escolares faz-se uma gigantesca campanha anti-comunista, através do revisionismo histórico, do branqueamento do fascismo e da fraudulenta e obscena equiparação entre fascismo e comunismo. Enaltecem-se sentimentos nacionalistas, racistas e xenófobos, procura-se encaminhar o justo descontentamento da juventude para tais sentimentos, ou para o conformismo, ou para falsas alternativas que não põem em causa o sistema capitalista.

Realizam-se campanhas de desinformação e deturpação da realidade que procuram justificar perante a opinião pública ingerências e guerras, como aconteceu recentemente para a guerra do Afeganistão, Iraque e Síria. Ao mesmo tempo encobre-se as acções criminosas do Imperialismo e das grandes potências por supostas "causas humanitárias" ou para "defender a democracia ocidental", "lutar contra o terrorismo", chegando mesmo a procurar confundir o agressor com o agredido.

O sistema cria também válvulas de escape para o descontentamento e para as genuínas aspirações de transformação social sentidas pelos povos e pela juventude. Fâ-lo enaltecendo a "função social das empresas", a "responsabilidade de cada um para mudar o seu mundo", restringindo as formas de intervenção na sociedade às opções individuais de consumo, à reciclagem, à caridade como solução para a pobreza visando apenas mitigar a miséria com vista a estancar a revolta. Tais mecanismos procuram desresponsabilizar os Estados pelo seu papel de garantia das condições de vida da população, produzir avultados lucros para as grandes multinacionais da caridade, escoar excedentes de produção e testar produtos nos países mais pobres, perpetuar a situação de pobreza e dependência da caridade. Recentemente, as lógicas caritativas têm sido promovidas de forma mais agressiva pelas grandes instituições do Imperialismo, pela comunicação social dominante, pelo ensino e por muitos dos sectores mais reaccionários da sociedade, com especial destaque para organizações ligadas ao alto clero.

Outra válvula de escape do sistema é o grande ênfase dado a movimentos ditos inorgânicos, que segundo os grandes meios de comunicação social e as tendências académicas dominantes, estariam a substituir a luta organizada dos trabalhadores, do povo e da juventude, estas últimas consideradas "desactualizadas", "esquemáticas", "pouco atractivas" e "dominados por partidos". Muitos destes movimentos ditos inorgânicos tiveram apenas expressão de massas porque lhes foi dada uma visibilidade mediática incomparável com as parcas referências a outras manifestações, e apenas quando suportadas por

esta “bolha” mediática tiveram sucesso. Quando tais movimentos interessaram ao capital para descredibilizar a luta organizada e consequente, foram suportados pelos grandes meios de comunicação; quando tais mobilizações deixaram de interessar ao capital (em alguns casos porque representaram genuínas expressões de descontentamento e de luta de massas que poderia pôr em causa o sistema), simplesmente deixaram de ter visibilidade e não tiveram adesão, servindo até para a comunicação social concluir clinicamente que o descontentamento estava a esmorecer. É de destacar o percurso de alguns dos líderes destes movimentos ditos “inorgânicos”, que após a sua breve passagem nestes movimentos integraram-se totalmente na orgânica do sistema dominante, como é o caso de dirigentes do chamado “Occupy Wall Street” que hoje são quadros destacados do Partido Democrata dos EUA, que apoia o governo criminoso de Barack Obama. Regista-se também um grande enfoque mediático em situações de violência que se desencadeiam em acções chamadas “inorgânicas” e não só, promovidas por grupos inexpressivos mais identificados com a violência inconsequente do que com a luta dos povos, muitas vezes contando com agentes infiltrados para justificar essas situações e assim ocupar espaço mediático.

O racismo e a xenofobia permanecem como instrumento ideológico para justificar ofensivas sobre os direitos dos trabalhadores, dividindo e manipulando, principalmente nos momentos de crise, onde povos, etnias, religiões, credos, comunidades ou camadas sociais são apresentados como causa dos problemas sociais.

Com o agudizar da crise procurou-se projectar a ideia que os povos dos países do sul da Europa são os culpados pela crise que o capitalismo atravessa, argumentando que estes são preguiçosos e laxistas. A sigla “PIGS” para agrupar Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha é mais do que uma simples coincidência linguística, antes traduz a procura de dividir os povos da Europa, atacando assim os direitos não apenas de uns ou outros, mas de todos.

Na tentativa de silenciamento e deturpação do carácter revolucionário e progressista do movimento juvenil, o grande capital e os governos ao seu serviço criam Fóruns internacionais e regionais que pela sua composição, funcionamento e conteúdo não são mais do que uma forma de legitimação das políticas capitalistas. Exemplos disto são as cimeiras de juventude UE, África/EU, Países do Médio Oriente e Ibero americana, assentes na estrutura e/ou em organizações com ligações à IUSY (União Internacional da Juventude Socialista) e à IFLRY (Federação Internacional de Juventude Liberal), cujas conclusões são apelos aos líderes dos governos, fazendo da participação da juventude um mero acto de cosmética, de legitimação das decisões tomadas posteriormente pelos representantes dos Governos. Apesar da sua natureza e do aprofundamento do seu carácter militarista, a UE foi “galardoada” com o Prémio Nobel da Paz em 2012, numa tentativa de iludir e mascarar o carácter imperialista desta instituição.

Estas ofensivas demonstram que o Imperialismo é um sistema mundial muito forte, que aplica em cada país os mais ardilosos planos para impor a sua dominação, adaptando-se aos diferentes contextos. Demonstram

também que o Imperialismo está ciente do grande poder transformador da luta dos trabalhadores e dos povos, das grandes potencialidades revolucionárias da juventude, e por isso precisa de recorrer à ofensiva ideológica.

Com o desenvolvimento da luta, com o alcance de vitórias das mais pequenas às maiores, com a alteração da correlação de forças em cada país e a nível mundial, com o estreitamento da base de apoio do capitalismo, com a consciencialização dos trabalhadores, do povo e da juventude, estaremos a contribuir para contrariar a ofensiva ideológica.

1.5 RESISTÊNCIA E LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

O agravamento da crise do capitalismo, o respectivo incremento da sua agressividade e da avidez das grandes potências e dos grandes interesses económicos pelos recursos mundiais, comportam enormes ameaças para as conquistas dos trabalhadores e dos povos, para o progresso e para a paz. Contudo, a luta e resistência dos povos abrem novas perspectivas de avanços progressistas em vários países.

No quadro mundial actual, grandes perigos resultantes da ofensiva do Imperialismo – novas e cada vez mais destrutivas guerras, o aumento da exploração, a brutal degradação das condições de vida dos trabalhadores – convivem com grandes potencialidades de resistência ao Imperialismo e de desenvolvimento da luta pela sua derrota: abrem-se novas frentes de luta, eleva-se a consciência social e política dos trabalhadores e da juventude, agudiza-se a luta, camadas sociais outrora conformadas com o sistema juntam-se à luta. Vivemos pois num quadro de grande complexidade, de resistência e acumulação de forças para o desenvolvimento da luta revolucionária.

A situação política e social que enfrentam os diferentes povos, países e regiões do mundo submetidas ao imperialismo é bastante diversa. Há, no entanto, um elemento comum em todos eles: o papel importante da juventude nos processos de luta e de resistência. Seja nos países onde resistem e se consolidam projectos socialistas ou progressistas, nos países submetidos aos ditames do Imperialismo ou nos países e regiões sobre agressão, a juventude luta e resiste!

A luta anti-imperialista da juventude assume expressões muito diversas consoante os diferentes processos em cada país.

Há países onde o Imperialismo se manifesta através dos ataques aos direitos dos trabalhadores, dos povos e da juventude, procurando impingir retrocessos sociais no plano do trabalho, da educação, da saúde, das liberdades democráticas. Nesses países, nos quais se inclui Portugal, a juventude participa activamente na luta contra tais intenções do Imperialismo. Existem vários exemplos de grandes processos de luta empreendidos por movimentos estudantis em defesa da Educação, como é o caso das grandes manifestações no Chile, em Espanha, em França,

Áustria, Alemanha, entre outros. Em vários países europeus, também os jovens trabalhadores participaram de forma vigorosa na luta contra os ataques à classe trabalhadora, como em Portugal, na Grécia.

Em outros países a luta anti-imperialista da juventude é realizada sob forte repressão por parte de governos e forças reaccionárias ao serviço do Imperialismo. Tal acontece em países como o Sudão, onde centenas de jovens foram assassinados por lutarem pelos seus direitos, a Colômbia, onde estudantes e sindicalistas são assassinados pelo Estado e pelos paramilitares da ultradireita. Milhares de jovens lutam ainda contra a ocupação e a opressão nacional, enfrentando também grande repressão, como acontece na Palestina, no Sahara Ocidental.

Muitos jovens enfrentam nos seus países a mais violenta face do Imperialismo: a guerra. É essa a situação dos jovens afegãos, iraquianos, líbios, são essas as ameaças com as quais estão confrontados os jovens sírios, iranianos e coreanos, cujos países estão a ser constantemente ameaçados pela guerra imperialista.

O povo sírio enfrenta já desde 2011 uma dita Guerra Civil que, no entanto, é promovida por outros países, como Israel, EUA, França, Reino Unido e outros. Contudo, o movimento de solidariedade internacional levado a cabo pelas populações de vários países, as posições tomadas por alguns governos opondo-se à guerra e, sobretudo, o extraordinário exemplo de coragem e heroísmo dados pelo povo sírio conseguiram impedir os desígnios belicistas. A resistência do povo sírio, e da sua juventude em particular, contra a destruição do país pelas potências capitalistas mundiais demonstrou que a unidade do povo na luta pela paz pode fazer parar até a mais poderosa máquina de guerra em andamento. No entanto ainda se mantêm as maiores ameaças sobre a República Árabe da Síria e toda a solidariedade é necessária para que o povo sírio possa vencê-las, voltar a viver em paz e reconstruir o seu país. Uma das componentes importantes da luta anti-imperialista é a solidariedade internacional, como este exemplo demonstra!

Nos últimos anos assistimos a movimentos sociais de massas em vários países árabes e do Médio Oriente que levaram à queda de regimes reaccionários (Tunísia, Egito) enquanto outros foram e são duramente reprimidos pelos governos (Turquia, Bahrain). Um elemento comum a todos eles foi a participação maciça da juventude destes países nas lutas, nas revoltas e nas manifestações. Contudo as manobras imperialistas tentaram desde cedo aproveitar-se e condicionar estes movimentos, retirando-lhes muitas das condições para conquistas mais profundas no plano político, económico e social. Entretanto, os principais países imperialistas continuam a garantir a permanência de regimes profundamente reaccionários em muitos países da região.

Há também países onde a luta anti-imperialista conseguiu importantes vitórias para os trabalhadores, os povos e a juventude. Países onde a luta passou da resistência, para a fase da conquista de novos direitos, onde a juventude luta contra as ameaças do Imperialismo e pela defesa e aprofundamento de processos de carácter progressista. Tal

é a luta da juventude cubana, que defende orgulhosamente o socialismo contra o bloqueio e as ameaças dos EUA, e também de outros países que têm avançado em processos anti-imperialistas, como a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Equador, El Salvador, a Nicarágua, a Venezuela e o Uruguai. De notar que apesar dos avanços conquistados, a repressão às forças mais militantes da luta mantém-se por parte da reacção imperialista, como demonstra o assassinato do secretário-geral da Juventude Comunista do Equador Edwin Perez em 2010.

Num quadro mundial caracterizado por uma grande dominação do Imperialismo, ganham especial importância processos de carácter progressista, cuja afirmação de soberania face ao Imperialismo e alinhamento com outros países anti-imperialistas põe em causa os interesses das grandes potências do Imperialismo. Vários países da América Latina integram-se neste espaço, e as vitórias conseguidas abrem caminho a transformações sociais mais profundas, pois aumentam a consciência nas massas de que a luta é o factor para as transformações sociais e assim alteram positivamente a correlação de forças. Em 2013, ocorreram no Brasil enormes manifestações, cuja maioria dos participantes eram jovens. Apesar de tentativas de deturpação e instrumentalização, o que se destaca é a capacidade da juventude brasileira continuar a luta pelo aprofundamento da soberania e justiça social no seu país, procurando resolver a seu favor algumas das contradições que este interessante e complexo processo tem demonstrado.

A JCP considera a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), da qual faz parte, a grande organização que representa a frente anti-imperialista da juventude, juntando dezenas de organizações de todos os continentes que lutam abnegadamente nos seus países contra o Imperialismo e pela Paz. Desde o 9º Congresso da JCP, têm vindo a ser dados passos importantes no reforço da FMJD. A 18ª Assembleia da FMJD, que se realizou em Lisboa em Novembro de 2011, acolhida pela JCP, foi um importante marco no reforço que a FMJD tem verificado nos últimos anos, tendo sido a maior Assembleia nos últimos 20 anos, onde foi reafirmado o carácter anti-imperialista da Federação, e aprovadas linhas de trabalho para o aprofundamento da ligação da FMJD com as suas organizações-membro e com as massas juvenis, conclusões que são elas próprias um passo importante na luta anti-imperialista. Também as diversas campanhas realizadas pela Federação, das quais destacamos as campanhas de solidariedade para com a Palestina, o Sahara Ocidental, a Síria, a Líbia, assim como as várias reuniões e declarações da FMJD, as adesões de novas organizações-membro, são sintomáticas de um reforço sustentado da FMJD, que importa continuar a aprofundar como factor fundamental para a derrota do Imperialismo.

Também os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes (FMJE) são acontecimentos da maior importância para o reforço da luta anti-imperialista da juventude, pois juntam a cada edição as forças mais vivas e militantes da juventude mundial e representam um grande estímulo à luta em cada país e momentos de grande solidariedade internacionalista. O 17º FMJE, que decorreu em 2010 na África do Sul, a pátria de Mandela, foi o primeiro Festival a decorrer na África

subsariana, testemunhando o crescimento da FMJD e das organizações que compõem o movimento dos Festivais na região. Um Festival de grande dimensão e combatividade que representou um passo importante no reforço da luta anti-imperialista e do Movimento dos Festivais. O 18º FMJE decorreu em 2013 no Equador, juntando no centro do mundo mais uma vez milhares de jovens de dezenas de países. O facto do Festival se ter realizado apenas 3 anos após a edição anterior demonstra o prestígio que o Festival tem alcançado, o seu crescente dinamismo, assim como a sua importância enquanto demonstração de solidariedade para com povos que alcançam vitórias na luta anti-imperialista. O reforço do movimento dos Festivais é importantíssimo para aumentar o caudal da luta anti-imperialista, sendo cada Festival um ponto de chegada e de partida para a luta em cada país contra o Imperialismo, pela Paz e pela Solidariedade.

No actual quadro mundial de resistência ao domínio hegemónico do Imperialismo assume particular relevo os vários países que afirmam a construção do Socialismo – China, RPD Coreia, Cuba, Laos e Vietname. Estes países, apesar das dificuldades enfrentadas, das críticas, distorções e manipulações (às vezes caricaturais) sobre eles veiculados, das especificidades e caminhos definidos por cada um, jogam um importante papel na contenção da dominação imperialista. Estes países têm grandes diferenças entre si, no seu grau de desenvolvimento e organização da economia, na situação social, na cultura, no papel do partido e na sua ligação às massas, nas prioridades das suas tarefas nacionais, com problemas e contradições que são, por um lado inerentes aos próprios processos, e por outro resultantes da pressão económica e financeira do capitalismo e da sua crise.

É importante referir que há nestes processos também elementos que nos provocam inquietação e mesmo discordâncias, algumas delas de princípio, nomeadamente no que diz respeito à organização económica – como opções que conduzam ao surgimento de uma burguesia nacional que, fortalecendo-se, tenderá a reclamar o poder - e ao sistema político – como o enfraquecimento da participação criadora das massas e da dimensão democrática do partido e do Estado. Temos presente que não existem vias únicas para a construção do socialismo e que as particularidades, o percurso e a história de cada povo são factores fundamentais para o seu caminho para o socialismo. Denunciamos a actuação do Imperialismo, que procura realizar ingerências, agressões, desestabilizações, com o objectivo de contrariar ou mesmo incorporar no seu sistema de exploração e domínio estes processos.

A luta contra o Imperialismo assume as mais variadas formas: uma luta por uma questão específica de uma escola, pelo direito à educação, contra os abusos da entidade patronal numa empresa, pelo respeito pela contratação colectiva, uma luta contra o desemprego e pelos direitos dos trabalhadores, uma demonstração de solidariedade internacionalista para com outros povos que estão em luta, a luta pela Paz, a luta de um povo inteiro em defesa da sua soberania são tudo formas de luta anti-imperialista e cada uma, se alcançar vitórias, à sua escala, contribuirá para impedir a dominação do Imperialismo.

O maior contributo que qualquer organização pode dar para o sucesso das lutas progressistas e de libertação dos outros povos do mundo é através do reforço da luta do seu próprio povo. Enquanto organização revolucionária da juventude portuguesa, a JCP, e os jovens comunistas, continuarão a estar na linha da frente das lutas da juventude portuguesa, contribuindo para a resistência ao imperialismo em Portugal, na Europa e no mundo.

O capitalismo é um sistema sem futuro, cujas contradições só permitem que este sobreviva à custa da exploração, da pilhagem dos recursos, da dominação e da guerra. Construindo unidade em torno da frente anti-imperialista da juventude, afirmamos a necessidade e urgência da superação do capitalismo.

A vida tem demonstrado que o capitalismo não é o fim da história, que os povos não se conformam à ordem mundial imperialista e que, por longo que possa ser o caminho, vivemos na época histórica de passagem do Capitalismo ao Socialismo, inaugurada pela Revolução de Outubro. As experiências de construção do socialismo são uma sólida base para a nossa certeza de que é possível e necessária a construção de uma sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. Reconhecendo a existência de leis gerais do processo revolucionário, afirmamos que não há nem pode haver modelos de revolução e de socialismo e que as vias para a conquista do poder e as soluções concretas de edificação da nova sociedade não se exportam nem copiam. Cada povo chegará ao Socialismo por caminhos diversificados e a nova sociedade será construída de acordo com as condições concretas de cada país. A luta da classe operária, dos trabalhadores e da juventude em cada país e em todo o mundo, pelos seus direitos e aspirações, é o caminho para fomentar e desenvolver as potencialidades revolucionárias e assim caminhar para a construção do socialismo e do comunismo. Estamos certos de que só o socialismo cumprirá as aspirações e os sonhos da juventude, onde os jovens poderão cumprir todo o seu potencial criador e transformador, num mundo de paz e cooperação, sem exploradores nem explorados, rumo ao comunismo, que o nosso Partido define como “sonho milenário da humanidade progressista, sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes na qual o trabalho será não apenas uma fonte de riqueza mas uma actividade criadora e uma fonte de alegria, de liberdade e de valorização pessoal e na qual a paz, a saúde, a cultura, o repouso, o recreio, um meio ambiente equilibrado, a acção colectiva e o valor do indivíduo serão componentes da felicidade humana.”

2. ESTE PAÍS TAMBÉM É PARA JOVENS

2.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Os jovens portugueses enfrentam, desde o último Congresso, uma das mais graves ofensivas contra os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Esta destruição dos direitos, dos serviços públicos, da capacidade produtiva do país bem como as privatizações, são fruto da conjugação das políticas de direita impostas pelos partidos que nos tem governado, PS, PSD e CDS-PP e do comprometimento destes com o chamado “Memorando de Entendimento”, verdadeiro Pacto de Agressão que coloca em causa a soberania e o desenvolvimento do país.

Como consequência desta política, a precariedade, o desemprego e a pobreza alastram e são milhares os jovens a quem é imposta a emigração forçada, sendo uma das maiores exigências da juventude portuguesa o reconhecimento do direito a permanecer no seu país, trabalhando, vivendo e vendo reconhecida a sua capacidade reivindicativa e interventiva, sem o controlo da sua acção e potencial transformador que se observa de forma cada vez mais flagrante.

Avançaram a passos largos: o desmantelamento da Escola Pública, a privatização e elitização do Ensino Superior, a negação do trabalho com direitos, do acesso à Habitação, a mercantilização da Cultura e do Desporto, o ataque às liberdades e aos direitos democráticos.

Há hoje centenas de milhares de jovens que, excluídos do sistema educativo e sem qualquer perspectiva de encontrar emprego, vêem hipotecados os seus direitos. Tal realidade traduz uma política de desvalorização do papel e energia dos jovens portugueses, a geração mais qualificada de sempre, mas também a mais atingida nos seus direitos. Ao contrário do que se procura impor, estes jovens não representam uma nova categoria social (“nem, nem”), eles são desempregados, ainda que não constem nas estatísticas oficiais e que haja situações em que o mais apropriado fosse a reintegração no sistema educativo, ao invés do lançamento precoce no mundo do trabalho.

A JCP rejeita esta categorização, pois ela visa ocultar e distorcer o problema de fundo: esta “desocupação” forçada dos jovens só interessa à classe dominante que assim vê disponíveis milhares de jovens para aceitar emprego em quaisquer condições, sem direitos. O exemplo dos muitos jovens forçados a trabalhar durante períodos muito curtos do dia ou períodos irregulares (os chamados “biscates”) é revelador do que acima se caracteriza.

Apesar das graves limitações a que tem sido sujeito o Poder Local Democrático (cortes no financiamento, destruição de freguesias, etc.) o trabalho das autarquias CDU marca a diferença em várias áreas (ambiente, cultura, etc.), permitindo às populações uma qualidade de vida superior à das restantes autarquias. Tal facto não apaga, antes destaca, a profunda e generalizada ofensiva a que o povo e a juventude portuguesa estão sujeitos, as contradições e injustiças inerentes à política de direita e ao sistema capitalista.

2.2 EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental, uma condição determinante para a emancipação individual e colectiva, bem como para o desenvolvimento económico e social do país.

A sua concretização é inseparável da existência de uma Escola Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática para todos, pilar do regime democrático e conquista de Abril, que assegure a todos os jovens, independentemente das suas condições económicas e origem de classe, o acesso a todos os graus de ensino e o desenvolvimento da cultura integral do indivíduo.

A política de direita praticada há 37 anos por estes partidos assume nesta fase relativamente à Educação um objectivo estratégico central para o capital: a recuperação (como existia no fascismo) de um sistema de ensino dual dividido entre via técnica e profissional e via dita “geral” com acesso aos mais elevados graus de ensino. Divisão de classe com base nas condições sócio-económicas que se verifica em todos os graus de ensino. A primeira para os filhos dos trabalhadores e a segunda para os filhos da burguesia. Ricos e pobres. Fazendo corresponder as elites económicas às elites do conhecimento.

Para o sistema capitalista, a Educação serve como ferramenta para a sua perpetuação através do domínio ideológico que possibilita e das desigualdades sociais que contribui para manter e aprofundar. Esta é ainda vista como um negócio lucrativo, dos maiores do mundo, justificando a crescente tendência para a sua privatização.

A defesa do ensino dual (escola/empresa) e do ensino vocacional pretende seriar desde muito cedo quem prossegue estudos e quem aprende um ofício, segundo as suas condições sócio-económicas.

Nos últimos quatro anos intensificou-se a concepção de que o ensino (organização, currículos, ciclos) deve corresponder às “necessidades do mercado de trabalho” (poder económico) e não às necessidades de desenvolvimento do país. Desta concepção de profissionalização do ensino decorre a aposta na “formação para competências” em detrimento do conhecimento e da cultura integral do indivíduo. Nas escolas do Ensino Básico e Secundário generalizou-se o ensino vocacional e cursos profissionalizantes, entrando depois estes estudantes, na maioria dos casos, directamente no mercado de trabalho como mão-de-obra pouco qualificada e facilmente explorada ou acedendo, sendo a excepção e não a regra, à continuidade dos estudos no Ensino Superior.

O actual Governo, através do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, utiliza a falácia da liberdade de escolha para destruir a Escola Pública e favorecer directa e indirectamente a Escola Privada. Seja através de financiamento público directo às famílias, seja encerrando turmas na escola pública e abrindo na escola privada. “Acresce a tudo isto um processo para por fim à escola inclusiva, com a destruição do Ensino Especial. Exemplo disto é a falta de infraestruturas, em muitas escolas,

que permitam a estes estudantes ter uma educação de qualidade.”

À desresponsabilização do Estado com a educação tem correspondido um aumento significativo das despesas para as famílias, levando as instituições de ensino ao sufoco financeiro, aumentando a falta de condições materiais e humanas. Nos vários graus de ensino, o acesso à educação não está ao serviço dos estudantes das regiões e do país, levando a que para aceder aos cursos desejados, milhares de estudantes se vejam obrigados a deslocações de concelho para concelho, ou de região em região, sem apoios e prejudicando a sua vida.

O Ensino Superior está mais elitizado: as propinas e o seu elevado custo, alojamento, alimentação, material escolar e transporte, associado à profunda limitação da Acção Social Escolar (ASE) e redução do número de bolsas atribuídas, tem levado ao abandono dos estudos por muitos estudantes devido a dificuldades económicas. Esta realidade obriga muitos estudantes na escolaridade obrigatória e no Ensino Superior a procurar trabalho para pagar os estudos. Aliás, tem sido crescente o número de estudantes trabalhadores e decrescente o número de trabalhadores que volta a estudar para completar a sua formação.

A defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade para todos enquanto pilar do regime democrático é inseparável da luta pela defesa das funções sociais consagradas na Constituição.

2.2.1 ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO:

Num contexto de alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano e aos 18 anos seriam necessários ainda mais meios materiais e humanos e não a sua redução.

Entre 2011 e 2014, o Governo PSD/CDS aplicou um corte no financiamento público no Ensino Básico e Secundário de 1.327,7 milhões € (- 23,6%), com consequências concretas na degradação da qualidade do ensino e das condições materiais e humanas das escolas.

Medidas como: a desvalorização da carreira docente, o agravamento da precariedade e do desemprego, a destruição do regime de gestão democrático das escolas; o encerramento de escolas e criação de mega-agrupamentos (desde 2010 foram criados 318); o aumento do número de alunos por turma.

A estas medidas acresce o fim do passe 4_18; a privatização de bares e cantinas; o aumento dos custos com manuais escolares; a diminuição dos apoios da Acção Social, abrangendo cada vez menos estudantes e chegando cada vez mais tarde aos mesmos; a grave falta de funcionários, psicólogos e outros técnicos. Apesar da regulamentação da lei da Educação Sexual ter sido aprovada em 2010, a sua não aplicação persiste devido à falta de meios materiais e humanos necessários em todas as escolas.

A suspensão das obras da Empresa Parque Escolar em 50 escolas originou situações de autênticos estaleiros

a coexistir com aulas em funcionamento, levantando problemas de segurança e de falta de condições. Para além disto, existem escolas recentemente intervencionadas pela Empresa Parque Escolar e que já apresentam problemas materiais.

Tal como chamámos a atenção na altura, o modelo de gestão empresarial da Empresa Parque Escolar visa a desresponsabilização do Estado e a privatização da gestão e realização das obras, criando um negócio lucrativo com o pagamento das rendas e possibilitando a alienação do património das escolas intervencionadas (o Ministério da Educação pagou à Empresa Parque Escolar por cada escola em média 320 mil euros por semestre).

O anterior Governo PS, no âmbito da Estratégia 2020, assumiu o compromisso de encaminhar 50% dos alunos para as vias profissionalizantes. O actual Governo PSD/CDS aprofunda este caminho de desvalorização da via unificada do sistema educativo e de triagem dos alunos em função da sua origem de classe e condições sócio-económicas.

À margem da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Governo PS e o actual Governo PSD/CDS implementaram 2 vias distintas dentro da escolaridade obrigatória: “via de prosseguimento de estudos” e “ensino dual” (ensino vocacional 2.º ciclo; ensino vocacional 3.º ciclo; ensino vocacional secundário; cursos profissionais do ensino secundário, cursos de Educação Formação). No ensino dual, os alunos passam até 40% do seu tempo curricular nas empresas.

A via de prosseguimento de estudos é a única que assegura um currículo de acesso ao Ensino Superior. O ensino dual representa uma concepção de que na escolaridade obrigatória o aluno deve ter formação profissional em detrimento do acesso ao conhecimento nas suas múltiplas vertentes. Nestas vias, a componente geral, científica e específica dos currículos é profundamente desvalorizada. Os alunos das vias profissionalizantes, muitas vezes ocupando as áreas mais degradadas das escolas, estão sujeitos a uma carga horária superior, a um regime de faltas mais exigente, e para efeitos de acesso ao Ensino Superior, são obrigados a submeter-se a exame de disciplinas que nunca tiveram no seu currículo. Estes alunos são ainda obrigados a frequentar uma formação em contexto de trabalho, na maioria das vezes ocupando postos de trabalho permanentes e assim suprimindo necessidades das empresas a custo zero.

Em 2001, cerca de 30 mil estudantes estudavam em cursos profissionais de secundário. No ano lectivo 2012/2013 cerca de 113 mil estudantes estavam inscritos em cursos profissionais. O crescimento tem sido constante e acentuou-se desde 2005, quando a oferta de cursos profissionais foi generalizada a todas as escolas básicas e secundárias públicas. Hoje, 42,4% dos estudantes está nas vias profissionais.

A implementação do ensino dual significa a triagem do acesso ao conhecimento em função do rendimento ou da classe social do agregado familiar, contrariando a LBSE e a Constituição.

2.2.1.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O sistema de avaliação existente no actual sistema educativo é baseado na desvalorização profunda da avaliação contínua e na absolutização dos exames e provas nacionais.

Este sistema de avaliação injusto é centrado em exames e não nas aprendizagens e nas condições de cada estudante, acentuando as desigualdades entre os estudantes e não cumprindo o princípio da formação integral do indivíduo, afastando todos os anos milhares de estudantes do Ensino Superior.

Ano após ano tem aumentado a imposição das Provas Nacionais e Exames Nacionais. O actual Governo PSD/CDS criou o exame de 4º ano e 6º ano e criou a Prova Nacional do 9º ano. Estas provas e exames não têm como objectivo avaliar realmente o conhecimento adquirido pelo aluno ao longo do seu percurso escolar. Com as provas nacionais no Ensino Básico filtra-se aqueles que vão para o ensino vocacional ou profissional e os que ficam no ensino regular, e com os exames nacionais filtra-se o acesso ao Ensino Superior através de um exame que vale 30% da nota final e pode ir até 60% caso seja uma disciplina específica. Problema agravado com a abrangência da matéria dos 3 anos, a obrigatoriedade de realização dos exames na 1ª fase, com o pagamento da inscrição na 2ª fase de exames e com a necessidade de frequentar aulas e adquirir materiais e manuais extra.

Ao ensino artístico especializado foi imposto, no ano lectivo 2012/2013, a realização do Exame Nacional de Português e de Filosofia, impondo a obrigatoriedade de atingir a nota mínima de 9,5 valores. Esta opção do Governo PSD/CDS desvaloriza o plano curricular específico do ensino artístico especializado. Também os estudantes da via profissional são alvo de uma profunda discriminação, pois foi-lhes igualmente imposta a realização do Exame Nacional de Português. A este problema acrescenta-se ainda a grande dificuldade de estes estudantes não terem nos currículos disciplinas às quais serão obrigados a ir a exame, ficando assim quase automaticamente excluídos do acesso ao ensino superior.

Mas os estudantes, através da luta, opuseram-se a esta ofensiva, fazendo o Governo recuar. No caso dos estudantes do ensino artístico especializado, foi impedida a obrigatoriedade do Exame Nacional de Filosofia e, no Ensino Profissional, não foi implementado o exame a disciplinas possivelmente não frequentadas pelos estudantes. Este recuo apesar de se aplicar este ano pode não ser definitivo.

Para além dos exames e provas nacionais, os estudantes são constantemente sujeitos a momentos de avaliação pontuais que detêm grande peso na nota final, como os testes regulares e os testes intermédios. Assim se põe de parte a avaliação contínua, a aferição da aquisição de conhecimentos e aprendizagens, a capacidade de desenvolvimento do raciocínio crítico, criativo, o empenho, assiduidade e pontualidade dos estudantes, tendo em conta apenas a nota obtida em momentos de avaliação pontuais,

que não traduzem as reais capacidades e conhecimentos do aluno. Este sistema de avaliação é condicionado pelo paradigma de que os estudantes têm que chegar ao fim dos 3 anos e saber responder ao exame nacional e aprofunda a reprodução das desigualdades económicas e sociais, pois trata de igual forma estudantes com condições sócio-económicas distintas e com necessidades pedagógicas concretas.

Os níveis de abandono, insucesso, desmotivação e dificuldades de aprendizagem têm persistido fruto do agravamento de vários problemas: aumento do número de alunos por turma; redução do número de professores; fim de projectos pedagógicos específicos de cada escola; reorganização curricular; falta de psicólogos e técnicos de ciências da educação nas escolas; degradação das condições materiais das escolas; degradação das condições económicas e financeiras das famílias e dificuldade em pagar os custos do ensino, os manuais e material escolar; muitos estudantes são mesmo obrigados a conciliar o trabalho com a escola. Por isso mesmo, a luta por um sistema de avaliação contínua e justa é parte integrante da luta dos estudantes pela Escola Pública, Gratuita e de Qualidade.

Desde 2008 que o número de candidatos ao Ensino Superior tem vindo a diminuir, tendo no ano lectivo 2012/2013 registado um valor mínimo histórico dos últimos anos. Para tal contribui em particular os elevados custos de acesso (propinas) e frequência (alimentação, transportes, despesas de alojamento, materiais escolares) e a profunda limitação da Acção Social Escolar e a redução do número de bolsas atribuídas.

A estas barreiras acresce o sistema numerus clausus, que restringe o número de vagas por curso e instituição, que no caso do curso de Medicina, deixa de fora milhares de estudantes.

2.2.1.2 CONDIÇÕES MATERIAIS E HUMANAS

Devido às políticas de desinvestimento público de sucessivos governos PSD/CDS e PS, centenas de escolas não têm condições físicas adequadas (aquecimento, salas de convívio, pavilhões gimnodesportivos) e muitas têm vindo a deteriorar-se a um ritmo alarmante. De destacar a presença de materiais de fibrocimento (com propriedades cancerígenas) em muitos edifícios, com consequências graves para a saúde pública.

Apesar de muitas escolas terem sido intervencionadas pela empresa Parque Escolar, obras que eram precisas e bem-vindas, em muitas situações encontramos a já degradação dos materiais usados nas obras assim como dos materiais que foram adquiridos para as salas de aula, apesar dos milhões gastos. Isto comprova que a entrega das obras e da gestão das escolas à EPE foi e é um negócio para encher os bolsos a grandes empreiteiros.

Entre 2011 e 2014, os cortes de 24% no financiamento público para o Ensino Básico e Secundário têm agravado a falta de meios humanos nas escolas públicas: faltam mais de 5.000 funcionários pondo em causa o funcionamento e até

encerramento de serviços das escolas e empurrando para a sua privatização; cerca de 30.000 professores contratados foram despedidos quando são necessários para o processo de aprendizagem; apesar de vários indicadores nacionais e internacionais defenderem o rácio de 1 psicólogo para entre 500 a 1000 alunos, este Governo obriga cada psicólogo a acompanhar, em muitos casos, mais de 4.000 alunos. O subfinanciamento das escolas tem também como consequência a falta de material, sobretudo nos cursos de ensino artístico especializado. Para além disto, o custo das visitas de estudo é totalmente suportado pelos estudantes e por vezes não se realizam pois estes não têm condições de suportar essa despesa.

2.2.1.3 VIDA DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

A escola, como primeiro espaço de participação democrática da juventude, é alvo de uma vasta ofensiva de ataque à participação dos estudantes.

A imposição de medidas e regulamentos internos contrários a uma vida democrática na escola faz também parte do ataque à Escola Pública. Desde logo no fim da gestão democrática das escolas e concentração de todos os poderes de gestão financeira, administrativa e pedagógica na figura do Director. A criação de um Conselho Geral que não assegura a participação paritária dos estudantes, nem da Associação de Estudantes, e sobrevaloriza a intervenção de entidades externas privadas com direito de voto. Hoje temos uma Escola que desvaloriza a iniciativa da participação crítica dos estudantes e institui o autoritarismo e o medo como forma de controlo social.

O Estatuto do Aluno representa um “Código Penal” que define as sanções e coimas a aplicar, sempre com a perspectiva de exclusão e nunca de integração sócio-pedagógica dos estudantes. Prevê mesmo a possibilidade de expulsão dos estudantes no caso de estes terem alguma atitude dentro da escola que “prejudique o seu normal funcionamento”. As alterações legislativas ao Estatuto do Aluno introduzidas em 2012 pelo actual Governo PSD/CDS, pretende transformar a Escola Pública numa casa de punição e correcção, recorrendo exclusivamente a medidas punitivas inaceitáveis de controlo social e violando, assim, o princípio da escola inclusiva.

São muitos os casos concretos em que, à luz do actual Estatuto do Aluno, os directores de escolas procuraram limitar e condicionar a vida democrática dos estudantes, seja através de ingerências ilegais nos processos eleitorais e de criação e legalização da sua Associação; seja nas reuniões e Assembleias Gerais de Alunos; seja na participação dos estudantes nos órgãos de gestão das escolas.

Estes atropelos são ataques diários à democracia, autonomia e liberdade de organização dos estudantes, procurando retirar o carácter reivindicativo do movimento estudantil.

2.2.2 ENSINO SUPERIOR

A desresponsabilização do Estado através da desculpabilização com a crise económica serve para

perverter não só a função social do Ensino Superior como o seu papel fundamental no desenvolvimento individual e colectivo aliado ao progresso do país. As políticas de subfinanciamento público, por implicarem a negligência no desenvolvimento tecnológico e científico em Portugal, abrem portas para que este desenvolvimento seja apropriado pelos grandes grupos económicos e esteja por isso ao serviço dos mesmos. Os objectivos políticos deste caminho passam não só pelo tratamento da educação como um negócio como também constituem uma real ameaça à soberania do país que reforça a dependência do mesmo face aos interesses do grande capital.

Desde o 9º Congresso da JCP, consolidou-se o processo de mercantilização do Ensino Superior e progressiva desresponsabilização – e subfinanciamento – do Estado daquela que é uma das suas tarefas fundamentais: a garantia do acesso e das condições para o sucesso de todos os jovens portugueses à Educação, nos diferentes graus de ensino.

O Ensino Superior em Portugal deve estar ligado às necessidades de produção, desenvolvimento e progresso do País e não como se verifica, estar ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos.

2.2.2.1 FINANCIAMENTO

Desde 2010, o corte para o Ensino Superior foi de cerca de 1000 milhões de euros, com especial incidência no Ensino Superior Politécnico (onde, entre 2011 e 2014, se regista um corte de 141 milhões de euros).

O subfinanciamento transfere para os jovens a responsabilidade de arcar com as despesas associadas à sua educação. As propinas, maior ataque à gratuidade do Ensino e barreira inconstitucional no acesso à educação, implementadas em 1992 com valor equivalente a 6 euros (com o argumento de ser apenas um valor simbólico e não para financiar o ensino), ultrapassam hoje, na maioria das instituições de ensino superior, os 1000 euros no 1º ciclo.

Esta política de desinvestimento e de desresponsabilização tem sido constantemente aprofundada: por um lado o financiamento público cada vez mais reduzido, por outro lado as receitas próprias que cada instituição é capaz de gerar, quer em forma de propinas cobradas aos estudantes, quer em investimento privado, atendendo aos interesses dos grandes grupos económicos.

A instrumentalização da investigação das Universidades e Institutos Politécnicos pelos interesses económicos corrompe a sua função e propósito, desvirtua os objectivos educativos das escolas e destrói o rigor que deve caracterizar a pesquisa técnica e científica aí realizada. O domínio dos centros de saber pelo capital é mais uma ferramenta para perpetuar o seu domínio e aumentar os seus lucros.

É importante referir que a par de estratégias de desinvestimento constante nas instituições e na Acção Social Escolar, o governo esforça-se para mascarar as suas intenções com medidas populistas que não resolvem os problemas no que toca ao abandono escolar. Seja com a

propaganda do programa Retomar ou outros que se venham a implementar, o objectivo que está em cima da mesa é a reconfiguração do Ensino Superior conforme consagrado na CRP, partindo da sucessiva desresponsabilização do governo no seu financiamento. Com a ilusão de que com este tipo de programas se estão a “repescar” estudantes que desistiram de estudar por falta de condições económicas, não está o governo a cumprir o seu papel da necessidade de reforço da Acção Social Escolar para dar resposta aos problemas dos estudantes resultante da degradação das condições de vida.

As taxas e emolumentos são cada vez mais utilizados pelas instituições para encontrar formas de arranjar financiamento, os estudantes pagam cada vez mais serviços, pagam para um certificado de curso, para inscrição, para fazer melhorias, enfim, a taxação de serviços administrativos são mais um escandaloso sinal da asfixia financeira das instituições.

A falta de financiamento faz com que diminua a qualidade pedagógica, material e humana das instituições, contribuindo para a aceleração de mecanismos como o injusto sistema de prescrições, perfeito exemplo de filtragem e responsabilização exclusiva do estudante pelo seu insucesso.

Estranguladas pelo subfinanciamento, as instituições de Ensino Superior (IES) têm sérias insuficiências nas suas instalações e condições materiais e são obrigadas a despedir professores e pessoal não docente, tornando a sua oferta educativa mais deficiente. O estado das escolas, para além de impossibilitar uma formação de qualidade, sublinha as desigualdades sociais e económicas dos alunos, sendo que uns serão mais capazes de colmatar no seu percurso académico individual as carências da instituição que frequentam.

A questão do financiamento é nuclear na política para o Ensino Superior. A demissão do Estado do financiamento do Ensino Superior (passando-o para as costas das famílias dos trabalhadores) constitui uma opção de classe: os que podem pagar estudam, os que não podem, não o fazem. Inevitavelmente, de forma mais ou menos progressiva como a realidade demonstra, esta lógica conduz ao afastamento dos filhos dos trabalhadores do Ensino Superior. Portugal é dos países em que, percentualmente, as famílias mais financiam a Educação, mas mesmo que assim não fosse, consideramos que só o pleno financiamento pelo Estado do Ensino Superior, garantindo a sua gratuitidade, pode assegurar a sua qualidade e um decisivo contributo para o acesso universal.

2.2.2.2 PROCESSO DE BOLONHA

O Processo de Bolonha instaurado em Portugal é a única forma de organização e estruturação do Ensino Superior conhecida pela esmagadora maioria dos estudantes que frequentam actualmente este grau de ensino. A implementação do Processo Bolonha no nosso país não se deveu a uma vontade interna, mas sim a uma medida consertada no plano da Europa, de modo a servir uma estratégia de reorganização comum a todos estes países.

O Sistema Europeu de Ensino Superior teve como grande bandeira o aumento da mobilidade dos estudantes tanto entre instituições de países diferentes em programas como o Erasmus, como dentro do próprio país. Coisa que não aconteceu, uma vez que continuam apenas a ser os estudantes que têm condições económicas a ir estudar para o estrangeiro, bem como se verifica a dificuldade em obter equivalências entre instituições de países diferentes ou do mesmo país. O que não quiseram dizer foi que a criação deste sistema não era mais do que criação de um ranking internacional de escolas promovendo a ideia de escolas de primeira e de segunda. É nítida a consequência da criação do mercado europeu de educação, regulado por estruturas federalistas supranacionais dos sistemas nacionais de Ensino Superior, que os interesses e necessidades dos países, aos interesses das grandes potências e multinacionais. Será um factor de promoção da concentração de centros de conhecimento e de produção científica nos países mais poderosos, assim como se estão a criar as condições para que exista mão-de-obra especializada na formação secundária de primeiro e segundo ciclo, com uma espécie de sistema de quotas de produção de conhecimento, subordinadas à perspectiva da divisão internacional.

Na prática, o Processo de Bolonha ditou a reorganização do sistema de ensino dividindo-o em 3 ciclos: Licenciatura, Mestrado e Doutoramento. Construiu-se uma pirâmide de conhecimento cujo caminho só se permite a uma elite privilegiada que consegue sustentar o acesso e a frequência a este grau de ensino. Bolonha compactou os percursos académicos suprimindo de vários cursos, conteúdos essenciais. Potenciou-se a mera acumulação de conhecimentos em detrimento dos processos de aprendizagem integral do indivíduo. Hoje o segundo ciclo de Bolonha, fundamental para o exercício de uma profissão no plano do conhecimento e da formação, corresponde à antiga licenciatura, servindo as necessidades de empresas e estando sujeito aos interesses das mesmas, como por exemplo o estabelecimento do número de vagas e o valor da propina, que no 2º e 3º ciclo não tem tecto máximo. Para além disso agravam-se as diferenças e discriminação, já de si injustificável, entre o Ensino Superior Público, universitário e politécnico. Neste último, o politécnico, não é atribuído o grau de Doutor.

O Processo de Bolonha é um instrumento das estruturas do capital na Europa para regular e sujeitar o Ensino Superior aos seus interesses, visando a sua elitização, privatização e mercantilização. Com uma linha ideológica de grande alcance, o Processo de Bolonha promove o conceito de “empregabilidade”, que subentende que cabe ao indivíduo a responsabilidade de encontrar (ou não) emprego, ao invés de ser o Estado a criar as condições para garantir o direito ao trabalho e traçar também as prioridades nacionais que garantam o seu desenvolvimento e soberania. Prova disto é a lógica mercantilista aplicada à existência dos cursos, pois é o interesse do capital que determina quais são extintos ou então abertos “ano sim, ano não”, através da legislação que corta o financiamento aos cursos que tenham menos de 20 estudantes inscritos (muitas vezes cursos que visam áreas estratégicas para o país, com principal incidência no interior, onde as IES são nestas zonas uma das principais fontes de emprego e desenvolvimento regional).

Aliado ao subfinanciamento do Ensino Superior, o Processo de Bolonha aprofundou os problemas pedagógicos já existentes. A avaliação contínua foi quase extinta em muitas instituições ou totalmente distorcida nas restantes, resultando num excesso de carga horária. Reduzem-se épocas de exames ou extinguem-se (em muitas IES foi já eliminada a época de Trabalhadores-Estudantes); acabam-se com épocas de recurso ou reduzem-se os números de Unidades Curriculares; entre outros problemas, que resultam na degradação da qualidade do ensino.

O Processo de Bolonha aprofunda, de facto, a elitização e a privatização do Ensino Superior, opondo-se ao Ensino Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade para todos, constitucionalmente consagrado e direito de todos. Apesar de ser hoje uma realidade, não é irrevogável e é essencial a dinamização da luta pela saída do sistema do Ensino Superior português do Processo de Bolonha. Devendo reconfigurá-lo autonomamente dentro do espaço internacional, não deixando de ter em conta a nossa realidade concreta, específica e a defesa da nossa soberania também no campo da educação.

2.2.2.3 ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A Acção Social Escolar tem a função de criar condições de igualdade no acesso, frequência e sucesso escolar, pela superação de desigualdades económicas, sociais e culturais. O processo de democratização deste grau de ensino está directamente ligado à ASE. A ASE envolve apoios directos (Bolsas de Estudo) e indirectos (por exemplo, alojamento, transportes, apoio a estudantes deslocados, apoio médico, serviços de alimentação, cultura e desporto).

Os sucessivos governos dos partidos da política de direita têm cortado no orçamento para a ASE e requintado os mecanismos de selecção para que o regulamento de atribuição de bolsas permita não exceder o orçamentado. A fórmula deste regime é desenhada de forma injusta, não tendo em conta os reais rendimentos dos agregados familiares e dos estudantes, tendo como objectivo reduzir em grande escala o acesso à bolsa de estudo, generalizando-se a bolsa mínima. No ano 2011/2012 58 000 candidaturas de bolsas foram recusadas (mais 22 803 entre 2009/2010 e 2013), empurrando milhares para fora das universidades.

A Acção Social Escolar não acompanha o aumento do custo de vida e o empobrecimento generalizado, pelo contrário, os valores das bolsas são reduzidos, sendo que o valor médio das bolsas atribuídas depois de pagas as propinas equivale a 2,75€ por dia o que não permite sequer almoçar e jantar nas cantinas todos os dias da semana. Provocada a insuficiência da ASE os bancos aproveitam-se para colmatar as dificuldades com empréstimos, endividando os jovens numa altura de charneira da sua vida, condenando o seu futuro e o direito à educação.

Outra forma de perverter a função da ASE é a prática que se desenvolve em várias instituições, usando os estudantes para trabalhar e preencher a falta de trabalhadores nas escolas em troca de senhas de refeição, não cobrança de algumas taxas e emolumentos ou mesmo de uma pequena parte das propinas. Esta realidade de aproveitamento das

graves dificuldades dos estudantes é ainda uma forma de exploração, que é visível com estudantes a trabalhar nas cantinas, bibliotecas e serviços administrativos.

As cantinas e as residências estão degradadas pelo subfinanciamento, não têm condições de qualidade nem segurança e muitas vão sendo alvo de privatizações. A rede de residências universitárias, que já era insuficiente, vai sendo desmantelada, agravando as graves limitações no acesso à habitação por parte dos estudantes do Ensino Superior. Além disso, os preços praticados pelos Serviços de Acção Social correspondem, por vezes, aos preços praticados no mercado imobiliário, acrescentando ainda a manutenção dos espaços, que muitas vezes os estudantes, por necessidade, acabam por assumir.

2.2.2.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) aprovado em 2010 serve de exemplo: pretende avançar na transformação da Educação num negócio e afastar, controlar e boicotar a intervenção dos jovens na gestão das escolas. O RJIES, documento profundamente antidemocrático, reorganiza os órgãos de gestão de forma a permitir aos grandes grupos económicos a interferirem de forma mais directa nas decisões sobre as Instituições de Ensino Superior Públicas e a afastar os jovens do conhecimento, reflexão, discussão e participação na vida das suas faculdades e institutos.

O RJIES concentra no Reitor poderes que antes estavam distribuídos em outros órgãos de gestão; legitima regulamentos internos antidemocráticos e regulamentos disciplinares de estudantes que pretendem proibir os direitos de organização, associação e manifestação de estudantes; retira os estudantes dos órgãos de decisão e naqueles em que ainda participam é reduzida a sua representatividade comprometendo-se a sua capacidade de decisão sobre a gestão das universidades (são disso maior exemplo a criação do novo órgão deliberativo – Conselho Geral – com um reduzido número de estudantes, principalmente em comparação com as entidades externas; e a passagem do Senado para simples órgão consultivo). Para além disto criou a figura do Provedor do Estudante procurando substituir o legítimo papel das AAEE na defesa dos direitos e interesses dos estudantes, por uma figura conselheira e apaziguadora, nomeada pelo Reitor.

Numa lógica mercantilista, é potenciada a criação de fundações, instituições públicas de direito privado - como são exemplo a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro e o ISCTE-IUL – em que reina a lógica empresarial, gerindo um serviço público com proveito privado.

Por outro lado, na mesma linha de estratégia de ataque à democracia no Ensino Superior com o objectivo da privatização, surge a ideia de fusão de instituições. A fusão da Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa, finalizada em meados de 2013, é o melhor exemplo do avanço das consequências de subfinanciamento e profunda reconfiguração da rede de Ensino Superior que em nada têm em conta a qualidade do ensino e o seu papel no desenvolvimento local e nacional.

2.2.2.5 ENSINO SUPERIOR PÚBLICO UNIVERSITÁRIO E POLITÉCNICO

Têm vindo a aprofundar-se disparidades, entre o Ensino Superior Politécnico e o Ensino Superior Universitário, sobretudo por via da crescente diferenciação de financiamento, recursos e objectivos ditados pelos sucessivos governos.

Esta polarização perpetua um modelo binário no Ensino Superior Público, fomentando uma maior desigualdade entre os estudantes do Ensino Superior em geral. Verifica-se para além de maiores custos de acesso, uma grande carência de componentes práticas e uma insuficiente aposta no ensino experimental e de projecto no Ensino Universitário como prova o facto de, em muitos cursos, as disciplinas teóricas valermem mais créditos do que as práticas. Até agora, o Ensino Superior Politécnico tem contribuído para o alargamento do acesso ao Ensino Superior Público, dando uma contribuição para o desenvolvimento de algumas regiões e, por isso, para a diminuição de assimetrias regionais. Para além do término de alguns cursos e mestrados, ou mesmo da inexistência destes últimos, em algumas Instituições do Ensino Politécnico vão passar a ministrar-se, em 2014/2015, cursos técnicos superiores profissionais, as chamadas “meias-licenciaturas”. Está previsto que este tipo de tipo de formação possa atingir o tecto máximo da propina. Estes perfazem um total de 120 ECTS, ou seja, 2 anos, tendo uma componente científica possível até 30% e, uma componente técnica igual ou superior a 70%, não servindo a formação integral do indivíduo. Estes cursos quase só compostos por estágios, são um passo gravoso no avanço da Reconfiguração do Ensino Superior, que não é uma reorganização com vista ao seu melhoramento, como diz o Governo, mas sim a submissão completa da Educação aos interesses dos grandes grupos económicos.

Apesar do valioso contributo do Ensino Superior Politécnico, este tem sofrido mais recentemente uma completa desvalorização do seu carácter enquadrado na formação superior. Nessa linha, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) prevê ainda que os cursos do Politécnico passem a 120 créditos, 2 anos, ainda mais insuficiente para a formação neste grau de ensino.

O alcance destes objectivos de reconfiguração deste subsistema de ensino procura imprimir uma realidade maioritariamente profissionalizante que prepare os jovens para trabalhos e empresas em concreto, satisfazendo as necessidades do capital e transferindo a responsabilidade da formação profissional das empresas para o ensino e os estudantes.

Estas reconfigurações demonstram a intenção política de elitizar ainda mais o ensino, através do modelo binário, pela sua estratificação. A defesa de um sistema único de Ensino Superior Público, que potencie o património de ambos os subsistemas, é uma necessidade para responder ao desenvolvimento do país e trabalhar para que a educação superior seja um instrumento para a juventude contribuir para o mesmo.

2.2.2.6 ENSINO SUPERIOR PRIVADO

O Ensino Superior Privado tem vindo a constituir-se como alternativa aos custos cada vez mais acrescidos do Ensino Superior Público, seja das propinas ou de outros custos de frequência, e insuficiente ASE. São muitos os estudantes que são empurrados para as instituições privadas pois, por proximidade geográfica, se torna mais “barata” tal solução.

O difícil acesso ao Ensino Superior Público é, por si só, um dos maiores motivos para o crescimento destas instituições privadas. O *numerus clausus*, os Exames Nacionais e a inexistência de vários cursos no plano da oferta pública, ou da vertente de ensino nocturno, apontam o Ensino Privado como a única opção a que recorrem milhares de estudantes.

A grande penalização económica que é feita aos estudantes do Ensino Privado no seu percurso académico é também um factor limitador da sua disponibilidade de participação. Acrescenta-se a esta realidade a restrição à ASE que no quadro de um Ensino Privado que suprime as insuficiências do serviço público é desastrosa. Toda esta conjuntura contribui não só para a limitação no acesso e frequência à educação, mas também para uma perspectiva de desresponsabilização individual e colectiva sobre o progresso do conhecimento obtido no Ensino Superior que deve estar ao serviço do país.

Nestas instituições está inerente a lógica do lucro e os estudantes têm uma relação com a instituição enquanto clientes. Os estudantes enfrentam, também, particulares dificuldades na participação na vida democrática da escola pois, em muitos casos, é inexistente a sua representatividade nos órgãos de gestão.

2.2.3 ENSINO PROFISSIONAL

Os estudantes do Ensino Profissional inseridos em escolas profissionais deparam-se igualmente com graves ataques aos seus direitos. A dignidade do Ensino Profissional continua a ser posta em causa, sobretudo porque a pretexto da necessidade de uma aprendizagem mais técnica e prática, as escolas profissionais desvalorizam a formação integral dos indivíduos, retirando componentes lectivas teóricas importantes que em nada são incompatíveis com a aprendizagem técnica de determinadas profissões. Esta situação agravou-se nos últimos anos com a contínua desresponsabilização dos governos na promoção e implementação de escolas profissionais públicas, e a proliferação da existência de escolas profissionais privadas, que tendo como principal objectivo o lucro, orientam a formação para o mundo do trabalho e para a criação de mão-de-obra submetida a mais exploração.

Em consequência da desvalorização da formação teórica, os estudantes do Ensino Profissional acabam por ser ainda mais prejudicados no acesso ao Ensino Superior, porque à obrigatoriedade dos Exames Nacionais acresce a grande dificuldade de estes estudantes não terem nos seus currículos disciplinas às quais são obrigados a ir a exame ou não terem a mesma carga horária e programática nas disciplinas comuns, entre a via “geral” e “dual”, Português e

Matemática.

Um dos problemas essenciais que estes estudantes vivem é estarem submetidos ao pagamento de propinas. Para além disto, repetem-se situações de atrasos de pagamento de subsídios e apoios. Várias destas escolas sofrem de um desinvestimento que se reflecte em falta de condições materiais e humanas. Para além disto, as questões pedagógicas também remetem para uma grande carga horária destes estudantes, que lhes criam dificuldades de participação noutras esferas da vida, seja no plano mais colectivo, seja da própria gestão da vida pessoal. A falta de democraticidade nas escolas é também cada vez mais evidente, sendo poucas as escolas profissionais que têm AAEE.

Verifica-se também a elitização da frequência de determinados cursos do Ensino Profissional (como sejam a Fotografia, o Design, Multimédia, entre outros), os quais são oferecidos em escolas privadas que exigem o pagamento de mensalidades não acessíveis a muitos estudantes.

No plano dos estágios, é flagrante a inexistência de apoios e subsídios, ainda mais quando os estudantes têm despesas adicionais, nomeadamente nas questões de deslocação e alimentação. Para além disto, estes estudantes são muitas vezes usados como mão-de-obra gratuita para as empresas, sendo utilizados como mais um trabalhador. A acrescer a este problema, existem vários exemplos de situações em que os estudantes têm uma prática nos estágios que nada tem a ver com a sua área de formação.

A JCP defende a dignificação do Ensino Profissional, na sua qualidade, e na democratização do seu acesso e frequência.

2.2.4 ESTÁGIOS CURRICULARES

Nos últimos anos, o número de jovens a passar por estágios curriculares aumentou de forma exponencial. Este crescimento foi essencialmente impulsionado pelo grande crescimento de estágios no Ensino Secundário, na sua via profissionalizante, e pelo aumento do número de estudantes do Ensino Profissional. Embora com o mesmo nome, são quase incomparáveis as situações de estágios curriculares no Ensino Secundário e Profissional e os estágios no Ensino Superior. Em qualquer processo de aprendizagem a componente prática constitui um importante elemento para a formação, desenvolvendo do ponto de vista prático as competências teóricas adquiridas, sendo que no quadro da crescente submissão do sistema educativo ao mercado de trabalho, os estágios surgem muitas vezes como mera forma de canalização para o mesmo procurando formar mão-de-obra pouco qualificada e facilmente explorável, ao invés de estarem ao serviço da formação dos estudantes.

Os estágios curriculares são na maioria das vezes utilizados pelas entidades que acolhem os estudantes para suprir necessidades das respectivas empresas/locais de trabalho, exigindo a estes estudantes o cumprimento de horários excessivos face àquilo que seria a sua necessidade de aprendizagem, o que funciona como elemento que permite à entidade patronal aumentar o lucro, já que produz sem necessidade de contratar trabalhadores qualificados para a

actividade em causa. Em alguns casos, sem a presença do estudante estagiário, seria impossível que aquela empresa/local de trabalho, incluindo alguns serviços públicos, funcionassem. No entender da JCP, o estágio curricular não pode servir para suprir necessidades de mão-de-obra, já que a finalidade do estágio deve ser exclusivamente aprendizagem (ainda que iminentemente prática). Da mesma forma, os estudantes devem ver garantidos todos os apoios necessários para que não sejam prejudicados pela sua condição de estagiários (subsídios na compra de material, alimentação, deslocação e, se necessário, alteração de residência).

2.3 EMPREGO

Os últimos governos tiveram como linhas fundamentais da sua actuação o roubo e ataque aos rendimentos, direitos e conquistas dos trabalhadores portugueses. Entre os mais prejudicados por esta política, ditada pelos interesses do grande capital e das potências que dirigem a União Europeia (primeiro com os PEC's e depois com o Pacto de Agressão), estão os jovens trabalhadores.

O brutal aumento do desemprego é a principal expressão desta política de desastre para os trabalhadores e para o país. Desde 2010 o desemprego aumentou de 10,8% até um máximo histórico de 17,8% em 2013. Desde o ano de 2008 que o desemprego tem aumentado todos os anos sem que os sucessivos governos tenham tido a mínima vontade de tomar medidas de criação de emprego. Neste período (2008-2013) a taxa de desemprego oficial mais que duplicou em Portugal, sendo certo que os números oficiais escondem muito do desemprego real. Entre a juventude, a taxa de desemprego atinge níveis próximos dos 45%. Esta situação resulta da política de destruição do aparelho produtivo nacional e da traição dos governos da política de direita aos interesses nacionais, em favor dos interesses dos grandes grupos económicos internos e externos. Estes níveis de desemprego são uma das maiores afrontas à Constituição da República Portuguesa e às conquistas de Abril.

Muitos milhares de jovens, muitos deles com elevadas qualificações académicas e técnicas, têm sido obrigados a emigrar em busca de emprego e da própria sobrevivência. O governo e os órgãos de propaganda do capital tentam apresentar a emigração como sendo positiva e tentam minimizar os seus efeitos económicos e sociais. A verdade é que esta é motivada pela tragédia individual e pessoal que o desemprego representa para os trabalhadores além de ser um flagelo social que compromete as possibilidades de desenvolvimento do país.

Por outro lado, a precariedade generaliza-se, afectando particularmente os jovens trabalhadores. Muitos destes jovens não vêem qualquer perspectiva de vir a conhecer um contrato efectivo, pese embora na esmagadora maioria das vezes estarem a preencher postos de trabalho permanentes. A proliferação do trabalho ilegal, dos falsos recibos verdes, dos contratos de trabalho mensais, semanais e mesmo diários afectam em particular a juventude e visam a subjugação e condicionamento da acção organizada para enfrentar o patronato e para o exercício efectivo dos seus direitos.

Merecem destaque neste âmbito, pela sua multiplicação no mundo do trabalho, os contratos de utilização temporária e os estágios profissionais. Os contratos de utilização temporária são um mecanismo legal subversivo encontrado para afastar os trabalhadores das reivindicações do patronato, já que os trabalhadores não têm um vínculo directo à empresa onde prestam efectivamente o seu trabalho. No caso dos estágios profissionais, temos hoje duas realidades preocupantes como são os estágios obrigatórios pelas Ordens profissionais e os estágios profissionais, os quais são por vezes pagos parcialmente pelo IEFP (o que é uma subversão do princípio de quem usufrui do trabalho é quem o deve pagar, roubando o Estado). Estes estágios utilizados pelas empresas para suprir necessidades permanentes comportam uma elevada precariedade para os jovens trabalhadores, sendo que em muitos casos não são sequer remunerados, e quando o são, são sub-remunerados. A estes trabalhadores não são garantidos os direitos gerais da Lei do Trabalho, como o direito à greve, o horário de trabalho, as férias, a remuneração do trabalho suplementar, as baixas médicas, entre tantos outros.

Consequência da política de direita que faz alastrar a precariedade e aumentar o desemprego, é a imposição de baixos salários à generalidade dos trabalhadores, com particular incidência na juventude. A política dos baixos salários é implementada em especial pelas grandes empresas (distribuição, telecomunicações, energia, etc.). A desvalorização dos salários é agravada pelos sucessivos aumentos de impostos, como o aumento do IVA, as alterações às tabelas do IRS e a imposição de sobretaxas sobre este imposto. Destaca-se que desde o 9º Congresso da JCP, o valor do Salário Mínimo Nacional apenas aumentou dez euros, não sendo actualizado desde 2011.

A aplicação do Código do Trabalho de 2012, assinado pela UGT, veio reduzir as indemnizações por despedimento para 20 dias por ano de trabalho (12 dias actualmente), aumentou a duração dos “contratos de muito curta duração”, atacou directamente os contratos colectivos e os sindicatos e criou a figura, tão desejada pelo patronato, do despedimento por inadaptação (que entretanto foi chumbada pelo Tribunal Constitucional). As sucessivas alterações à legislação laboral, com o corte de 4 feriados, o fim da majoração dos dias de férias, com a redução efectiva para 22 dias de férias, assim como a redução da retribuição pelo trabalho extraordinário, concretizam a linha política de roubo nos salários. Acresce ainda o facto de terem sido sucessivamente aprovadas leis alegadamente de carácter transitório, mas que têm como real objectivo o perpetuar do recurso aos contratos a termo, que hoje podem já chegar aos 6 anos – o que demonstra a falsidade dos fundamentos utilizados para contratar a termo, já que estes trabalhadores estão na verdade a suprir necessidades permanentes das empresas.

O actual governo tem tentado aprofundar o roubo nos salários, seja pela transferência dos encargos com a Taxa Social Única do patronato para os trabalhadores, seja pelo aumento do horário de trabalho em meia hora de forma gratuita, propostas derrotadas pela luta dos trabalhadores.

Outros abusos e ataques são promovidos e protegidos pelo governo e pelas autoridades, garantindo impunidade aos

patrões. A desregulação dos horários, o banco de horas, o trabalho para além do horário, o não pagamento de valores devidos, a perseguição aos delegados, dirigentes, activistas e até aos próprios trabalhadores sindicalizados, entre outros abusos, são realidades conhecidas em muitas empresas e locais de trabalho. Estas situações, entre outras, traduzem-se numa grande dificuldade que os trabalhadores, e em particular os jovens trabalhadores, enfrentam para organizar o seu trabalho com a sua vida pessoal e familiar.

Os trabalhadores, da administração e empresas públicas, têm sido vítimas especialmente visadas pelas políticas de roubo dos últimos governos. Além de estarem sujeitos às medidas gerais descritas, e outras, ainda sofreram um conjunto de outras medidas igualmente abusivas e criminosas.

A par desta realidade, sentida diariamente pelos trabalhadores, assistimos a uma enorme campanha que pretende alterar o conceito de emprego e fazer com que todos acreditemos que o desemprego, a precariedade e os baixos salários são realidades normais e inevitáveis.

Desde o 9º Congresso da JCP, a intenção do patronato de alterar o conceito de emprego avança em toda a linha através da promoção da ideia do emprego como ocupação temporária, sem direitos garantidos, alterando o conceito de salários, muitas vezes com remunerações que são autênticas pensões de sobrevivência. A ideia do emprego jovem como uma forma de “ganhar experiência” ou “construir currículo” para uma situação melhor num futuro próximo é utilizada para intensificar a exploração, normalizar as situações de precariedade, diminuir salários e direitos e, em muitos casos, assegurar postos de trabalho onde não há o pagamento de qualquer salário.

Nos dois últimos anos, a exigência do trabalho com direitos, aliada ao crescimento da indignação popular face à flagrante taxa de desemprego entre os mais jovens (mesmo entre trabalhadores altamente qualificados), gerou a necessidade de uma grande operação de propaganda articulada entre o governo português e a Comissão Europeia – a chamada “Garantia Jovem”.

Este conjunto de medidas a implementar no “países do Sul da Europa” (países intervencionados pela Troika, com taxas de desemprego crescentes) são apresentadas como “medidas activas para a promoção de emprego jovem” e traduzem-se em incentivos à criação de pequenas empresas (criação do “espírito empreendedor entre os jovens”) que, na sua maioria, não sobrevivem à falta de consumo interno, fruto dos baixos salários e pensões, ou na injeção de fundos públicos em grandes empresas para a contratação precária e com baixos salários (muitas vezes inferiores ao salário mínimo) de trabalhadores jovens que garantem postos de trabalho permanentes, substituindo, em situação discriminatória, trabalhadores altamente qualificados.

2.4 CIÊNCIA

Esta é uma área de enormes potencialidades para o desenvolvimento do país. Em Portugal, o Sistema

Nacional de Tecnologia e Ciência tem vindo a ver a sua componente pública cada vez mais enfraquecida, por via da desresponsabilização do Estado perante este seu papel essencial e da entrega de patentes a instituições privadas. Os cortes orçamentais têm agravado os já existentes problemas estruturais às Universidades, Politécnicos e Laboratórios que produzem ciência, pela via da Investigação e Desenvolvimento. Existe um sub-aproveitamento dos avanços e dos trabalhos produzidos em Portugal e uma cada vez maior dependência do investimento privado para o sucesso dos projectos de Investigação & Desenvolvimento (I&D).

Nos últimos anos tem-se optado por não contratar novos quadros superiores, investigadores e técnicos para o trabalho no sector público de I&D e despedir (ou preparar o despedimento, como agora ocorre) aqueles que têm vínculo a termo certo. Isto conduz a um número crescente de bolseiros de investigação científica, estagiários e voluntários (maioritariamente jovens) que, no âmbito de um estatuto de bolseiros, acabam por desempenhar tarefas de profissionais de carácter permanente sem que tenham, no entanto, o estatuto de trabalhadores, garantindo um contingente de mão-de-obra sem direitos de quem o próprio Estado dispõe. Na verdade, a maioria destes bolseiros é efectivamente um investigador ou um técnico de investigação e, embora corresponda ao segmento cuja actividade mais contribui para a produtividade no campo científico português, continua sendo a mais precária de todas.

A prática de desvalorização do trabalho estende-se ao trabalho científico (por exemplo, com a substituição de trabalhadores nos projectos científicos, que leva muitas vezes a perda de informação) e reflecte-se na política para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e a todas as áreas da política de Investigação e Desenvolvimento, visível na actuação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) quando recorre a bolseiros até para o preenchimento de vagas e postos de trabalho administrativos dos seus próprios serviços. A degradação do valor das bolsas constitui um importante factor de perda de atractividade e competitividade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional que atinge 40 a 70% desde 2002, data da última actualização do seu valor pelo Governo.

Continua ainda por garantir o direito à carreira de investigador no quadro do Ensino Superior.

Dando continuidade ao que fazia o Governo do PS, o Governo PSD/CDS aprofunda a entrega da investigação e actividade científicas ao grande capital, subordinando o país ao único interesse dos grandes grupos económicos: a maximização dos seus lucros. A título de exemplo, importa referir que no OE 2014 se verifica uma redução do orçamento disponível para a FCT em cerca de 4% (16 milhões de euros), um corte de 26 milhões de euros em bolsas de investigação científica e uma redução de 16% de investimento na ciência, quando comparado com 2011, o que se traduz numa quebra geral de 50 milhões de euros para a ciência, em apenas três anos. No concurso de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento de 2014 houve uma redução de 40 e 70%, respectivamente, relativamente aos últimos concursos.

O Software livre, ao contrário do Software proprietário, constituiriam uma garantia de independência e soberania do país, bem como uma redução significativa de custos do Estado e dos utilizadores. Permitiria, para além disso, a libertação do conhecimento científico, da propriedade exclusiva dos grandes grupos capitalistas. O software livre é o software que pode ser estudado, modificado, executado e distribuído (tanto na versão original como na modificativa) livremente sem que para isso seja necessário pagar qualquer preço de licenciamento ao detentor dos direitos de autor.

2.5 PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTO ASSOCIATIVO JUVENIL

Com os sucessivos cortes, aliados ao concretizar da Lei do Associativismo Jovem, é cada vez maior o número de associações que vêem a sua capacidade e actividades mais diminuídas e limitadas, com mais ingerência e mais obstáculos burocráticos para ultrapassar.

Hoje, qualquer grupo de jovens ou associação que opte por não ter uma natureza formal passará por extremas dificuldades para sobreviver. Ao mesmo tempo, a formalização e legalização de uma associação é um processo altamente burocrático, moroso e dispendioso, ao contrário do que tentam os governos fazer passar com a propaganda em torno da “Associação na hora” ou o “Programa Formar”.

O financiamento ao movimento associativo juvenil tem vindo a ser cada vez mais restringido, seja em termos financeiros como logísticos e de equipamentos disponibilizados. A possibilidade de concorrer a apoios é cada vez mais limitada, situação agravada com a obrigatoriedade de inscrição no Registo Nacional de Associativismo Jovem (RNAJ) (e a burocracia que lhe está associada), sendo cada vez menos as associações que se encontram em condições de concorrer aos apoios do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), Câmaras Municipais, entre outros.

A Portaria 1276/2010, introduzindo um conjunto de alterações aos Programas de Apoio Financeiro ao Associativismo Jovem (PAJ, PAI e PAE) representou uma séria ofensiva ao Movimento Associativo Juvenil. Esta Portaria prevê que as verbas sejam distribuídas em duas partes: A primeira é transferida no 1º semestre, no valor de 60%, e a segunda no 2º semestre, o que deixa as associações sem qualquer financiamento e apoio por parte do Estado para concretizar os seus projectos, durante grande parte do ano, problema agravado com todos os atrasos que ocorrem, por exemplo em 2012 a 23 de Agosto, centenas de associações ainda não tinham recebido qualquer apoio.

Hoje, é cada vez mais recorrente encontrarmos Associações Juvenis em situações financeiras debilitadas, com bastantes limitações nas suas infra-estruturas e na sua actividade regular, situação que se agrava no caso das Associações de Estudantes, particularmente no Ensino Básico e Secundário.

Com isto, conseguem que muitas associações tenham mesmo que encerrar, por razões económicas e financeiras,

quando eram os únicos espaços em muitas zonas do país, nos quais a juventude encontrava lugar para a prática de desporto, para a consulta de livros, para desenvolver uma actividade cultural, passando a estar sujeitos a pagar preços impraticáveis, em zonas, muitas vezes, distantes da sua zona de residência para as desenvolver.

O dismantelar do Instituto Português de Juventude (IPJ), pela mão do actual Governo PSD/CDS em 2011, e com total apoio do PS, com a fusão do Instituto do Desporto de Portugal (IDP) nada teve que ver com o objectivo do reforço das políticas de juventude ou de valorização do Desporto e da prática desportiva mas, mais uma vez, sujeitam ao critério economicista os cortes no apoio ao associativismo juvenil. Aliás, o Governo admitiu uma “poupança imediata de 14 milhões de euros” deixando com isto antever mais cortes.

Esta linha de ataque cerrado ao Movimento Associativo Juvenil, ficou ainda mais vincada, em Fevereiro de 2012, quando o Governo deu início ao processo de encerramento de várias Pousadas de Juventude de Norte a Sul do país. Ao avançar com um projecto de lei com vista à Privatização deste serviço, o Governo PSD/CDS, torna clara qual a finalidade de estas passarem para a gestão de empresas privadas, única e exclusivamente pela lógica do lucro das mesmas e não para melhorar a qualidade deste serviço, atentando assim contra o nosso direito à mobilidade, ao lazer e à fruição dos tempos livres.

A JCP entende que, com estas medidas, perdem as associações estudantis e juvenis, perde o movimento juvenil e ganha a burocracia e a instrumentalização do movimento associativo, e que estas orientações conduzem o movimento associativo juvenil e estudantil para a excessiva institucionalização e para o afastamento do seu trabalho real no terreno e em ligação com os jovens e estudantes de todos os concelhos do país.

Defendemos a revogação do Regime Jurídico do Associativismo Jovem, com o aumento dos apoios à actividade e iniciativas das associações juvenis (reconhecendo o associativismo não formal) e o reforço dos equipamentos de usufruto para jovens, como sejam as extintas delegações do IPJ e as Pousadas da Juventude. É fundamental a celeridade e facilitação nos diversos processos, nomeadamente de formação e formalização de associações. Defendemos, ainda, a Revogação da Lei dos Conselhos Municipais de Juventude e a garantia da participação efectiva das organizações e associações na definição e desenvolvimento das políticas que envolvem os jovens junto do poder local, regional e nacional.

2.6 DEFESA NACIONAL

Passados 11 anos do fim do SMO em Portugal, temos hoje umas FFAA profissionais e com um objectivo diferente do que está inscrito na Constituição, que é o dever de defender a soberania nacional.

Foram milhares os jovens que durante anos se viram obrigados a cumprir o SMO sem condições dignas, utilizando-os como mão-de-obra barata para as questões

logísticas e de manutenção do dia-a-dia da instituição militar, muitas vezes sem proporcionar qualquer tipo de formação especializada e não garantindo o direito à recolocação no local de trabalho após o cumprimento do Serviço Militar.

Acção propositadamente desenvolvida, de forma inteligente e meticulosa, assente numa estratégia de descridibilização das FFAA junto da juventude, com o objectivo de caminhar para o fim do SMO, situação que se veio a consagrar com a revisão constitucional de 1997 que conduziu à total profissionalização das FFAA.

Com esta medida foram conseguidos, de uma assentada, três objectivos fundamentais para o capital: o afastamento de amplas camadas juvenis e populares da participação na vida das FFAA e da defesa nacional; a concretização de profundas alterações na natureza, doutrina e base organizativa das FFAA; e a alteração do conceito estratégico de defesa nacional, colocando-o ao serviço não do País mas dos interesses da NATO e do Imperialismo.

Hoje estão mais claros os reais objectivos que estiveram na base desta medida assim como caem por terra os argumentos daqueles que, de forma demagógica e hipócrita, vieram para a praça pública condenar o SMO acusando-o de ser um entrave a vida dos jovens e de que para nada servia.

Manteve-se entretanto o recenseamento militar obrigatório para rapazes e para raparigas. Foi instituído o chamado dia da “Defesa Nacional”, entretanto interrompido e agora retomado, utilizado como instrumento ideológico para valorizar a NATO e o militarismo, acompanhado por grandes acções de campanha de propaganda do Serviço Militar em escolas secundárias, fóruns de juventude e outros locais de concentração de jovens.

Rejeitamos a participação das FFAA portuguesas em acções armadas de ingerência noutros países, bem como a utilização dos nossos meios militares e territoriais para estes fins, de que é exemplo a Base das Lajes.

A par da resolução dos problemas que afectam os actuais militares, defendemos que a defesa nacional deve ter por objectivo a garantia da liberdade, da democracia, a independência e soberania do país. A participação dos trabalhadores (os últimos interessados na guerra e conflitos militares) é o garante de que as FFAA estarão ao serviço da defesa da paz e da vontade popular.

Defendemos um serviço militar que a todos obrigue, inclusivo para rapazes e raparigas, que seja encarado não só como um dever mas, acima de tudo, como um direito inalienável dos jovens na participação efectiva na defesa e soberania nacionais e os direitos do povo, prestado em condições dignas (material, social e profissionalmente) de forma a torná-lo atraente, útil, criativo, que tenha em conta as aptidões e vocações dos jovens que nele participam. Só com uma ampla participação popular nas FFAA se garante que também esta instituição seja democrática e o espelho da sociedade.

2.7 SAÚDE

A degradação progressiva e contínua da prestação de cuidados de saúde é cada vez mais evidente, com consequências graves na saúde do povo português. O Governo tudo faz para a crescente degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o encerramento de diversos serviços e unidades de saúde, sobretudo urgências e serviços de cuidados primários, mas também com o encerramento de grandes hospitais e unidades especializadas fundamentais, como por exemplo a Maternidade Alfredo da Costa, ou com a fusão e concentração de serviços em grandes centros hospitalares. Ao mesmo tempo, com a entrega da gestão dos hospitais a Parcerias Público-Privadas, com consequências danosas para o funcionamento dos mesmos, o enorme aumento das taxas moderadoras e do preço dos medicamentos, a diminuição do apoio ao transporte de doentes não-urgentes, tem como consequência um decréscimo na qualidade dos serviços prestados, negando o acesso a cuidados de saúde ou empurrando-os para os serviços de saúde privados.

A falta de equipamentos, de condições, tanto materiais como humanas, é tanta, que a maioria dos jovens não tem acesso a um médico de família, nem a consultas de diversas especialidades. Dificuldade especialmente sentida pelos estudantes deslocados, já que mesmo existindo alguma oferta de consultas médicas por parte dos SAS nas Universidades, estas não dão resposta às necessidades, não contemplam grande parte das especialidades e são, em muitos casos, pagas.

Os ataques aos direitos dos trabalhadores do SNS em especial os profissionais de saúde, com a sua desvalorização profissional e social, reforça a tentativa de desmantelamento do SNS.

Para concretizar o SNS gratuito, de qualidade e acessível a todos, defendemos o reforço das condições financeiras, materiais e humanas do SNS para potenciar a sua eficiência em todas as áreas de intervenção, promovendo a sua sustentabilidade e aproveitamento das capacidades disponíveis. Defendemos a gratuidade no acesso a cuidados de saúde, com a eliminação total das taxas moderadoras para todo o tipo de serviços prestados, bem como a garantia de acesso à saúde oral, a programas de prevenção, vacinação e rastreio.

2.8 DROGA E TOXICODEPENDÊNCIA

O fenómeno da droga e da toxicodependência não pode ser desligado do contexto em que vivemos e do sistema capitalista. A droga constitui um factor de degradação das plenas capacidades do indivíduo, um factor de desumanização e destruição, um factor de dominação e de alienação social e política e como tal, um instrumento do capitalismo de controlo de massas – a título de exemplo, recorde-se a estratégia de distribuição e venda de drogas pela CIA e o FBI, em bairros pobres norte-americanos, com o objectivo de neutralizar movimentos sociais. A toxicodependência é um sintoma de profundos problemas sociais e encontra raízes no caldo de cultura gerado pelas desigualdades sociais.

Para além da sua função alienante, a droga constitui, para

o sistema capitalista, uma fonte de lucro, num negócio dos mais lucrativos à escala mundial que vive às custas da dependência dramática de milhões de seres humanos.

Em Portugal, a regressão social é a causa fundamental do agravamento da toxicodependência, que constitui um enorme flagelo social no nosso país. Estudos realizados em populações escolares entre 2010 e 2011, apontam para um recrudescimento do consumo de drogas, sobretudo da cannabis mas também de outras drogas como o LSD e as anfetaminas.

Em várias regiões do país surgem, de forma disfarçada, espaços de venda e divulgação de novos tipos de droga, promovendo a venda e consumo de drogas sintéticas. Estes espaços, em alguns casos apelidados de “smartshops” contornam a legislação em vigor sobre a venda de substâncias ilícitas, apresentando-se como espaços de diversão direccionados a jovens, enquadrados em zonas de bares ou discotecas, aliciando-os e iniciando-os na droga.

A desintegração do Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT), a criação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), por parte do Governo PSD/CDS, não tem qualquer sustentação técnica e vem desmantelar a estratégia nacional de resposta à toxicodependência, abandonando e marginalizando os que dela necessitam. Ao mesmo tempo aumenta o desinvestimento, o despedimento de técnicos do IDT, a redução e encerramento de meios e equipamentos indispensáveis, que com a crescente generalização da privatização de serviços de saúde, são questões que vieram reduzir capacidades de resposta nacional neste domínio, com o consequente recrudescimento destes flagelos sociais.

O combate à toxicodependência não pode ser, em primeiro lugar, dissociado do combate aos problemas sociais que a maior parte das vezes se encontram na sua origem e deve ser sempre feito de forma integrada e transversal.

A despenalização do consumo da droga e o entendimento do toxicodependente como um doente e não como um criminoso são o resultado da intervenção do PCP. Nenhum toxicodependente pode ser preso ou sujeito a outras sanções no âmbito do Direito Penal por consumir, sendo remetido para um regime próprio de ilícito de mera ordenação social, o que significa que a lei mantém um sinal negativo relativamente ao consumo de droga. Componente necessária desse combate é a luta contra o narcotráfico e o branqueamento de capitais.

A luta contra a droga, quer seja ao nível da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos ou ao nível do tratamento, deve ser garantida totalmente por serviços públicos e a legislação e consequentes orientações estratégicas existentes actualmente devem ser aplicadas de forma determinada (ao invés do que tem sucedido por parte do Governo).

Rejeitamos entendimentos conservadores sobre o toxicodependente e o combate à droga, bem como o aproveitamento demagógico feito pelo BE e pela JS em

torno da legalização das chamadas “drogas leves”. A estratégia do combate à droga não deve ser pautada por iniciativas pontuais ou assentes em falsas dicotomias entre drogas leves e pesadas, que, na prática, têm contribuído para desviar a atenção da questão essencial: a do combate ao consumo. Países que enveredaram pela experiência da legalização de algumas substâncias, estão agora a reavaliar essas decisões e a proceder a recuos, face a consequências negativas verificadas (turismo da droga, não redução do consumo, etc.).

Quanto à destruição ou supressão do mercado ilegal da droga pela via da legalização de algumas ou todas as substâncias e consequente controlo desse mercado por parte do Estado, há que ter em conta na nossa reflexão que, na actual correlação de forças, estaremos a falar de um Estado capitalista que, pela sua natureza, procura a obtenção do lucro e a exploração e controlo do ser humano, numa altura em que são cada vez mais os exemplos de funções sociais do Estado concessionadas ou privatizadas, nomeadamente na área da saúde. Assim, qualquer medida relativa deve ter sempre como objectivo a diminuição do consumo e do número de consumidores e deve sempre fazer parte de uma resposta integrada, transversal e cientificamente sustentada.

Por uma vida saudável, livre de dependência, defendemos a adopção de políticas sectoriais que dêem resposta aos problemas sociais que estão na origem da toxicodependência. Exigimos a suspensão da extinção e o imediato reforço do IDT, com mais investimento e alargamento da rede pública de prevenção e tratamento da toxicodependência. Defendemos ainda, o reforço e multiplicação dos meios especializados no combate ao tráfico de drogas e branqueamento de capitais.

2.9 ÁLCOOL E ALCOOLISMO

O alcoolismo e o consumo excessivo de álcool têm raízes sócio-culturais. As fragilidades humanas causadas pela pobreza, o desemprego, os baixos salários, o descontentamento com o trabalho sem direitos, a dificuldade no acesso à saúde, educação, cultura ou ao desporto são terreno fértil para o consumo nocivo e dependente do álcool. O consumo de álcool – seja ele um consumo excessivo, de risco, nocivo ou dependente constitui para a população portuguesa um importante problema de saúde pública.

Portugal é um dos países com maior número de acidentes na estrada que envolvem álcool e que é um dos poucos (no total, são cinco, numa lista de 29 países) a autorizar a venda de álcool a menores de 18 anos. Problema agravado pelo não cumprimento da lei da bebida, nomeadamente da proibição da venda a menores de 16 anos, em parte por falta de meios e condições para a fiscalização.

O álcool afecta pessoas que bebem num padrão de consumo nocivo, com danos mas sem dependência, afectando também aqueles que, apesar de não beberem regularmente, apresentam consumos esporádicos excessivos com consequências potencialmente graves, bem como um número incalculavelmente maior de pessoas que sofrem danos sociais, mentais, emocionais e materiais, causados

pelo consumo próprio ou de outros.

A passagem dos serviços de álcool para o IDT e a seguinte extinção do mesmo, com a criação do SICAD, com todos os problemas que lhe estão associados foi já referida no ponto acima. Porém, é importante reforçar, o desinvestimento por parte dos sucessivos governos e a crescente diminuição da capacidade de resposta das estruturas públicas às cada vez maiores necessidades colocadas no que toca à prevenção, ao tratamento e acompanhamento de pessoas com problemas ligados ao álcool. Hoje, quem tem condições económicas consegue o apoio pretendido e quem não tem, a grande maioria da população, pode passar anos à espera de tratamento e apoio, sem nunca ser dada uma resposta adequada. Verifica-se um retrocesso brutal na estratégia nacional para a prevenção e combate a este flagelo social, situação agravada com todas as dúvidas que se colocam quanto ao Orçamento de Estado para 2014 relativamente às verbas disponibilizadas para esta matéria.

Para um real combate ao consumo excessivo de álcool e ao alcoolismo é fundamental a adopção de uma política que dê resposta aos problemas sociais que estão na sua origem. Defendemos a suspensão da extinção do IDT e a reestruturação dos serviços das estruturas de Alcoologia. Por fim, o efectivo cumprimento da lei no que concerne à proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos, a pessoas notoriamente embriagadas e a pessoas que apresentem anomalias psíquicas.

2.10 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Portugal está dotado de um importante património legislativo no que concerne aos direitos sexuais e reprodutivos construído ao longo dos anos após o 25 de Abril de 1974. Importa valorizar a aprovação, a 8 de Março de 2007, da lei de despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), corolário de uma prolongada situação de injusta e dramática penalização da saúde sexual e reprodutiva de sucessivas gerações de mulheres obrigadas ao aborto clandestino e vítimas de discriminação.

Este património é inseparável da luta determinada das mulheres e jovens portugueses pela emancipação social, económica e cultural.

Os direitos sexuais e reprodutivos são parte integrante dos direitos sociais, exigindo por isso uma especial responsabilidade do poder político na garantia do seu integral cumprimento e implementação.

Apesar da primeira lei sobre a educação sexual ter sido aprovada há 29 anos, a sua implementação nas escolas e cumprimento efectivo não tem sido realidade, fundamentalmente devido à negação da criação e utilização de meios materiais e humanos para aplicar a lei. A não aplicação da lei da educação sexual e a degradação da resposta clínica ao nível dos cuidados de saúde primários contribuem em muito para o agravamento do obscurantismo, preconceitos e tabus na abordagem da sexualidade por muitos jovens.

Milhares de mulheres têm hoje maiores dificuldades de acesso aos serviços de saúde, consultas e planeamento familiar, consultas de ginecologia e obstetrícia, em resultado da inexistência de médicos de família e da falta de outros profissionais de saúde.

A política de desmantelamento do SNS traduzida no encerramento de maternidades e de unidades de saúde, na imposição de taxas moderadoras, na imposição de horários desajustados de funcionamento das consultas e a indisponibilidade de muitos métodos contraceptivos têm dificultado significativamente o acesso ao acompanhamento clínico e cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e jovens.

Relativamente à lei da IVG importa referir que continua a não existir uma resposta pública em todos os distritos e muitas mulheres são encaminhadas para unidades de saúde privadas, gerando um negócio lucrativo para os privados ao invés do reforço do SNS. Para além disto, muitas obrigações previstas na lei continuam por cumprir, tais como a obrigatoriedade de consulta de planeamento familiar e de acompanhamento clínico regular posterior à IVG.

A orientação sexual de cada pessoa é matéria da sua liberdade individual e o seu respeito deve ser cumprido em todos os domínios da vida colectiva.

A assunção da orientação sexual faz parte de uma sexualidade livre de preconceitos e feliz. Como é referido na CRP: "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual."

Por uma sexualidade informada, livre, plena e feliz a JCP defende o cumprimento efectivo da lei da Educação Sexual em todas as escolas públicas, a existência de consultas gratuitas para jovens, nomeadamente de planeamento familiar, bem como a distribuição gratuita de todos os métodos contraceptivos nas unidades de cuidados de saúde primários, incluindo a contracepção de emergência.

2.11 IGUALDADE

Apesar do direito à igualdade estar consagrado na Constituição, sabemos que o sistema capitalista em que vivemos aproveita todos as diferenças entre trabalhadores e jovens para os dividir na luta pelos seus direitos, no seio da sociedade, em particular nas suas escolas e locais de trabalho. Neste grupo de aproveitamentos da diferença estão obviamente a diferença entre homem e mulher, mas também questões como orientação sexual, opção política, opção religiosa, identidade étnica e cultural. Assim vemos que da lei à vida existe uma realidade marcada por um agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores, em particular das mulheres e dos jovens, por novas formas de exploração e negação de direitos fundamentais e pela diminuição das condições efectivas de participação na vida pública.

De acordo com dados oficiais de 2012, a percentagem de mulheres no desemprego jovem era ainda mais elevada do que no desemprego geral. Nos salários, as mulheres auferem cerca de 82% da remuneração média mensal de base dos homens. Estas diferenças aumentam com o nível de qualificação.

Nos últimos anos a disparidade salarial tem vindo a aumentar, revelando que o princípio do salário igual para trabalho de igual valor está longe de ser aplicado, e a desvalorização do trabalho qualificado das mulheres é directamente proporcional ao aumento de lucros do patronato.

Relativamente ao trabalho não pago (tarefas domésticas, prestação de cuidados a crianças e prestação de cuidados a familiares idosos ou com deficiência) na maioria dos casos, as mulheres despendem semanalmente mais 16 horas, por comparação com os homens.

Nos locais de trabalho têm sido reiteradas e crescentes as violações dos direitos de maternidade e paternidade, designadamente quanto aos horários de trabalho, ao não pagamento de subsídios por gozo de licença, ao despedimento de grávidas e a dificultação do acompanhamento dos filhos.

Passados mais de 7 anos desde a aplicação da lei da paridade, comprova-se a justeza da posição do PCP ao considerar esta, uma medida artificial que impôs quotas de participação feminina nas listas eleitorais dos partidos políticos. Na verdade, constitui uma tentativa de escamotear as questões de classe que sustentam as opções políticas tomadas e mais um passo na ingerência da vida interna dos partidos e a tentativa de escamotear as questões de classe que sustentam as opções políticas tomadas.

O empobrecimento e a agudização da pobreza agravam a vulnerabilidade das mulheres perante todos os tipos de violência: laboral, violência doméstica e no namoro, tráfico de seres humanos e exploração na prostituição. A exploração na prostituição e o tráfico de seres humanos revestem diversas formas de exploração: sexual, laboral, o tráfico de órgãos, a mendicidade, adopção ilegal, casamentos forçados.

A prostituição é um enorme flagelo social que atinge maioritariamente as mulheres e é consequência da degradação das condições de vida e da situação de extrema miséria e desespero para que muitos seres humanos são empurrados.

A prostituição é sinónimo de exploração pois significa a atribuição de valor económico à sexualidade e ao corpo, revelando o carácter predador e desumanizador do capitalismo. Ao contrário das campanhas ideológicas com grande cobertura da comunicação social detida pelos grandes grupos económicos, esta situação de vida não é opção, mas sim uma imposição que tem origem nas profundas desigualdades sociais e na perversão com que é olhada a vida e a dignidade humana por parte das classes dominantes no sistema capitalista. A solução não está na naturalização ou legalização da prostituição mas sim na garantia de condições de vida para as pessoas, a sua realização e felicidade.

O fenómeno da violência doméstica tende a persistir, a agudizar-se e a ganhar outros contornos, como a violência no namoro.

Em 2012, foram registadas 26.084 participações de violência doméstica às forças de segurança, em média 2.174 participações por mês, 71 por dia e 3 por hora. Morreram 40 mulheres assassinadas pelos maridos/ex-maridos, companheiros/ex-companheiros ou namorados/ex-namorados.

No ano de 2011 foi aprovado com o voto favorável do PCP o casamento entre pessoas do mesmo sexo, avanço significativo nos direitos das pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais).

Em 2013 foi aprovada na generalidade a coadopção por casais do mesmo sexo; depois de manobras de bastidores do PSD que adiaram o processo, na votação final a proposta foi rejeitada, apesar do voto favorável do PCP. Esta votação impediu o reconhecimento legal das famílias LGBT, impedindo os seus membros do exercício de direitos fundamentais e fragilizando os direitos destas crianças. Este processo veio ainda dificultar a luta pela conquista de outros direitos como a adopção por casais do mesmo sexo.

A JCP defende alterações à legislação laboral que assegurem e valorizem a articulação entre a vida familiar, pessoal e profissional, bem como um efectivo plano de combate às discriminações salariais, directas e indirectas. Defendemos também a criação de um plano de combate à exploração na prostituição e o reforço dos meios materiais e humanos do Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

2.12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Os sucessivos governos que têm aplicado a política de direita, têm posto em causa o ambiente e piorado a qualidade de vida dos jovens e do país. Estes têm efectuado políticas que vão ao encontro dos interesses dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros e, em detrimento do ambiente e qualidade de vida da população em geral e dos jovens, abrem as portas à exploração dos nossos recursos naturais.

Actualmente, no plano energético, com as sucessivas privatizações, houve um aumento generalizado dos custos com consequências para a nossa economia. Os lucros de empresas como a EDP que poderiam ser usados para a investigação nas energias renováveis ou no sentido do aumento da rentabilidade energética servem para aumentar os lucros do capital. As energias renováveis têm poucas hipóteses de se afirmarem, pois põem em causa interesses de grandes grupos económicos e têm um custo elevado que visa aumentar o lucro ao capital, quando deveria ter um custo baixo que permitisse um uso efectivo por parte do povo português.

Os incêndios florestais são outro problema que põe seriamente em causa o ambiente pelas suas emissões de carbono assim como pelos ecossistemas que destroem. Contribuem para a perda de solo por erosão, pois com a

destruição da vegetação que anteriormente “segurava” o solo este fica muito mais vulnerável aos agentes erosivos.

Os sucessivos governos têm tido uma política que não só não previne a ocorrência de incêndios, como descora o combate imediato a estes. É um exemplo de que quando não são os interesses do capital que estão em causa, no sistema capitalista, não há actuação por parte do governo ou esta é insuficiente. O combate aos incêndios, que deve ser feito pelos bombeiros, tem sido insuficiente pois o número de efectivos claramente não chega assim como os meios de que dispõem estão desactualizados, o que aumenta os níveis de risco e eficiência no combate aos incêndios florestais.

A prevenção da ocorrência de incêndios é o método mais eficaz, contudo não existem medidas efectivas de prevenção. A redução de efectivos nos guardas florestais é uma atitude de uma elevada irresponsabilidade, pois estes desempenham um papel importantíssimo numa resposta rápida a um incêndio. A criação de caminhos que permitam a passagem dos equipamentos de combate a incêndios é preponderante no sucesso do combate, mas estes são insuficientes. O despovoamento do interior é um dos principais factores para a ausência de prevenção, pois com o abandono dos terrenos florestais não é feita qualquer limpeza da mata, anteriormente feita essencialmente pelo pastoreio nos sistemas silvo-pastoris.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) que têm a função de proteger zonas com importância ecológica e agrícola são sucessivamente destruídas, principalmente devido a interesses imobiliários. Esta situação tem vindo a destruir vários ecossistemas, assim como solos com potencial agrícola, que são ocupados.

A linha de privatização dos recursos naturais assumiu uma das suas maiores expressões na mercantilização da água que, no nosso país, conheceu forma com a aprovação em 2005 da chamada Lei da Água, que trouxe consigo um aumento generalizado dos custos com o consumo de água. A água é um recurso natural essencial à vida e é fundamental ao consumo individual, assim como tem um papel importantíssimo na agricultura. A concessão das praias e as condicionantes impostas ao seu acesso livre e gratuito são também disto exemplo.

Também o Planeamento e Ordenamento do Território, são um factor decisivo para uma melhor qualidade de vida. Com o seu carácter estratégico proporcionam a edificação de novas infraestruturas de forma enquadrada, pensadas de acordo com as necessidades das populações, minimizando os impactos nos sistemas envolventes, sejam eles transportes, habitação ou espaços de lazer. É necessário atender à integração no quadro das infraestruturas já existentes.

É imprescindível o fomento no desenvolvimento económico que tenha uma sustentabilidade ambiental e ecológica, com a utilização do conhecimento científico na tomada de decisões políticas ambientais e energéticas, acompanhadas do desenvolvimento da investigação, garantindo a soberania nacional no plano energético. Por fim, defendemos a

revogação da Lei da Água e a aprovação de uma legislação que proteja os recursos hídricos enquanto património público e que salvaguarde o acesso à água como um direito.

2.13 INTERIORIDADE E INSULARIDADE

O desenvolvimento regional do país é cada vez mais política e socialmente desequilibrado, sendo afectado por fortes assimetrias que se reflectem de forma importante na vida dos jovens.

No interior do país e nas regiões autónomas o desenvolvimento e investimento diferenciados têm maior impacto negativo junto das populações e dos tecidos económicos e produtivos.

2.13.1 INTERIORIDADE

Os grandes centros urbanos do litoral são o alvo privilegiado do pouco investimento público existente, acentuando a desertificação do interior do país, incapaz de fixar a juventude, por via da destruição do aparelho produtivo, da ausência de investimento e do contínuo encerramento e asfixia de serviços públicos essenciais.

A migração do interior para o litoral e para as capitais de distrito conduz à grande concentração populacional, desequilibrando o próprio desenvolvimento da qualidade de vida urbana. A falta de condições para a emancipação e início de vida activa nas regiões interiores do país, a falta de emprego, a dificuldade de acesso a uma rede escolar e de saúde e mesmo ao desporto e à cultura, bem como a falta de mobilidade são factores determinantes que levam os jovens a abandonarem o interior.

A política dos sucessivos governos de encerramento de escolas, hospitais, centros de saúde, e outros serviços básicos para as populações confirma a estratégia irracional de abandono do interior, a não solução das carências e debilidades existentes e, sobretudo, o agravamento das condições de vida destas populações, especialmente dos jovens.

Este facto é ainda mais gritante à luz da existência de imensos recursos naturais por explorar que, se postos ao serviço do país, poderiam garantir a extracção, produção e transformação de matérias-primas que permitiriam suprir necessidades ao nível energético, alimentar e até de produtos actualmente importados por Portugal (por exemplo, no nosso país, existe uma das maiores reservas de cobre da Europa completamente inexplorada no distrito, ultra desertificado, de Bragança).

Desta forma, o investimento público no interior do país permitiria corrigir os desequilíbrios demográficos existentes, uma significativa melhoria da qualidade de vida das populações dessas regiões e um importante contributo para ultrapassar os problemas que o país atravessa (desemprego, dependência económica do exterior, etc.). O investimento no aparelho produtivo e em infra-estruturas de educação, transportes e saúde é uma obrigação do Estado, contemplada pela CRP.

A regionalização e o aperfeiçoamento que esta implica para o regime democrático do país pode, em conjunto com a actuação do Poder Local Democrático, ser o ponto de partida para uma verdadeira mudança no que toca ao desenvolvimento regional.

2.13.2 INSULARIDADE

A desertificação e o êxodo juvenil também se têm vindo a sentir nas regiões autónomas, devido à falta de emprego. O desinvestimento do Estado agravado pela política dos sucessivos governos regionais nestas regiões tem agravado as já de si grandes debilidades do aparelho produtivo, promovendo o aumento do desemprego e da pobreza para níveis alarmantes.

Os jovens destas regiões são fortemente afectados pela falta de mobilidade, principalmente no que toca a deslocações ao continente. A concessão dos aeroportos (por via da privatização da ANA) e consequente aumento das taxas aeroportuárias no preço dos bilhetes de avião, a liberalização do tráfego aéreo, a extinção da ligação marítima para passageiros entre Madeira e Algarve e a ausência de uma política que garanta a mobilidade e o princípio da continuidade territorial são factores que fazem incomportáveis as deslocações (algo que pode ser ainda mais agravado se for concretizada a privatização da TAP).

Estas dificuldades reflectem-se necessariamente no acesso a bens fundamentais como a saúde, a cultura, o desporto e o acesso à educação, principalmente a instituições que tenham sede no continente, já que essa oportunidade está reservada a quem a possa pagar. Quer o governo central, quer os governos regionais não têm dedicado o suficiente investimento ao desenvolvimento das regiões autónomas, levando a uma profunda dependência regional do mercado turístico – restauração e hotelaria – onde se emprega grande parte dos jovens aí residentes, provocando, por sua vez, um desequilíbrio entre a formação dos jovens e o trabalho disponível.

2.14 HABITAÇÃO

A habitação é factor determinante para a emancipação e autonomia da juventude, correspondendo a uma necessidade básica de sobrevivência e a um factor de desenvolvimento individual e colectivo, consagrado na CRP.

A nova lei do arrendamento – Lei dos Despejos – apaga o direito à habitação, subordinando-o à lógica da especulação imobiliária e da concentração da propriedade urbana, ameaça com o despejo de milhares de famílias, associações e colectividades, e micro, pequenas e médias empresas, bem como o brutal agravamento decidido pelo governo do imposto municipal sobre imóveis que constituirá para muitas famílias um novo factor de incumprimento.

Em 2007 foi criado um novo sistema de apoio ao arrendamento por jovens que vem agravar de forma tão injusta quanto inaceitável a já difícil situação vivida pelos jovens no que concerne ao acesso à habitação – Programa Porta 65. Desde logo, a alteração substancial do acesso ao

subsídio, passando a funcionar por concurso, com limitação de vagas sujeita às opções políticas orçamentais, num quadro de crescente desinvestimento nesta área. A redução do tempo de atribuição para 3 anos, em vez de 5 e do decréscimo progressivo ao longo desses 3 anos é, também, um sinal claro do objectivo de destruição deste instrumento fundamental de apoio ao acesso à habitação aos jovens, independentemente da sua situação económica.

Com este instrumento deu-se um grande passo atrás na garantia e defesa dos direitos dos jovens, agravado pelo desemprego, precariedade e salários muito baixos.

O Porta 65 teve como principal objectivo reduzir drasticamente as despesas do Estado com o apoio aos jovens arrendatários, criando um conjunto de injustiças e de impossibilidades de acesso ao apoio.

Centenas de jovens foram excluídos deste apoio, o número de jovens apoiados decresceu de cerca de 25.000 (com IAJ) para 1.544 (na candidatura de Dezembro de 2007 para o Porta 65); em Setembro de 2011 apenas abriram 500 candidaturas.

A JCP defende a revogação do Porta 65 e criação de um instrumento de apoio efectivo ao arrendamento por jovens, através da desburocratização das candidaturas e possibilidade de renovação, tendo por base uma taxa de esforço máxima de 20% com gastos em arrendamento assumida pelos jovens. Defendemos, ainda a criação e definição de um plano público de habitação para jovens, com diversas vertentes, nomeadamente a criação e gestão por parte do Estado de fogos habitacionais especialmente para jovens, com rendas de custos controlado, a intervenção e reparação de casas devolutas e promoção e desburocratização do acesso a programas de reabilitação de edifícios degradados e devolutos.

2.15 TRANSPORTES E MOBILIDADE

O direito à mobilidade dos cidadãos deve ser garantido pelo Estado como direito essencial, e através de uma rede de transportes pública com cobertura a todo o território nacional, de forma equilibrada, com regularidade, qualidade e preços que sejam socialmente justos.

Devido ao desinvestimento levado a cabo ao longo dos anos, hoje, a rede de transportes pública tem enormes insuficiências a nível de cobertura do território nacional, levando ao aumento dos preços, bem como a diminuição da qualidade. A intenção deste governo e de outros que o antecederam é a privatização dos transportes públicos, com o argumento de que estes dão prejuízos e que como tal não são rentáveis para o Estado. Para seguirem esta política começam por piorar o serviço público, reduzindo ou suprimindo linhas, despedindo trabalhadores, de forma a facilitar a sua privatização. Existem municípios onde a entrega dos transportes públicos aos privados deixou populações sem qualquer tipo de transporte e os que ficaram com o serviço privado viram os preços aumentarem substancialmente.

Ainda em relação ao transporte rodoviário é de assinalar a degradação da nossa rede viária, o aumento dos custos de circulação com a criação de portagens nas antigas SCUTS (esta medida entrava o desenvolvimento das regiões e afecta o direito de todos à mobilidade), as constantes subidas dos preços dos combustíveis fruto da liberalização que foi operada pelos governos da política de direita, factores que mais não fazem que colocar cada vez maiores dificuldades à vida das populações.

Em relação ao transporte ferroviário, a política de desastre prosseguida tem sido a de encerramento de linhas e estações, da privatização ou do abandono, trazendo consequências graves, que contribuem para o isolamento das populações e desertificação de certas zonas do país. Numa clara ofensiva ao transporte público, a política de direita potencia a construção de transportes ferroviários de luxo, só ao alcance de alguns muito longe das possibilidades da maioria da população, desinvestindo assim na criação de um transporte ecológico, numa mais fácil e barata forma de transporte da população e de mercadorias.

A par disto, um forte entrave à qualidade de vida dos jovens é o grande défice que existe no que toca à criação de condições de mobilidade para os jovens com deficiência. Todos os dias os jovens com deficiência deparam-se com obstáculos à sua mobilidade, nomeadamente devido à falta de equipamentos nos transportes públicos que satisfaçam as suas necessidades.

O fim dos passes 4_18 e sub_23 assegurados pelo Estado (que era generalizado a todos os estudantes) veio colocar ainda mais em causa o direito à mobilidade dos estudantes e o acesso às escolas, não dando resposta às suas reais necessidades.

O facto de não haver passes sociais para transportes de longo curso, mais concretamente para quem estuda ou trabalha longe de casa, afecta gravemente milhares de jovens que se vêem impedidos de se deslocar frequentemente às suas casas e famílias, aumentando assim as despesas relacionadas com a educação.

A não existência de uma rede pública de escolas de condução faz com que não haja um real acesso a todos à carta de condução, e que os preços praticados sejam muito elevados. É ainda necessário tomar medidas para aumentar o uso da bicicleta, de forma pública, segura e com qualidade, como complemento ao transporte público.

A JCP defende uma rede de transportes pública, de qualidade e com preços socialmente justos, distribuída por todo o território nacional, acompanhada por uma rede de transportes escolar pública e que dê resposta às reais necessidades dos estudantes e das escolas. Defendemos o acesso de todos aos passes sociais e intermédios, particularmente à juventude, bem como a existência de passes de longo curso, a criação de uma rede pública de escolas de condução com preços socialmente justos e o fim das portagens.

2.16 RACISMO E XENOFOBIA

Com o agudizar da recente crise sistémica, o sistema capitalista tenta mais uma vez dividir para reinar, como é exemplo, entre outros, a campanha que faz contra os povos dos países do sul da Europa procurando culpabilizá-los pela crise que atravessa, tentando passar a ideia que aqueles povos são mandriões e laxistas pois não gostam de trabalhar, chegando ao ponto de chamar de PIGS a Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, para assim impor um saque a estes povos.

A multiculturalidade, que advém da migração dos trabalhadores e da coexistência de diversas etnias e povos, fenómeno cada vez mais transversal, é arremessada demagogicamente como uma vantagem da globalização, sem se debaterem os reais factores que levam a tão acentuada migração, nem passando do papel para a prática as acções necessárias para facilitar uma verdadeira integração. A multiculturalidade é, para a JCP, a garantia de uma aprendizagem constante e factor de integração, quando devidamente acompanhada.

Com o agudizar das contradições do sistema capitalista e a crescente violência social contra os povos, este sistema acentua ainda mais a ofensiva ideológica tentando ocultar a sua natureza exploradora, agressiva, predadora e opressora.

Enquanto se promovem factores de divisão de classe, projecta-se o conformismo, o individualismo, e a inevitabilidade do empobrecimento, e da retirada de direitos, e estimulam-se teorias abertamente reaccionárias, racistas e xenóforas.

O que divide os seres humanos na sociedade é o seu papel no processo produtivo e a propriedade ou não dos meios de produção.

2.17 IMIGRAÇÃO

As principais causas da imigração radicam nas situações económicas e sociais dramáticas nos países de origem, como fuga à fome, à pobreza, ao desemprego, aos conflitos armados bem como a procura de melhores condições de vida e de trabalho. Actualmente as principais comunidades imigrantes em Portugal são a Brasileira, a Cabo-Verdiana, a Ucraniana, a Angolana, a Romena e a Guineense.

Depois de anos de crescendo da imigração, há hoje uma redução do número de imigrantes em Portugal. Este facto é indissociável da degradação da vida no nosso país, particularmente no que se refere ao aumento do desemprego e desvalorização dos salários, que tem levado muitos imigrantes a regressar ao seu país de origem e/ou a outros destinos.

Não obstante estas comunidades trabalham, em número significativo, em sectores como a construção civil, hotelaria, restauração e comércio, agricultura, sendo na sua maioria, sujeitos a condições de trabalho precárias, ou mesmo fisicamente perigosas, tanto para trabalhadores regulares como irregulares, com elevados níveis de exploração, baixos salários, sem protecção social, com desrespeito pelos direitos e, em alguns casos, sujeitos a situações de

extrema exploração, até mesmo de escravatura, fruto da vulnerabilidade da condição de imigrante ilegal.

As alterações que se têm vindo a verificar no tecido popular e cultural da imigração em Portugal merecem um acompanhamento mais continuado por parte da JCP, de forma a potenciar a capacidade de intervenção e organização junto destas comunidades que estão confrontadas com a exploração do trabalho sem direitos e com as faces mais ofensivas do capitalismo. No emprego, na habitação, na saúde e na educação estas comunidades são confrontadas com um vasto conjunto de dificuldades, que começam com as burocracias e impedimentos à legalização e à obtenção de vistos e licenças.

A JCP condena a submissão de Portugal às orientações da União Europeia quanto à política imigratória, marcadas por um cariz securitário, de natureza repressiva, como é o caso da «directiva de retorno». Condenamos ainda a falta de meios de entidades como a Inspeção Geral do Trabalho, que deveria garantir que todos os imigrantes trabalham com direitos, de forma digna e legal, e que além da sua força e criatividade contribuem para a Segurança Social. Para tal é necessário vigilância apertada e desburocratização dos mecanismos de legalização para os imigrantes no momento da entrada no país e para os imigrantes residentes em situação ilegal.

2.18 EMIGRAÇÃO E JOVENS LUSO-DESCENDENTES

Estima-se que no ano de 2012 tenham sido 120 mil (em média 10 mil por mês!) os portugueses que foram forçados a abandonar o país para procurar fora de Portugal meios de subsistência. Este fenómeno tem sido incentivado pelo próprio governo, não apenas com as suas políticas, mas também de forma directa ao mascarar-lo de grande modernidade e “normalidade”, através de declarações e até campanhas do IEF, procurando assim desresponsabilizar-se das consequências das suas políticas.

A procura de melhores condições de vida, nomeadamente de emprego tem levado muitos jovens a emigrar, tendência que não sendo nova sofreu uma forte aceleração devido ao galopar do desemprego (particularmente entre os jovens) desde o 9º Congresso da JCP. Com cada emigrante, parte força de trabalho manual e intelectual vital para o desenvolvimento do país. Partem ainda importantes recursos empregues na formação desses trabalhadores que, assim, não serão rentabilizados pelo país, mas desperdiçados.

As actividades predominantes dos novos emigrantes são a construção civil, a agricultura, a hotelaria e restauração, limpezas e indústria transformadora. Porém, nos últimos anos, tem havido um crescendo de emigrantes muito qualificados no plano académico.

À já registada desregulamentação das normas laborais, que proporciona o desenvolvimento da contratação de trabalhadores por redes mafiosas de exportação de mão-de-obra, junta-se o crescente sufoco da juventude portuguesa

que contribui para agravar a grande exploração salarial e outras condições de trabalho próximas da escravatura no país de chegada.

A juntar a isto, registamos que a maior parte dos jovens trabalhadores que emigram são completamente esquecidos por parte do governo português, não tendo nenhum tipo de apoio de informação sobre os seus direitos, o que contribui para o seu afastamento do nosso país. O apoio ao movimento associativo dos emigrantes é muito débil dificultando o papel que estas associações devem ter.

Os nossos jovens emigrantes têm sido ignorados pelos governantes, nomeadamente quando se encerram consulados em muitos países com forte presença de emigrantes portugueses ou quando se acaba com o ensino do português nesses mesmos países. Exemplo disso foi a situação que se viveu em 2007 em França e que motivou a mobilização de vários milhares de portugueses luso-descendentes em protesto. As comunidades luso-descendentes não podem ser ignoradas desta forma pelos governos.

São necessárias novas e justas políticas que dêem resposta aos anseios dos jovens emigrantes e luso-descendentes. São necessárias políticas que mantenham as relações destes com o país, a língua e cultura portuguesa.

2.19 CULTURA

Em Portugal diminui-se cada vez mais o investimento neste sector, levando a que a cultura seja uma componente cada vez menor na vida da juventude. O OE para 2014 prevê um corte de mais de 26 milhões de euros no sector, relativamente a 2013, sendo que a cultura representa apenas 0,2% de todo o OE. O cinema, pela primeira vez desde o 25 de Abril, não teve qualquer apoio financeiro público no ano de 2013. A extinção do Ministério da Cultura é por si só representativa do rumo de destruição que os sucessivos governos da política de direita têm seguido.

O ensino artístico também tem vindo a ser afectado por estas políticas de desinvestimento, o que levou à sua quase completa destruição. A componente artística do ensino está hoje sobretudo presente em instituições privadas e mesmo quando as instituições são públicas são inexistentes os apoios à aquisição de materiais como instrumentos (no caso da música) ou de materiais para artes plásticas. No caso de teatro a formação é praticamente inexistente, tanto ao nível Secundário como Superior (Público). Os trabalhadores da cultura, nomeadamente das artes e espectáculos sofrem igualmente esta desresponsabilização do Estado. São trabalhadores com vínculos precários, cujo trabalho é apenas pago parcialmente, e que passam longos períodos sem trabalhar, sem direito a qualquer tipo de apoio.

A oferta cultural pode ser, aparentemente, maior, mas é menos diversificada. Os jovens têm as suas escolhas e preferências limitadas à oferta que o sistema permite que exista. Do mesmo modo, o potencial artístico dos jovens é amputado pela falta de apoios. A ameaça de encerramento da Cinemateca Portuguesa, assim como de inúmeros

cinemas (deixando até algumas capitais de distrito sem um único cinema), é um exemplo – de entre muitos outros possíveis – do estado deplorável a que chegou a cultura em Portugal.

A JCP encara a cultura, não como um luxo, mas como um pilar fundamental da formação integral do indivíduo, essencial para emancipação individual e colectiva. Os jovens comunistas não aceitam a imposição de um conceito de cultura assente na concepção de mercadoria e na lógica do lucro. Defendemos a democratização da criação e fruição culturais, com estímulos ao desenvolvimento cultural específico da juventude, determinado pelas suas próprias vontades e participação. Defendemos a garantia por parte do Estado do ensino artístico de forma gratuita e universal desde o ensino pré-escolar e até ao final do ensino secundário curricular e extracurricular. Defendemos ainda, medidas que apoiem e facilitem o acesso dos mais jovens à cultura em geral, garantindo a gratuidade do acesso, nomeadamente aos museus, às bibliotecas, aos espectáculos de companhias e orquestras nacionais, bem como a aplicação de preços especiais, ou mesmo gratuitos, para jovens em espectáculos de companhias estrangeiras, cinemas e locais de espectáculo em geral.

2.20 PRÁTICA DESPORTIVA E ACTIVIDADE FÍSICA

A actividade desportiva é uma componente essencial à formação do indivíduo, seja na forma federada, informal, profissional ou educativa, cabendo ao Estado estimular e apoiar a sua prática, fomentando também os princípios da paz, da cooperação e da amizade.

Os sucessivos governos têm olhado para esta matéria como uma fonte de despesa, na qual o investimento deve ser o menor possível, sendo isto bem claro com a fusão do Instituto Português de Desporto com o Instituto Português de Juventude e o corte no financiamento a esta área aprofundando a lógica elitista e de mercantilização que promovem, deixando o desporto apenas para quem tem possibilidades financeiras.

Nas escolas, o desporto tem sido alvo constante das políticas de direita cuja finalidade é eliminar em definitivo esta área do conhecimento. É disso exemplo a disciplina de Educação Física – essencial para garantir a prática da actividade física sem encargos financeiros, despertar o interesse dos jovens para o desporto e estilos de vida saudáveis, e alargar os seus conhecimentos e contactos com diversas modalidades – que viu a sua carga horária reduzida, assim como a sua relevância na formação académica porque voltou a não contar para a média final no caso do Ensino Secundário.

Por todo o país mantêm-se as escolas, que com várias décadas ainda não têm pavilhão gimnodesportivo, prejudicando toda a comunidade escolar, e sobretudo os alunos cuja especialidade é o Desporto. Outras escolas há, que não tendo pavilhão gimnodesportivo, obrigam os seus alunos a deslocações ao exterior da escola até espaços onde possam desenvolver a actividade física. Por outro lado, numa lógica de privatização, são construídos dentro

das escolas campos de relvado sintético, que a par das outras infra-estruturas, são alugados a entidades privadas, e durante o período escolar não podem ser usufruídas pelos alunos, nos intervalos.

O desporto escolar, cujo objectivo era proporcionar uma prática pré-federativa aos estudantes, aos poucos foi sendo desmantelado: sujeito à existência de espaços, a horários, limitados a determinados desportos por falta de recursos materiais, bem como à disponibilidade horária dos professores, tendo agora sido eliminado. Assim, os estudantes vêm-se obrigados a procurar fora das escolas, a acrescentar mais um custo às suas despesas mensais, e a tentar conciliar com os horários e tarefas escolares, acabando muitas vezes por desistir e não fazer nenhuma actividade física.

Por outro lado, em todo o país, clubes e associações desportivas, entidades que têm todas as condições para responder às necessidades da população, deparam-se com gravíssimas dificuldades para manter as suas actividades, pelas dificuldades económicas nos agregados familiares, pelas dificuldades horárias dos praticantes e agregados familiares, tal como o aumento dos custos e burocracias e a crescente falta de apoios, obrigando ao estabelecimento de parcerias com entidades privadas, ficando sujeitos aos seus interesses.

Ao desporto de alta competição apenas é dado acesso a quem até aqui teve condições financeiras para suportar a sua prática. São exigidos resultados, sem que haja investimento, quer em materiais e infra-estruturas, quer nos próprios atletas. Disto são exemplos as baixíssimas bolsas de alto rendimento, com as quais o atleta não pode procurar outra fonte (por exemplo um part-time); ou o encerramento de complexos desportivos. Em Portugal o investimento que é feito no desporto beneficia algumas modalidades em desfavor de outras. A maior parte dos apoios vão para o futebol, enquanto outras modalidades podem não ter qualquer tipo de apoio, tendo os seus atletas que financiar do seu bolso a sua participação em competições internacionais.

Ao mesmo tempo os escassos resultados internacionais são aproveitados para ludibriar o atraso a que a política de direita conduziu o desporto nacional, sendo Portugal é o país com a mais baixa taxa de participação desportiva da União Europeia. Portugal é colocado na posição de mero organizador de grandes eventos desportivos, sem a formação de atletas que possam competir a tal nível.

No desporto adaptado a situação é idêntica. A falta de apoios e infraestruturas, nomeadamente públicas, adaptadas às necessidades especiais dos atletas é uma barreira ao seu acesso em qualquer vertente: educativa, recreativa, terapêutica e competitiva.

Verificamos ainda discriminações brutais no desporto feminino nas diversas modalidades e aos mais diversos níveis. Os apoios que são atribuídos ao desporto não devem ser dados tendo em conta a importância, resultados ou visibilidade da modalidade desportiva, no nosso entender o desporto e os atletas desportivos devem ser apoiados de

igual forma sem que haja nenhuma discriminação.

2.21 LIBERDADE E DIREITOS DEMOCRÁTICOS

Os últimos anos caracterizam-se por um agravamento da ofensiva encetada contra o regime democrático, tendo-se aprofundado medidas e acções tendentes à sua descaracterização. A assinatura em 2011 do Pacto de Agressão dirigido contra os trabalhadores, o povo e o país, e assim contra a juventude, constitui um verdadeiro golpe contra o regime democrático, pois veio tentar limitar o poder de decisão do povo português quanto ao seu destino, enfraquecendo a nossa soberania e a independência nacional.

Têm-se multiplicado exemplos gravosos de repressão ilegal sobre o exercício de direitos políticos de liberdade de expressão, de liberdade de reunião e de manifestação, como são os casos de detenções ilegais ou identificação de activistas que se manifestam, que pintam murais, fazem colagens, distribuem propaganda seja em escolas, seja em locais de trabalho, e mesmo em piquetes de greve – direitos estes protegidos pela lei e pela CRP. Nas escolas permanece a política de ataque à participação dos estudantes na determinação da política educativa nacional e da gestão das escolas nos seus vários espaços, cada vez menos democráticos, chegando mesmo a criar-se entraves à constituição de AE. Deve salientar-se a preocupante «Lei dos graffitis», que sob o pretexto da necessidade de “cidades mais limpas” desta arte, visa condicionar a liberdade de propaganda política, sob a imposição de aprovação para a colagem de cartazes ou pintura de murais. Merece destaque neste âmbito a declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional do regulamento de propaganda da Câmara Municipal do Porto.

Pela intimidação pretende-se, sem sucesso, vergar quem age e luta. No entanto, estes exemplos só demonstram a justeza das lutas e das reivindicações da juventude, dos trabalhadores e do povo e determinam mais confiança para acções futuras.

A liberdade e a democracia são aspectos que estão em todos os sectores da sociedade e são indissociáveis das opções políticas para cada um deles. O exercício dos direitos é a única garantia da sua defesa e conquista. A luta travada pela juventude e pelo povo português é um aspecto central da vida democrática do nosso país, não apenas pelos direitos em concreto que visam, mas sobretudo porque a participação política, assumida que expressão assumir, é o vértice central de qualquer sociedade para que ela se considere democrática.

2.22 A ALTERNATIVA QUE O PAÍS E A JUVENTUDE PRECISAM

A situação da juventude e do país exigem uma política alternativa, que rompa com o rumo dos últimos 37 anos e permita à juventude e ao povo português concretizarem as suas aspirações, recuperando tudo o que as gerações passadas conquistaram com a Revolução de Abril.

Para tal, é essencial uma ruptura com a política de direita que passa pelas seguintes medidas urgentes:

- Demissão imediata do governo e realização de eleições antecipadas;
- Recusar todas as formas de ingerência externa, sejam elas financeiras, políticas, económicas ou outras;
- Renegociar a dívida pública, uma vez que parte dela é apresentada como pública e é na realidade da responsabilidade do próprio sistema financeiro, correspondendo a um conjunto de manobras financeiras que visam roubar os trabalhadores e os povos e pilhar riquezas dos países. É necessário rever montantes, prazos, juros e condições de pagamento;
- Apostar na produção nacional, pondo nas mãos do Estado os sectores e empresas estratégicos, colocando-os ao serviço do desenvolvimento nacional;
- Reposição do que foi roubado e o aumento dos salários (em especial o Salário Mínimo) para fazer justiça e dar ao país o dinamismo económico para sair da crise;
- Taxar os grandes grupos económicos e as grandes fortunas.
- O que Portugal precisa para o imediato é que se cumpra a Constituição da República Portuguesa, já que nela há linhas muito claras para o desenvolvimento do país de forma justa e soberana. Deste modo, no imediato, são prioridades para a juventude portuguesa:
- A garantia de uma Educação Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade para todos os jovens, abolindo todas as taxas, propinas e custos com material;
- O reforço do papel da ASE, indo ao encontro das reais necessidades dos jovens portugueses, garantindo a frequência a todos sem obstáculos económico-sociais;
- A dignificação do Ensino Profissional, garantindo que a sua frequência não obstaculiza o prosseguimento de estudos nem é uma mera antecâmara de exploração laboral;
- Uma política de pleno emprego, associada a investimento no aparelho produtivo que permita ao país satisfazer o máximo de necessidades, garantindo o trabalho com direitos e contrariando o aumento da emigração, em particular da juventude, garantindo políticas em todas as esferas da sua vida que assegurem o direito a viver e trabalhar em Portugal;
- Um plano de combate nacional à precariedade, garantindo a efectivação do princípio “a um trabalho permanente, um vínculo permanente”;
- O aumento dos salários com vista à melhoria da qualidade de vida e o fim de qualquer discriminação, garantindo que a trabalho igual, corresponde salário

igual;

- O fim da participação de Portugal em missões militares do Imperialismo e a dissolução da NATO;
- A garantia do acesso a uma Saúde Pública, Gratuita e de Qualidade, através de um financiamento adequado a um SNS eficaz e de abrangência nacional;
- A revogação da “lei dos despejos” e uma política de habitação que garanta aos jovens acesso a casas dignas a custos controlados, como factor emancipatório decisivo;
- Uma política cultural e desportiva que garanta os necessários meios ao movimento juvenil e aos jovens portugueses para acesso, fruição e produção cultural e desportiva;
- A garantia do acesso ao direito à mobilidade através de uma rede de transportes públicos, com cobertura de todo o território nacional, de forma equilibrada, com regularidade, qualidade e preços socialmente justos;
- Uma política ambiental que coloque os recursos naturais do país ao serviço das populações, garantido o seu controlo integralmente público e a sua gestão de forma a preservar o equilíbrio dos ecossistemas;
- Contrariar os desequilíbrios existentes entre o litoral e o interior, tal como o existente entre o continente e as ilhas, através de uma aposta efectiva na criação de emprego e revitalização de serviços públicos que permitam a atracção e fixação de população, particularmente de jovens;
- Salvaguardar os apoios necessários aos emigrantes e jovens luso-descendentes, permitindo-lhes contacto com o país, formas de organização própria e, sempre que o desejem, o regresso a Portugal;
- Acabar com os impedimentos de diversa natureza à actividade associativa e política, promovendo a participação juvenil através de todas as expressões.

A alternativa política que propomos à juventude portuguesa decorre das suas necessidades e aspirações e é com a luta que a juventude portuguesa, lado a lado com o povo, a concretizará, forjando uma estreita aliança com todos os sectores e camadas genuinamente interessados numa ruptura com o rumo de desgraça para o país que vivemos nos últimos 38 anos.

3. NAS NOSSAS MÃOS OS DESTINOS DA NOSSA VIDA

3.1 MOVIMENTO JUVENIL

A juventude é uma força social dinâmica que, não sendo homogénea, incorpora valores de solidariedade, partilha e participação carregada de potencial transformador, criatividade, alegria, combatividade, capacidade de resistência e organização. Esta organiza-se, naturalmente, em torno dos seus direitos, aspirações e interesses, mas também em torno de objectivos que o pensamento dominante do sistema capitalista lhe impõe, fomentando falsas soluções e desviando da luta a sua vontade transformadora. O desvirtuar dos propósitos, objectivos e anseios do movimento juvenil, assim como a sua instrumentalização, representa um objectivo das forças do capital em si mesmas.

A participação juvenil é heterogenea e, assume por vezes, formas contrárias às necessidades progressistas do desenvolvimento social. A larga presença de jovens em iniciativas assistencialistas e em programas de voluntariado é expressão da disponibilidade da juventude para organizar e intervir, ainda que, por vezes, em acções que não se traduzem em avanços na consagração dos seus direitos e anseios, bem pelo contrário.

Ao longo da História os jovens têm-se unido e organizado em torno das suas aspirações como a luta pela Educação e o Emprego com direitos, pela paz e a solidariedade entre os povos, pelo direito à cultura ou à habitação, entre outras. É através da capacidade de se organizar e lutar consequentemente que a juventude resiste às políticas de direita, alcança novos e importantes direitos e faz recuar vários ataques a conquistas históricas do povo português.

Nos últimos três anos a juventude dinamizou inúmeras e diversificadas lutas, estando também presente na primeira fila em numerosas lutas de várias camadas e sectores.

Várias dezenas de milhares de estudantes organizaram-se e lutaram nas suas escolas e nas ruas, reivindicando e defendendo a Escola Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e para todos. Pelo direito a estudar, contra o abandono escolar; pela gratuidade, contra os elevados custos de frequência; por mais Acção Social Escolar e um acesso mais justo aos mais elevados graus de ensino; por mais condições materiais e humanas nas escolas, contra os cortes no financiamento do sistema educativo público; contra a desresponsabilização do Estado e os vários caminhos encetados de privatização da Educação; pela democracia nas escolas, exigindo a participação dos estudantes na sua gestão e a autonomia do movimento associativo estudantil.

Os jovens trabalhadores protestaram contra a exploração, o desemprego e os vínculos de trabalho precários, pelo aumento de salários e pelo alargamento do período de atribuição do subsídio de desemprego, contra a emigração forçada pelo direito a ser feliz no seu país. Destaca-se o papel da juventude no movimento sindical unitário de classe e nas várias acções de luta promovidas pela CGTP – IN, destacando as várias greves gerais realizadas, em manifestações e várias acções contra a precariedade, onde

a Interjovem / CGTP - IN teve um papel fundamental.

As comemorações do 1º de Maio e do 25 de Abril contaram, desde o último Congresso, com a participação de largos milhares de jovens portugueses.

O movimento juvenil português é composto por muito mais expressões e formas de organização do que as anteriormente mencionadas. A juventude organiza-se também em associações, colectividades ou iniciativas em torno de diversas áreas da cultura, do desporto, da religião entre muitas outras, num património rico intimamente ligado à realidade do nosso país.

O movimento juvenil português tem encontrado diversas formas de se organizar no sentido de lutar para dar resposta às suas aspirações e interesses, organizando-se nos vários meios onde actua, de forma mais ou menos formal, constituindo um amplo universo de realidades que importa conhecer, influenciar e organizar.

3.1.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Os estudantes do Ensino Básico e Secundário sempre se organizaram de muito rica na vida escolar. A sua participação vai desde o desporto escolar, aos clubes, rádios e jornais, até outras actividades extracurriculares. Podemos dizer hoje que estas formas de participação foram, desde o último congresso da JCP, diminuindo. Esta diminuição deve-se em grande medida às políticas de direita que têm destruído a Escola Pública. Seja com a diminuição de professores nas escolas, que contribuiu para o quase inexistente desporto escolar e a redução significativa de actividades extracurriculares, seja com o aumento da carga horária ou com a falta de qualidade do ensino, que leva grande parte dos estudantes a ocuparem os seus tempos livres com explicações, seja a falta de financiamento que leva a que não haja espaços e outros meios para o desenvolvimento de actividades, seja pelas dificuldades financeiras das famílias que levam a que haja cada vez mais estudantes a ter que trabalhar para suportar os estudos.

A par disto, o cultivo do medo dentro e fora das escolas, é uma constante. Dentro das escolas os directores intimidam os estudantes para que estes não se organizem, tentam proibir reuniões de alunos e colocam todo o tipo de entraves aos estudantes, seja na distribuição e afixação de propaganda política seja no desenvolvimento, mobilização e realização de acções políticas. Fora da escola as forças policiais são instrumentalizadas, sendo usadas também para intimidar os estudantes, ameaçando e procurando proibir iniciativas de luta. Toda esta acção é concertada em volta das directivas do governo visando a repressão de qualquer actividade reivindicativa nas escolas. Muitas são as razões que levam a que os estudantes tenham menos capacidade de se organizarem, participarem e mobilizarem.

Uma das mais importantes e massificadas participações dos estudantes é em torno de questões concretas e dos problemas das escolas. Desde o último Congresso multiplicaram-se os exemplos de grupos de estudantes

que se organizaram em torno de variados interesses e se mobilizaram a partir de formas muito criativas para lhes dar resposta. Damos particular destaque aos movimentos informais que se formaram para exigir a resolução dos problemas das suas escolas tendo na luta o seu melhor instrumento para defender os seus direitos e a Escola Pública.

Apesar das dificuldades os estudantes não deixam de se organizar, mobilizar e lutar. São precisamente estas questões concretas e específicas de cada escola as que os estudantes sentem mais directamente e que mais os mobilizam. E são estas lutas concretas que, apesar de frequentemente serem desvalorizadas e não terem espaço na comunicação social têm um grande impacto na escola e, ao mesmo tempo, maior significado político têm. São também estas lutas estas luta que mais resultados concretos têm como na E.S. Emídio Navarro, em Almada, onde, em 2011, a luta conquistou de imediato a contratação de mais funcionários a luta por mais funcionários viu resultados imediatos com a contratação de mais funcionários; na E.S. de Amares, em Braga, em 2013, onde os estudantes conquistaram a remoção dos telheiros de amianto; caso igual na E.S. da Amadora no início deste ano; também na E.S. Esposende, em Braga, a luta contínua no ano lectivo 2012/2013, conquistou aquecimentos na escola e tal como em Beja, em 2013, onde se conquistou a água quente nos balneários.

No entanto são muitas as lutas organizadas a nível nacional por estes movimentos e também por estruturas associativas. As lutas em defesa do passe escolar, com especial relevância para o 14 de Dezembro de 2011, que contou com um abaixo-assinado com mais de 10.000 assinaturas, entregue em manifestação no Ministério da Educação e que fez adiar o corte no passe inicialmente previsto para Dezembro, para o Verão do ano seguinte. Os dias nacionais de luta, contaram com a participação de milhares de estudantes e com acções por todo o país, de 21 de Março, 24 de Outubro e 22 de Novembro de 2012. No ano 2013, nos dias 13 de Março e 30 de Outubro, este último com uma grande resposta dos estudantes contra o Orçamento de Estado para 2014 e o significativo corte que a Educação sofreu com a sua aprovação. Mais recentemente, em 2014, o dia 13 e 20 de Março, o primeiro com grande expressão por vários pontos do país, Lisboa, Setúbal, Coimbra, Braga, entre outros, e o segundo também com grande expressão no distrito do Porto. Estes grandes dias de luta partiram do apelo feito pela Associação de Estudantes da Escola Secundária Santa Maria, em Sintra e pela AE da Escola Secundária António Sérgio, em Vila Nova de Gaia, e teve como objetivo de mobilizar os estudantes para a necessidade de defendermos o direito a estudar. Este apelo contou com a subscrição de mais de 100 AAEE de todo o país.

É então nos movimentos formais e informais que os estudantes encontram o espaço para discutir, mobilizar e participar, fazendo ouvir as suas reivindicações, com a especial relevância que hoje toma a defesa da Escola Pública consagrada na Constituição – a Escola de Abril.

DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

A reflexão sobre o papel do movimento associativo estudantil apresenta-se como fundamental para compreender todo o movimento estudantil em Portugal. O papel do movimento associativo está hoje em mutação, com a tentativa de eliminar o carácter político e reivindicativo das AAEE.

Em primeiro lugar, é notória a intervenção de directores no funcionamento das Associações de Estudantes (AAEE), sobretudo nos processos eleitorais. Verificam-se vários condicionamentos, seja das campanhas, no seu tempo e formato, nos programas ou na limitação da participação em listas de estudantes do Ensino Básico, estudantes com processos disciplinares, ou mesmo de estudantes resistem contra estas ingerências. Estes são alguns exemplos de intromissões claras na vida democrática das escolas, que colocam obstáculos à formação e funcionamento das AAEE. A grande maioria dos estudantes não conhece os seus direitos associativos e os das AAEE, bem como aquilo que deve ser um processo eleitoral justo e de acordo com a lei, algo que é promovido pelas direcções das escolas para que estas tenham o espaço para as controlar. A proibição de Reuniões Gerais de Alunos toma especial relevância no ataque à democracia escolar e aos direitos dos estudantes, consagrados na Constituição e na lei. As AAEE e os alunos são afastadas dos órgãos de decisão das escolas, as direcções deixam de ouvir as suas opiniões e propostas, promovendo o seu silêncio e assim, cooperando com a estratégia do governo. Muitas são as escolas que hoje não têm Associação de Estudantes, deixando milhares de estudantes sem representação. Em muitas outras, as direcções não reconhecem legitimidade às Associações por lhes não ser conveniente, servindo-se do argumento de que a maior parte destas não estão legalizadas nem inscritas no RNAJ (Registo Nacional de Associações Juvenis). Para além disto o processo de legalização é complicado, prolongado e extremamente burocrático fazendo com que seja quase impossível levar a cabo este objectivo. Também a intimidação vem desempenhar aqui um papel central na actividade de muitas direcções que promovem activamente a submissão das AAEE às políticas de direita, que destroem a Escola Pública, cumprindo também desta forma o desígnio do governo.

Em segundo lugar, está a ser feita uma, cada vez maior, campanha para desvirtuar o papel destas Associações, pretendendo transformá-las em comissões de finalistas. Os interesses privados de lucrar com os estudantes aliam-se aos interesses políticos de repressão do papel das AAEE e das juventudes dos partidos da política de direita em retirar o carácter reivindicativo às AAEE. A participação brutal de empresas privadas nas campanhas vem condicionar os próprios programas das listas para tentar que se resumam à promoção de viagens e bailes de finalistas, esquecendo o seu papel essencial na representação dos estudantes. O objectivo fundamental do governo, executado no terreno por estas empresas e pelos jovens comprometidos com os partidos de direita, bem como pelas direcções, é transformar as AAEE em comissões de finalistas e de festas, com vista a destruir a luta organizada dos estudantes e a sua participação democrática na gestão das escolas, bem como na elaboração das políticas educativas e de juventude.

3.1.1.2 MOVIMENTO ASSOCIATIVO

No entanto são vários os casos de escolas e AAEE que caminham contra a corrente. Assumindo um programa justo e defensor dos estudantes, promovendo a unidade em torno de questões essenciais e apontando como essencial a luta dos estudantes. Muitas, não se deixando levar na corrente, mostram que os estudantes não deixaram de querer ter AAEE que os defendam e representam, pelo que a causa do governo ainda não vingou. São ilustrativos os vários apelos para os dias de luta nacional e particularmente o abaixo-assinado contra o corte nos passes escolares 4_18 e sub_23, em que muitas AAEE tomaram posição e dinamizaram lutas com expressões diversas.

O refluxo que o Movimento Associativo Estudantil do Básico e Secundário tem sofrido nos últimos anos é reflexo do investimento dos sucessivos governos da política de direita e dos seus executores, que incentivam a sua instrumentalização e descaracterização, mas não significa o seu fim, antes pelo contrário, significa uma intensificação da necessidade dos estudantes se organizarem, em unidade, por objectivos justos e concretos, para assim melhor defenderem o movimento associativo e o grande património que a luta dos estudantes nos deixou.

3.1.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL DO ENSINO SUPERIOR

O Movimento Estudantil do Ensino Superior é uma importante força do movimento juvenil que tem expressão de massas, apesar das barreiras de classe que hoje, e cada vez mais, afastam milhares de jovens do acesso aos mais elevados graus de ensino (sendo que apenas 27% dos jovens consegue aceder ao Ensino Superior). São ainda de destacar vários obstáculos à participação dos estudantes na vida académica. Entre eles contam-se obstáculos de raiz sócio-económica, que limitam o tempo disponível para o envolvimento na vida escolar e académica. Destes obstáculos é de destacar a necessidade sentida por muitos estudantes de trabalhar para fazer face aos elevados custos de frequência ao Ensino Superior. Ainda o processo de Bolonha implicou um aumento da carga horária, ajudou a generalizar um regime de faltas rígido e ainda um grande aumento do tempo para estudo e trabalho escolar.

É também visível a grande ofensiva ideológica a que os estudantes estão sujeitos. Esta ganha forma através de iniciativas de promoção do empreendedorismo (feiras, debates, gabinetes de AAEE) como solução para os problemas do desemprego juvenil e, ainda, iniciativas assistencialistas em torno de campanhas de caridade (sorteios de pagamento de propinas, praxes solidárias, etc). Estas ideias que colocam sérios entraves à tomada de consciência política e social dos estudantes têm, por parte das forças reacçãoárias e neo-liberais, um grande investimento como forma de legitimar a sua política, sendo que começam a ser usadas como objectivo de organização dos estudantes.

No entanto, compreender o movimento estudantil não se resume à caracterização das Associações de Estudantes. São várias e criativas as formas de organização dos estudantes do Ensino Superior em torno dos seus

interesses. No plano das formas de organização, estas podem ser formais ou informais e podem possuir uma orientação cultural ou mais informativa ou ainda desportiva, assim sendo existem grupos de teatro, tunas, grupos de poesia, jornais, rádios, grupos de dança, equipas de várias modalidades entre outros.

Estes podem ter um papel mais ligado às Associações de Estudantes, sendo por isso formas mais formais, transformando-se em núcleos ou secções da mesma, beneficiando de apoios e estando em estreita ligação com os estudantes, potenciando até que sejam grupos mais participativos na vida democrática da escola (aqui insere-se, por exemplo, o caso da Associação Académica da Universidade de Coimbra e da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que possuem um conjunto de núcleos e secções que de forma ligada mas autónoma são grandes espaços de organização dos estudantes em torno dos objectivos referidos acima). Mas também não podemos esquecer o importante papel que as formas de organização independentes das Associações de Estudantes ou das Associações Académicas desempenham na organização dos estudantes em torno dos seus interesses específicos, muitas vezes sem apoio financeiro ou logístico das mesmas, o que dificulta a sua actividade e que se reveste de um enorme valor.

É ainda de referir que uma das formas que mais estudantes envolve, na maioria das escolas, é levada a cabo pelos jovens que dinamizam, recriam e se relacionam com a tradição académica, sob os mais diversos formatos em que esta se desenvolve. Também aqui merece especial atenção da nossa parte, uma vez que algumas das suas expressões têm sido instrumentalizadas pelas juventudes partidárias de direita, assumindo posturas contrárias à luta dos estudantes.

Um dos principais e mais importantes motores de organização dos estudantes, podendo também partir ou relacionar-se com as formas de participação e ligação à vida da escola nomeadas anteriormente, é a movimentação em torno das suas lutas. Estas partem de objectivos de luta que se materializam num conjunto diverso de acções que têm significado a partir da tomada de posição dos estudantes face à retirada de direitos e face à destruição do Ensino Superior Público. São de grande expressão não só as lutas concretas como também as manifestações e concentrações mais gerais que, sendo ou não iniciativa do movimento associativo, tomam lugar de Norte a Sul do país. Estes momentos de luta multiplicam-se em numerosas acções que partem de turmas, cursos, núcleos, passando por reuniões informais de grupos de estudantes e por Reuniões ou Assembleias Gerais de Alunos, indo ao encontro das reivindicações dos estudantes pelos seus direitos e à procura de resolução dos seus problemas.

A partir dos acontecimentos posteriores ao último Congresso importa analisar o imenso caudal de luta protagonizado pelos estudantes do Ensino Superior. As várias manifestações que têm lugar em Março, a par da comemoração do Dia do Estudante, são representativas da consciência por parte dos estudantes de este ser um dia de reivindicação e protesto pela defesa do Ensino Superior Público e Democrático. Também são de destacar as lutas

de 17 de Novembro de 2009 e 2010 e de 29 de Novembro de 2011 que significaram importantes momentos de demonstração do descontentamento dos estudantes face às políticas dos sucessivos governos.

Em todo este período, com especial incidência para 2011 e 2012, intensificaram-se e multiplicaram-se às dezenas as acções concretas e regionais em torno da defesa do passe escolar, travando os cortes e atrasando a estratégia do governo.

Nestes últimos anos verificaram-se avanços de concertação de algumas AAEE que têm vindo a reunir de forma pontual e informal, permitindo que se abram espaços para a unidade na acção em torno do direito a estudar com dignidade e contra os cortes no financiamento e a consequente degradação do Ensino Superior Público. Estas acções foram convocadas na base do reconhecimento e denúncia de vários problemas sentidos pelos estudantes e apontando responsabilidades políticas aos sucessivos governos pelo estado da Educação e pelos objectivos que serve essa mesma situação. Exemplos disto são as manifestações convocadas dia 19 de Novembro 2011, por 10 AAEE, dia 22 de Novembro de 2012, por 15 AAEE, 20 de Março de 2013 e 19 de Novembro do mesmo ano.

Ademonstração de uma grande disponibilidade reivindicativa não se esgota nestas acções e nos objectivos enunciados, tendo extensa expressão através dos objectivos concretos de estudantes de diversas faculdades. É de destacar a extensa expressão de lutas concretas nas escolas, algumas obtendo importantes vitórias para os estudantes. Estas acções multiplicaram-se nos últimos anos, sendo possível em alguns momentos a massificação destas lutas que tendo como objectivo a resolução de problemas dos estudantes, incidiram sobretudo sobre prestações das propinas e imposições sobre as mesmas que vedavam acesso à frequência de milhares de estudantes; ainda sobre problemas relacionados com a Acção Social Escolar, nomeadamente cantinas; falta de condições materiais e humanas; assim como sobre problemas pedagógicos. A diversidade de objectivos e acções demonstrou que devem encontrar-se, de acordo com o sentimento dos estudantes, formas de luta que dêem resposta à sua situação, por isso mesmo, cresceram também as acções regionais que criando espaço não só para a denúncia de problemas concretos, também expressam uma identificação dos problemas mais gerais que afectam os estudantes do Ensino Superior da região e no seu todo. Estas importantes acções significam uma elevação da consciência política e social dos estudantes que deve continuar através do trabalho de discussão política nas escolas e de agitação, que permita que todos tenham instrumentos para se mobilizarem e lutarem pelo Ensino Superior a que têm direito.

3.1.2.1 MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO ENSINO SUPERIOR

Nos últimos anos o Movimento Associativo Estudantil (MAE) no Ensino Superior tem sofrido o aprofundamento de um processo de reconfiguração, cujo objectivo central é afastar os estudantes da discussão e da participação, levando à

crescente hegemonia de opinião e acção das Associações Académicas e estruturas federativas.

No âmbito deste processo de reconfiguração e descaracterização do MAE agrava-se a instrumentalização de associações por parte dos partidos da política de direita, tendo havido processos de extinção de várias AAEE com vista à substituição das mesmas por estruturas federativas, o que vem corresponder sobretudo ao investimento da direita para afastar os estudantes da sua participação e representação directa. Isto corresponde claro à centralização de direcções e decisões em estruturas de cúpula, académicas e federativas (ex. Em 2012 criou-se a Federação Académica de Portalegre e a de Setúbal e começou-se o processo de extinção das AAEE).

Estas estruturas de cúpula têm preconizado um concertado e intenso boicote à luta, para além de serem dissimuladas defensoras das políticas dos sucessivos governos, sendo agentes de propaganda da mesma, contrariando aquilo que são as aspirações dos estudantes. Esta realidade coloca entraves e dificuldades maiores ao desenvolvimento da luta, da vida democrática e à participação dos estudantes. Esta situação advém da partidarização destas estruturas de cúpula e mesmo das AAEE, onde impera o desrespeito pelo seu carácter unitário e reivindicativo, correspondendo a uma correlação de forças negativa para o desenvolvimento da luta.

O Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), sendo reflexo dessa instrumentalização, corresponde, ainda assim, a um importante espaço de encontro e discussão das AAEE, sendo no entanto necessário que a participação das AAEE vá ao encontro da realidade das escolas. Para isto deve deixar de funcionar na forma de plenários, que levam a uma discussão compartimentada, assim como não devem existir limitações de decisão neste Encontro, sendo que a última alteração do regimento visou a imposição da entrega de moções e propostas com 48 horas de antecedência à reunião. É de ressaltar a maior participação de AAEE que procuram intervir de forma a transformar este espaço num momento de discussão que seja verdadeiramente democrático, ainda assim a maioria das AAEE do país não são envolvidas nesta discussão e espaço.

O Encontro Nacional de Associações Académicas (ENA) enquadra-se na estratégia de aprofundamento da centralização dos processos de discussão e decisão do MAE nas estruturas de cúpula, nomeadamente através da exclusão das AAEE, correspondendo a um espaço de discussão fechado e reservado, onde frequentemente se procede à concertação de posições que são levadas por aquelas estruturas ao ENDA, procedendo-se assim a uma cartelização e monopolização da própria discussão. Por estas razões consideramos que corresponde a um espaço antidemocrático, que não serve os interesses dos estudantes, pois encontra-se desligado da sua realidade e dos seus legítimos representantes, as AAEE.

3.1.3 MOVIMENTO DOS ESTUDANTES DO ENSINO PROFISSIONAL

No plano das escolas profissionais assinalamos, até pela diversidade de realidades existente, a dificuldade de conhecimento do movimento estudantil neste meio. Do que se conhece o movimento continua a sofrer debilidades, mantendo-se muito presente o facto de as Associações de Estudantes serem praticamente inexistentes. Tal dificulta a organização dos estudantes em torno de objectivos concretos e das suas aspirações, sendo que as direcções das escolas em muitos casos continuam a ser um entrave à formação de Associações de Estudantes. A brutal carga horária destes estudantes, assim como o regime de faltas extremamente rígido e o tempo dispendido nos estágios, colocam entraves à sua participação e acção.

Apesar do panorama difícil é de salientar e valorizar as acções de luta que ocorreram em várias escolas profissionais desde o último Congresso. São exemplos as acções dos estudantes da Escola Profissional de Ciências Geográficas, em Lisboa, que para além de terem criado uma Associação de Estudantes, dinamizaram lutas pelo fim das propinas, a exigência de apoios e subsídios dignos, por melhores condições materiais e humanas e mais investimento, assim como de dignificação no Ensino Profissional. Pela persistência dos estudantes desta escola foi obtida uma importante vitória: o fim das propinas.

É de salientar a acção do dia 3 de Março de 2011, um abaixo-assinado dinamizado pela AE da EPCG, que se estendeu ao resto do país com as reivindicações dos estudantes do Ensino Profissional, que juntou mais de 1000 assinaturas, e culminou com uma concentração de estudantes de escolas de Lisboa em frente ao Ministério da Educação. A este protesto juntaram-se, nas suas escolas, os estudantes da EPRAL de Évora, do pólo de Estremoz. Também se desenvolveram lutas na INETESE e na Academia Contemporânea do Espectáculo no Porto.

3.1.4 MOVIMENTO DOS JOVENS TRABALHADORES

A luta da classe operária e dos trabalhadores nestes últimos anos tem-se desenvolvido de forma extraordinária em defesa do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, num quadro muito difícil, de grande desemprego e flagelos sociais e de grande ofensiva ideológica. É de referir o impacto desta ofensiva procurando boicotar a luta e travar a tomada de consciência dos trabalhadores chantageando, pressionando e usando o medo. Num quadro onde muitos trabalhadores estão desempregados e muitos outros têm vínculos precários, sendo a maioria os jovens, toda esta luta demonstra a inabalável força dos trabalhadores e dos jovens trabalhadores.

Esta luta, onde a CGTP-IN e a Interjovem têm um papel central no esclarecimento, mobilização e unidade, assume uma das maiores expressões de convergência, onde novos sectores e camadas anti-monopolistas se juntam alargando a luta contra a política de direita.

Neste quadro de profunda ofensiva a quem trabalha e elevação da luta de classes, a resposta da classe operária e dos trabalhadores tem sido determinada e persistente, sendo o maior obstáculo consequente e determinado à política de direita. Aqui, os jovens trabalhadores também

têm um papel de destaque, em lutas concretas em empresas ou locais de trabalho por reivindicações concretas, lutas essas que contribuíram de forma decisiva para as grandes e expressivas acções de massas onde a juventude também deu o seu contributo, acções essas como não há memória desde a Revolução de Abril.

Muitos são os exemplos, de onde se destacam as cinco grandiosas Greves Gerais, convocadas pela CGTP-IN, que pararam o país e em que foram mobilizadas todas as forças anti-greve. As várias acções realizadas no Dia da Juventude, da qual é exemplo a grande manifestação em Lisboa do dia 28 de Março de 2014, demonstram a determinação dos jovens na luta pela efectivação do trabalho com direitos, pelo respeito pela CRP e para a mudança de política. Esta jornada de luta liga-se às lutas desenvolvidas nos locais de trabalho, onde os jovens trabalhadores, mostraram e mostram a sua capacidade de organização e de resistência, garantindo que, no terreno, se cumprem os seus direitos e se trava a ofensiva actual. Na luta de denúncia contra a precariedade é de destacar a recolha de mais de 20 mil assinaturas na petição contra a precariedade lançada pela Interjovem CGTP-IN, os Pic Nic's de 2011 e 2012 contra a precariedade e o desemprego, envolvendo outras estruturas, e as manifestações e comemorações do Dia Nacional da Juventude.

Os jovens enfermeiros, organizados no SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses), com um trabalho planificado e dirigido de combate à precariedade têm, por todo o país, denunciado inúmeros casos de enfermeiros que são necessários todos os dias nos serviços e que estão contratados por empresas de trabalho temporário. A abertura de mais vagas para enfermeiros só foi conseguida pela sua acção de resistência sem tréguas e, embora, ainda não sejam suficientes, ultrapassaram um milhar em todo o país. A luta dos trabalhadores da empresa Kemet, em Évora, contra os despedimentos colectivos conseguiu, em alguns casos, ilegalizá-lo e, desta forma, impedir que fossem para a rua mais trabalhadores numa região afectada pelo desemprego entre os jovens e pela emigração forçada. Ainda neste âmbito é de sublinhar a mobilização dos trabalhadores da Mc Donalds. Os trabalhadores (distribuidores) da Pizza Hut, na sua maioria jovens, com a sua luta, tendo uma greve com adesão de 100%, travaram a intenção da Ibersol (empresa detentora do grupo) de reduzir o pagamento por entrega em 50 cêntimos. Também na Bosch, em Braga, no Jumbo, em Almada, em diversas lojas de centros comerciais por todo o país, em Call-Centers onde estão empregados muitos trabalhadores jovens, a transformação de contratos precários em vínculos efectivos, como os trabalhadores sub-contratados pela empresa Tempo-Team depois de muita resistência, denúncia e acção sindical, são uma prova de que a precariedade se combate no local de trabalho onde a luta de classes se desenvolve. É fundamental valorizar e multiplicar exemplos da luta nos locais de trabalho, como a luta dos trabalhadores da FNAC, Continente e Pingo Doce contra a imposição por parte das entidades patronais de um banco de horas.

Estas lutas em várias empresas e locais de trabalho por questões concretas, que se traduziram de diversas formas, travaram em alguns casos ofensivas contra os

trabalhadores e foram determinantes para as grandes acções convergentes.

A Interjovem/CGTP-IN, que intervém e organiza os jovens nos seus sindicatos de classe, organizando os jovens trabalhadores na luta reivindicativa dos seus problemas mais concretos (precariedade, desemprego, baixos salários) e também nas lutas mais gerais, fazendo também o papel esclarecedor para os mais jovens sobre o que são os sindicatos e a quem servem, onde se destaca a sua campanha de sindicalização “Tomemos nas nossas mãos os destinos das nossas vidas”, lançada em meados de 2013, alargando a mais sectores a influência do movimento sindical. No quadro que temos, em que todos os dias empresas fecham portas e centenas de trabalhadores vão para o desemprego, a sindicalização é uma tarefa prioritária e vital para que a luta continue com o mesmo ou mais vigor. Também é de destacar a sua 7ª Conferência Nacional, momento alto de afirmação, reforço e de análise de problemas próprios da juventude trabalhadora, responsabilizando muitos jovens para uma melhor intervenção.

No quadro do movimento sindical regista-se um número importante de sindicalizações, entre as quais muitos são jovens, o que é um forte sinal que afirma o projecto reivindicativo da CGTP-IN. Contudo ainda há um elevado número de jovens trabalhadores não sindicalizados, consequência dos boicotes e represálias das entidades patronais.

3.1.5 CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CNJ) E CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE (CMJ)

O CNJ, plataforma nacional de associações juvenis com quase três décadas de existência, deve ser um instrumento de unidade juvenil que seja, não só um estímulo à participação e ao associativismo juvenil, mas também um espaço de intervenção nos problemas sentidos pela juventude no geral, de debate e convergência de ideias entre organizações, com vista à defesa dos interesses e aspirações dos jovens.

Desde o último Congresso persistem vários problemas no funcionamento e acção do CNJ, nomeadamente a sobreposição de interesses por parte de várias organizações para que esta seja uma plataforma desligada das questões políticas gerais que afectam hoje a vida dos jovens, reflectindo-se nas discussões, nas comissões e nas Assembleias Gerais, onde muitas vezes as temáticas que se procuram introduzir nada têm a ver com o que realmente preocupa a juventude portuguesa.

Para tal contribuem algumas organizações, mas também as direcções vigentes nos últimos anos, nomeadamente a direcção eleita em 2012. Muita da sua intervenção tem sido mesmo no sentido de legitimar a política de direita dos governos assim como os ditames da União Europeia. Foi também linha das últimas direcções a tentativa de implementação dos Conselhos Regionais de Juventude que, na perspectiva de algumas organizações, pretendiam implementar estruturas regionais de Associações, com espaço apenas para as formalizadas, apagado o movimento associativo informal e que pudesse ter inclusivamente

assento como membro do CNJ. Tal serviria para conseguir um maior espaço de instrumentalização do Conselho Nacional de Juventude assim como propagá-la para o plano local. Nesta discussão, apesar das resistências por parte das direcções e algumas organizações instrumentalizadas pela política de direita, várias associações conseguiram que na revisão de estatutos do CNJ os CRJ's fossem introduzidos numa perspectiva de alargamento do trabalho do CNJ no plano regional sem serem estruturas autónomas ou que tivessem assento deliberativo no plano geral do CNJ. Foi muito recentemente eleita uma nova direcção do CNJ, que mesmo contendo em si diferentes perspectivas, pode abrir caminho a avanços no sentido de uma maior ligação à juventude.

Consideramos que são bem-vindos todos os novos espaços de discussão juvenil e de construção de contributos para a melhoria da política de juventude praticada em cada concelho, bem como no país em geral, tendo sido as autarquias CDU pioneiras na criação de espaços de debate entre associações. No entanto, esta lei dos CMJs é baseada na imposição de modelos às autarquias ou às associações juvenis, procura criar órgãos executivos e não consultivos, bem como mais um elemento de mera burocracia e excessiva institucionalização do movimento associativo, factor de afastamento e não de aproximação. Detectamos que hoje o funcionamento destes espaços, na generalidade dos casos, não traduz uma discussão séria da situação da juventude, acabando por ser um espaço vazio de discussão.

Cada autarquia deve poder decidir o seu próprio modelo de CMJ e estes não podem estar vedados à participação de grande parte do movimento associativo, por exemplo, ao negar a possibilidade de participação de associações e grupos de jovens informais.

3.1.6 ASSOCIATIVISMO JUVENIL DE BASE LOCAL

As associações juvenis de base local cumprem um importante papel na nossa sociedade, intervindo em diversas áreas e sendo locais privilegiados onde os jovens se organizam, participam e intervêm em torno de diferentes interesses, gostos e vontades. São também uma escola de aprendizagem de vida colectiva, de cooperação e de solidariedade, tendo muitas vezes um papel pedagógico na formação individual e integral dos jovens, contribuindo para a sua emancipação pessoal e colectiva.

Com a falta de uma verdadeira política de juventude que dê resposta aos seus anseios e interesses são as associações juvenis de base local que acabam muitas vezes por cumprir este papel. No entanto, desde o último Congresso, estas têm perdido capacidade de intervenção e enfrentado maiores dificuldades, que derivam essencialmente da Lei do Associativismo Juvenil: esta, aliada à portaria 1276/2010 (aprovada pelo Governo PS), burocratiza e dificulta o acesso ao financiamento, progressivamente reduzido.

As Autarquias CDU têm sido sempre um ponto de apoio e de desenvolvimento do Associativismo local, em particular no que diz respeito aos mais jovens, por isso, o reforço da CDU no poder local contribui e contribuirá para o reforço do papel

do movimento associativo de base local.

Assim, o movimento associativo juvenil de base local tem-se deparado com diversos entraves, havendo muitas associações que desapareceram e várias que neste contexto são instrumentalizadas (ao invés de serem apoiadas, com total respeito pela sua autonomia e intervenção, como acontece por parte das autarquias CDU) pelo poder local, ficando na sua dependência e outras com uma forte influência da Igreja, que as cria e mantém.

3.1.7 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL

A participação política dos jovens é muito rica e diversa e é um sinal que os jovens participam nos assuntos e dimensões da vida que lhes dizem respeito. O movimento associativo não formal tem vindo a assumir cada vez maior protagonismo, particularmente num momento em que os ataques ao movimento associativo juvenil são cada vez mais ferozes, seja com medidas de burocratização, diminuição de financiamento ou de políticas que retiram tempo e capacidade de organização aos jovens.

Na cultura, no desporto ou noutras dinâmicas pontuais são vários os exemplos que, de forma mais organizada ou espontânea, a juventude se envolve. Envolvimento que não é vazio de conteúdo político e que muitas vezes está intimamente ligado à luta pelos seus direitos e aspirações.

Nem sempre o envolvimento da juventude vai ao encontro da luta progressista pelos seus direitos e aspirações. Disso são exemplo os 12º e o 13º Encontros Nacionais de Juventude que, desde o último Congresso, mais uma vez, não tiveram em conta a discussão entre as organizações para a sua construção assim como se revelou um momento de fraco envolvimento do movimento associativo. Este facto também influenciou o sentido da discussão que se centrou na agenda da União Europeia e se subjugou às políticas do governo em vez de colocar o essencial das reivindicações dos jovens.

Muitas vezes, e ainda que em grande medida de forma inconsciente, são milhares os jovens que se envolvem e organizam iniciativas e estruturas que em nada contribuem para o desenvolvimento e afirmação dos seus direitos e aspirações. Exemplo disto é o envolvimento de milhares de jovens em programas de assistencialismo, voluntariado e caridade que mais não servem do que para perpetuar as desigualdades e injustiças sociais. Por outro lado demonstram a vontade e capacidade de organização e participação da juventude portuguesa.

É ainda de registar a ampla participação juvenil em iniciativas, acções e lutas de diversa índole, motivações e características, como foram as acções desenvolvidas pelos ditos movimentos “inorgânicos”. O grau de aparente inexistência de organização, por vezes objectivos difusos e com graus de compromisso para uma luta mais consequente muito reduzidos são susceptíveis de atrair amplas camadas juvenis que encontram nesses espaços, para além de afirmação da sua revolta, válvulas de escape para a justa indignação. A importância dada pela comunicação social a estas acções revela uma estratégia de tentativa de

apropriação das dinâmicas e de as tentar pôr em contra-ponto com a luta organizada, estratégia que aparentemente não foi conseguida na sua plenitude.

3.1.8 ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE DOS PARTIDOS

As organizações de juventude dos partidos são em si uma importante expressão do movimento juvenil, também pelo facto de influenciarem as suas várias expressões. Excepção feita ao PCP e ao PEV (sublinhando o trabalho positivo da sua organização de juventude - a Ecolojovem), o objectivo dos restantes partidos e das suas organizações de juventude para o trabalho nesta área é tentar desviar as atenções dos reais problemas centrando a sua acção, essencialmente mediática, em questões laterais no que respeita à juventude ao mesmo tempo que, sendo instrumentos de classe ao serviço do capital, contribuem para aplicar políticas anti-juvenis de ataque aos seus direitos em todas as esferas da vida.

As organizações de juventude dos partidos com responsabilidades na política de direita mantêm a postura de desresponsabilizar-se a si e aos seus partidos das consequências das suas políticas, bem como de defender a sua aplicação, sendo reprodutoras da argumentação e das mentiras que as sustentam.

Embora tentem transparecer diferenças, e às vezes discordâncias em relação aos seus partidos, as organizações juvenis destes partidos têm, no essencial, os mesmos interesses e a mesma linha política. É ainda relevante destacar o papel que estas, de forma mais ou menos encoberta, desempenham em vários momentos de boicotar a unidade e luta do movimento juvenil, através da instrumentalização e partidarização de várias expressões, estruturas e organizações do movimento juvenil do plano local ao nacional.

A análise e aprofundamento do conhecimento sobre o posicionamento das várias juventudes partidárias no desenvolvimento da luta, da influência e organização que possuem é um elemento importante para a análise da correlação de forças no seio do movimento juvenil.

3.2 LUTA DA JUVENTUDE, CONTRIBUTO PARA A ALTERNATIVA QUE QUEREMOS CONSTRUIR

O movimento juvenil português enfrenta uma ofensiva que, não sendo nova, se agravou nos últimos anos afectando todas as esferas da vida da juventude e, naturalmente, a forma como esta se organiza. Apesar das dificuldades e contradições que enfrenta no seu seio, o movimento juvenil tem assumido um papel activo organizando-se, mobilizando-se e lutando pela resolução dos problemas específicos da juventude, mas também por questões gerais ao resto dos trabalhadores, do povo e do país.

Com diferenças naturais na sua organização, nos seus objectivos e actividade, o movimento juvenil tem um

importante papel na realização e formação individual e colectiva e na dinamização da luta reivindicativa com grande criatividade e dinâmica.

Luta que deve ser organizada e consequente, assente na unidade das massas seriamente comprometidas com a continuidade deste processo, pois apenas assim se alcançaram e alcançarão vitórias, contribuindo para a criação das condições para a construção de uma alternativa política capaz de concretizar a política alternativa que propomos aos trabalhadores, ao povo e à juventude.

Organizada pois deve ser nas escolas, nos locais de trabalho e nas ruas, desenvolvendo-se em torno de objectivos claros e concretos, reivindicações comuns e com uma direcção capaz de a dirigir garantindo a unidade de todos os que nela se revejam. Processo contínuo e persistente, tanto convergente de amplas massas por questões gerais como por questões específicas desta ou daquela escola ou empresa. Assumindo estas lutas em cada escola ou local de trabalho trabalho como elemento crucial do processo de luta ainda que, às vezes, não tenham expressão mediática e não obtenham resultados imediatos, estas lutas trazem grandes evoluções no plano da criação de consciência política das massas e da sua unidade alcançando, em inúmeros casos nos últimos anos, vitórias importantes.

Vitórias que dão força para continuar a luta deixando bem claro que apenas esta é o caminho, assumida das formas criativas que sejam necessárias, garantindo a unidade das massas e a sua persistência na luta, pois só assim se defendem conquistas e alcançam novas vitórias.

Luta que também se leva até ao voto sendo as batalhas eleitorais encaradas pela JCP como momentos importantes de combate à política de direita, momentos em que se procura aumentar a consciencialização política da juventude na dinamização da sua luta, encarando cada processo como mais um passo para o reforço da luta de massas, o instrumento que a juventude e as populações têm nas suas mãos para defender os seus direitos. A Juventude CDU tem assumido o papel de contacto com a juventude portuguesa e, em todos os processos eleitorais, temos chegado longe no contacto directo nos sítios onde mais se concentram: nas escolas, nos locais de trabalho e outros. Levámos as propostas da CDU aos jovens, contribuindo para os resultados positivos da CDU nas eleições Legislativas de 2011 e Autárquicas de 2013 e no resultado das Presidenciais de 2011, onde foi candidato o nosso camarada Francisco Lopes.

A alternativa que queremos construir tem na ampliação e no fortalecimento da luta de massas a sua determinante força propulsora com todos os desenvolvimentos e expressões que ela possa vir a assumir.

Alternativa baseada numa política patriótica e de esquerda que, podendo constituir um processo complexo e eventualmente prolongado, é necessária e possível e tem como condições determinantes e dialecticamente interdependentes para a sua concretização o reforço do PCP e da JCP com a ampliação decisiva da sua influência social, política e eleitoral; o vigoroso desenvolvimento da

luta de massas que conflua para a criação de uma vasta frente social e a alteração da correlação de forças no plano político favorável a uma ruptura com a política de direita e à construção de uma política patriótica e de esquerda.

É pois com confiança que olhamos para o movimento juvenil e para as largas potencialidades de desenvolvimento da sua luta e organização, sendo que neste processo a juventude será chamada a cumprir o seu papel histórico de ser força social de transformação do presente e, simultaneamente, do futuro.

4. A ALEGRIA DE VIVER E DE LUTAR

4.1 A BASE TEÓRICA DA JCP – O MARXISMO-LENINISMO

A JCP, organização revolucionária da juventude, assume-se como sendo a única organização partidária de juventude que contraria o actual sistema. A única que, pela sua acção e projecto, dá resposta aos problemas dos jovens, dinamizando a luta pelos seus direitos e aspirações.

O Marxismo-Leninismo – base teórica da JCP – assenta numa concepção materialista e dialéctica do mundo como instrumento fundamental de análise da realidade, que em articulação com a prática se enriquece constantemente.

O funcionamento da JCP assenta no desenvolvimento criativo do centralismo democrático, caracterizando-se por uma profunda democracia interna, com base numa única orientação geral e uma única direcção central.

É com base nesta teoria revolucionária, e aplicando-a de forma criativa, que a JCP desenvolve a sua actividade e luta pela transformação da sociedade, como etapa fundamental e constitutiva do objectivo supremo: o fim da exploração do Homem pelo Homem, só uma sociedade com estas características garante aos jovens portugueses a sua realização pessoal e colectiva, ou seja, com o Socialismo e o Comunismo.

4.2 O PAPEL DA JCP E DO PCP NA SOCIEDADE

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, afirma-se ao longo da sua história como o único que verdadeiramente defende os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, assim como das camadas antimonopolistas. De forma coerente e independente da influência dos interesses, da ideologia e da política das forças do capital, expressa na sua acção e projecto uma profunda ligação às massas, à intervenção e luta do povo português.

O projecto comunista de uma sociedade mais justa, liberta da exploração e opressão capitalistas e de um mundo solidário e em paz, tem na actual etapa de resistência os valores de Abril como expressão fundamental para a transformação.

Assente no objectivo de transformação da sociedade, tendo em conta as aspirações e desejos da juventude, a JCP pela sua participação única e ligação às massas juvenis, reafirma diariamente a sua identidade intervindo em escolas e locais de trabalho. A JCP mantém um olhar atento e disponível, necessariamente crítico sobre a realidade actual, e aprofunda a sua intervenção com base no conhecimento da realidade e através da discussão colectiva.

4.3 O PROJECTO DO PCP E DA JCP

A JCP e o PCP afirmam, no actual momento histórico, o projecto de Democracia Avançada. O Programa do PCP, Uma Democracia Avançada – Os valores de Abril no Futuro

de Portugal, revisto e aprovado no último Congresso, aponta as linhas fundamentais para a ruptura com a actual política e afirma as condições necessárias à actual etapa.

Um projecto ímpar por perspectivar uma sociedade baseada em quatro componentes de democracia. A democracia política (baseada na soberania e real participação popular), democracia económica (subordinação do poder económico ao poder político democrático), social (garantia efectiva dos direitos dos trabalhadores e a garantia de acesso generalizado aos direitos consagrados na CRP) e democracia cultural (efectivo acesso das massas populares à criação e fruição da cultura e à liberdade e apoio à produção cultural).

O Programa do PCP encontra nos valores e conquistas de Abril, assim como na Constituição da República Portuguesa, a base para construir a Democracia Avançada. E aponta cinco objectivos fundamentais:

- 1º Um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo e participado;
- 2º Um desenvolvimento económico assente numa economia mista, dinâmica, liberta do domínio dos monopólios, ao serviço do povo e do País;
- 3º Uma política social que garanta a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo;
- 4º Uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;
- 5º Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

No actual momento histórico, a Democracia Avançada constitui uma etapa fundamental no caminho do Socialismo, tendo como horizonte o Comunismo, e afirma o imenso potencial atractivo junto das massas populares e juvenis, como se comprova pelo contínuo reforço da JCP e do PCP.

No contexto de uma profunda campanha ideológica, que é protagonizada por muitos, incluindo os que dizem ser de “esquerda”, a JCP e o PCP assumem a vanguarda da luta de massas na concretização de um sonho milenar, o fim da exploração do Homem pelo Homem, preconizando um ideal novo e transformador, o ideal comunista, considerando que só uma sociedade com estas características garante aos jovens portugueses a sua realização pessoal e colectiva.

4.4 ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DA JCP

Intimamente ligada à realidade da juventude portuguesa, às constantes alterações da sua vida, aos ataques que enfrenta e às batalhas que trava, a intervenção da JCP e dos jovens comunistas é indissociável do seu carácter de organização revolucionária e corresponde ao seu objectivo de transformação da realidade e da sociedade.

O trabalho de intervenção e organização da JCP deve ser

encarado como um meio de reforço e dinamização da luta dos jovens, elevando a sua consciência política e reforçando o esclarecimento e a influência dos valores comunistas entre a juventude.

A organização, estrutura orgânica, definição e prosseguimento de linhas e estilos de trabalho adquirem particular importância, no sentido de melhor aproveitar a experiência e capacidades de cada militante, de conferir maior relevância à sua participação e maior eficácia à intervenção da JCP.

Tendo em conta as mais diversas realidades existem linhas de trabalho comuns a toda a estrutura da JCP: o reforço dos colectivos de base, como cerne da organização, é determinante para uma melhor intervenção da JCP. É através dos colectivos de base que aprofundamos o conhecimento e discussão sobre os problemas e aspirações que afectam os jovens em cada local e garantimos uma consequente intervenção sobre os mesmos, ou seja, o recrutamento e o reforço dos colectivos constitui uma prioridade da JCP.

A definição de prioridades e a necessária concentração de meios e energias adequadas, para dar resposta às necessidades assim como a adaptação da intervenção à realidade juvenil, são questões fundamentais à definição da acção política da JCP. Para melhor corresponder a estas linhas de trabalho, e porque o espaço fundamental para a intervenção dos militantes deve ser aquele em que tem maior expressão a luta de classes, os militantes da JCP organizam-se prioritariamente em colectivos de base, ligados ao seu local de estudo ou trabalho. É aí que mais podem acrescentar à discussão e intervenção sobre os problemas concretos e que em primeira instância compreendem a necessidade e melhor podem contribuir para a luta organizada. Como se verifica na intervenção da JCP esta orientação não descarta o contacto e a intervenção organizada junto de outras expressões do movimento juvenil, como o associativismo de base local.

4.4.1 ESTILO DE TRABALHO NA JCP

É característica da nossa organização o amplo envolvimento dos militantes nas tarefas, a responsabilização dos mesmos, a grande disponibilidade de um elevado número de quadros para as tarefas, a compreensão alargada sobre o funcionamento democrático da JCP e do Partido, entre os seus militantes, a forma natural de contacto, aproximação e recrutamento de outros jovens, nomeadamente através da discussão política. É reconhecida a camaradagem, a alegria e a solidariedade no trabalho como elementos importantes para o aprofundamento do trabalho colectivo.

A organização precisa de reforçar a regularidade com que militantes, colectivos e organismos assumem as suas tarefas; a pontualidade nas reuniões; recolha de quotas e contributos; iniciativas e tarefas; o regular contacto com todos os militantes; a real compreensão e tradução na prática da conduta e exemplo de cada militante de acordo com o ideal comunista e o aprofundamento do estudo teórico do marxismo-leninismo.

É fundamental aprofundar o trabalho de ligação às massas procurando o reforço da intervenção, que de forma dialéctica tem consequências no reforço da luta e da JCP. A realidade actual coloca-nos muitos perigos e potencialidades e impõe-nos uma intensa necessidade de dar resposta a várias tarefas e frentes de trabalho em simultâneo. É por isso necessário reforçar a militância de cada camarada, contribuindo para uma intervenção mais forte e regular dos colectivos de base e diversificando a acção da JCP.

4.4.2 O TRABALHO EM UNIDADE

Unir a juventude pela defesa e exercício dos seus direitos é a principal tarefa dos comunistas. Para isso a discussão nos colectivos de base sobre a concretização prática do trabalho em unidade tem-se demonstrado essencial para garantir uma intervenção organizada e consequente. A acção dos jovens comunistas junto com outros jovens pressupõe um grande sentido democrático.

Unimo-nos em torno de algo concreto, seja uma reivindicação, projecto ou acção. A construção de um processo de unidade – reflexão, organização, mobilização e acção - insere-se numa ideia mais geral de transformação colectiva. A tarefa diária que se impõe aos comunistas é que perante qualquer problema sejamos capazes de envolver outros e, de forma consequente, esclarecer e organizar o descontentamento, transformando-o em luta.

É no trabalho em unidade que se enquadram os processos de luta, por isso salientamos a importância de continuar a desenvolver lutas concretas, procurando resolver problemas da juventude, alcançar vitórias específicas e contribuir para a luta mais geral da juventude.

Muitos são os militantes e amigos da JCP que participam no movimento estudantil e juvenil, em AAEE, no movimento sindical de classe, nas colectividades ou nos grupos informais. Essa participação tem-se demonstrado importante para reforçar a luta em defesa dos direitos da juventude.

4.4.3 O RECRUTAMENTO E ENQUADRAMENTO DE NOVOS MILITANTES

O recrutamento de novos militantes deve ser visto como uma tarefa fundamental para o reforço da organização e é uma preocupação que deve estar sempre presente na militância de todos os camaradas. Esta tarefa, sendo transversal a toda a organização, deve estar presente em todos os momentos de intervenção, seja na escola, nos locais de trabalho ou em conversa com outros amigos.

É fundamental que se discuta em todos os colectivos o recrutamento dirigido nas escolas e empresas prioritárias. Cada colectivo deve definir a estratégia para o recrutamento, levantando nomes, pensando quais os elementos de contacto, que jovens queremos contactar, que iniciativas realizar permitindo o envolvimento de outros e que objectivos

concretos e gerais queremos alcançar. A definição de metas de recrutamento tem-se verificado importante para o reforço da organização.

Também o enquadramento dos novos militantes é importantíssimo numa organização como a JCP. Os novos militantes devem ser envolvidos no trabalho da organização, sendo inseridos nos respectivos colectivos, convocados para as reuniões e a participar nas iniciativas. Estes novos militantes devem ser responsabilizados por tarefas concretas logo que possível.

O recrutamento de militantes da JCP para o PCP tem-se demonstrado de grande importância para o rejuvenescimento do Partido, por isso deve continuar a estar presente no dia-a-dia da JCP.

4.4.4 MILITÂNCIA

O reforço da luta da juventude prende-se também com a capacidade de intervenção de cada comunista, organizado no seu colectivo de base. É fundamental que toda a organização compreenda a necessidade de reforçar a intervenção nas escolas e locais de trabalho, com vista à ampliação da frente social de luta, assumindo este trabalho como prioritário.

Os militantes são a parte essencial da organização, são os mesmos que fazem com que a JCP intervenha junto das massas da juventude, que trabalham para o reforço da organização, na formação de novos quadros e do seu enquadramento nas tarefas do dia-a-dia, junto dos seus colectivos, nas escolas e nos locais de trabalho. Cada militante deve estar consciente do seu papel, individual e colectivo, de agitador, organizador e mobilizador, por isso aquilo que se coloca a todos os jovens comunistas, independentemente de terem ou não colectivo, é que procurem contribuir, no quadro das suas possibilidades, para o reforço da organização e da luta.

É o contributo individual de cada militante que constrói e enriquece o trabalho colectivo que caracteriza a JCP e o Partido, sendo a Festa do Avante! um exemplo disso. Cada camarada, com a sua realidade, com características específicas, com aptidões e vontades, é capaz de construir e transformar. Construindo-se a si e ao colectivo através da militância.

A militância é importante para o trabalho dos colectivos, através da descentralização de tarefas pelos camaradas que as passam a assegurar dentro dos seus respectivos colectivos, o que ajuda à realização e concretização do trabalho. É necessário que os camaradas desde cedo conheçam a importância da militância, que é a única forma de a JCP poder dar avanço ao seu trabalho junto da juventude, pois os militantes são a força da JCP, são os mesmos que através do trabalho diário nas suas escolas ou locais de trabalho consciencializam as camadas de juventude dos problemas que as afectam e que há alternativa para os mesmos e que ajudam na dinamização das lutas pelos direitos da juventude.

A militância é a forma de os militantes terem uma maior

ligação à organização da JCP e é por isso importante que os camaradas sejam integrados na organização através da participação nas reuniões do seu colectivo e em toda a actividade da JCP. É importante que todos os camaradas possam disponibilizar um pouco do seu tempo para ajudar nas tarefas do dia-a-dia pois é que possam dar a sua opinião dentro do seu colectivo.

A juventude vive um momento muito difícil, as políticas deste e anteriores governos têm vindo a desvalorizar a Educação, cortam nos salários dos trabalhadores, há cada vez mais trabalho precário entre os jovens, no Ensino Secundário existe uma maior carga horária, o que não permite aos estudantes terem disponibilidade fora das aulas para as mais diversas actividades. Mas é importante que os camaradas sejam envolvidos no trabalho da JCP, e que possam dar um pouco do seu tempo para questões da organização, dentro das suas escolas ou locais de trabalho, onde os estudantes e os jovens trabalhadores passam a maior parte do seu tempo e onde se tem que intervir, junto das camadas da juventude, para a sua consciencialização de que só com a luta é possível a transformação da sociedade.

4.4.5 OS COLECTIVOS DE BASE

Afirmam os Princípios Orgânicos da JCP, no ponto 28.1: "Os colectivos são a forma de organização de base da JCP. Podem assumir múltiplas expressões dependendo dos objectivos com que são criados (escola, empresa, sector, local ou outros cuja necessidade e objectivos o justifiquem). Existindo como espaços de participação juvenil, podem ser abertos à participação dos jovens que não sejam militantes da JCP, estimulando-os a partilhar os seus ideais, opiniões e vivências."

Compreendemos assim que os colectivos são a forma de organização de base da JCP. São eles os responsáveis por definir a acção dos jovens comunistas no meio onde se inserem e contribuir para a elaboração e aplicação das orientações.

Os colectivos da JCP são um espaço de discussão aberto. Neste sentido é importante ter a preocupação de chamar amigos a participar nas reuniões – trocando ideias, opiniões, experiências - aprofundando a discussão colectiva e fortalecendo a orientação da JCP. É através do regular funcionamento dos colectivos de base que reforçamos a intervenção da JCP e a luta nas escolas ou nos locais de trabalho. É por isso importante a criação e reactivação de colectivos.

Os colectivos de base podem assumir diversas expressões, tendo em conta as características e necessidades da organização. É fundamental garantir que todos os militantes têm um espaço de discussão colectiva, priorizando a sua intervenção na escola ou local de trabalho.

A realidade em que vivemos hoje empurra-nos para um maior isolamento. É cada vez mais difícil coordenar disponibilidades, desde os horários desregulados e excessivos, passando pela redução de transportes, incluindo os custos que o dia-a-dia acarreta. Toda a situação política tem expressão na vida dos militantes e, portanto, na vida da

organização. É necessário que colectivamente encontremos as soluções com vista ao envolvimento dos camaradas e elevação da militância.

A importância dos colectivos está ligada à sua capacidade realizadora, à sua acção. Por isso a sua capacidade de envolvimento e mobilização é fundamental ao desenvolvimento da luta. Seja na realização de iniciativas, que possam servir à afirmação da JCP. Tudo isto é determinante porque os colectivos são a base de intervenção da JCP.

4.4.6 A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

A formação ideológica é importante para que todos os camaradas compreendam o funcionamento da organização, para que tenham um maior conhecimento sobre a acção que desenvolvem na JCP, sobre a sua base teórica e prática, o marxismo-leninismo, concepção materialista e dialéctica da realidade.

É nas tarefas do dia-a-dia e na dinamização da luta que os camaradas se formam ideologicamente, ao participarem na actividade do seu colectivo, na intervenção dentro das escolas e locais de trabalho, nas reuniões de colectivo e na construção dos processos de luta em que participam.

É importante potenciar espaços de discussão e debate entre os camaradas através de iniciativas, debates ou mesmo cursos de formação ideológica, acerca dos mais diversos temas. É também importante que os camaradas conheçam os Princípios Orgânicos da JCP e o Programa e Estatutos do PCP, para que tenham uma visão mais alargada do que é a organização da JCP e do PCP.

A leitura da imprensa partidária, como o AGIT, o Militante e o jornal Avante! contribui também para a formação dos camaradas, sendo que são instrumentos que ajudam na reflexão dos problemas a nível nacional.

É dever da JCP potenciar cursos de formação ideológica em que se abordem as mais diversas matérias, sendo este outro instrumento de formação dos camaradas.

4.4.7 AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

As Organizações Regionais da JCP têm como função essencial organizar os jovens comunistas para a intervenção, acção política e dinamização da luta nas respectivas regiões.

O funcionamento das Organizações Regionais deve reflectir a diversidade de formas de organização dos colectivos de base e a realidade de cada região, valorizando as experiências e soluções encontradas para o enquadramento harmonioso e coordenado das várias frentes de intervenção, abrindo espaço para a discussão colectiva de todos os militantes da JCP.

Desde o 9º Congresso da JCP foram realizados vários Encontros Regionais que contribuíram para reforçar as organizações e o seu trabalho de articulação, aprofundar o conhecimento sobre questões diversificadas ligadas à vida dos jovens nos diversos colectivos de base que

integram as organizações do Secundário, do Superior e da Juventude Trabalhadora. A discussão permite apontar soluções, traçar linhas de trabalho que se adequem à realidade local dos jovens e da organização. Nos Encontros Regionais é eleita a Comissão Regional, que poderá eleger um organismo executivo, o Executivo Regional. Os organismos eleitos procuraram reflectir a realidade dos activistas das organizações e a ligação às mais variadas áreas de intervenção, organizações autónomas, concelhos e colectivos.

4.4.8 AS ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS

Tal como afirmam os princípios orgânicos, a JCP tem duas organizações autónomas: a Organização do Ensino Secundário (OESec) e a Organização do Ensino Superior (OESup). As duas organizações são de âmbito nacional, constituídas por estudantes comunistas que desenvolvem a sua intervenção prioritária no respectivo local de estudo. As organizações autónomas têm organismos de direcção próprios e a sua principal competência é analisar a realidade e traçar orientações para a intervenção e actividade da JCP nas escolas do Ensino Secundário e Superior, no âmbito da orientação geral da JCP.

4.4.8.1 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO DA JCP

A CNES dirige a Organização do Ensino Secundário entre ENES e pode eleger os órgãos executivos que considere necessários; é sua competência convocar o ENES e definir as normas da sua preparação. Cabe à CNES assegurar a ligação ao Movimento Associativo Estudantil e aos vários colectivos de Ensino Secundário. O ENES (Encontro Nacional do Ensino Secundário) é o órgão máximo de direcção da Organização do Ensino Secundário. São competências do ENES, a definição de linhas de trabalho no âmbito da orientação geral da JCP, e a eleição da CNES.

O 12º ENES realizou-se no dia 17 de Novembro de 2012, onde se discutiram as linhas de orientação para o Ensino Secundário e Básico: a intervenção da JCP nas escolas através do contacto permanente com os estudantes dinamizando a luta nas escolas; a importância da consciencialização estudantes, relacionando os problemas da escola com a política educativa mais geral. É por isso necessário o reforço dos colectivos e a criação de mais, para que seja melhor a intervenção nas escolas, a criação de mais colectivos com vista ao reforço da intervenção e da luta.

A OESec tem organismos de direcção próprios, a CNES e o seu Secretariado, que definem as orientações gerais para todos os aspectos da actividade e organização do Ensino Secundário da JCP. A CNES é o organismo que coordena o trabalho da OESec, sendo responsável por cumprir e fazer cumprir as orientações definidas no ENES. A CNES traça as linhas de trabalho gerais para a intervenção nas escolas. A OESec pode criar outros espaços de articulação do trabalho a vários níveis.

É preciso reforçar a intervenção da JCP no Ensino

Secundário e para isso é preciso reforçar, reactivar ou mesmo criar colectivos nas Escolas Secundárias. Cada colectivo é um instrumento determinante para o reforço da luta dos estudantes. É também o colectivo o único capaz de realmente afirmar a JCP na escola.

A pouca disponibilidade, mas grande vontade dos militantes, obriga a organização a criar as condições necessárias para que a sua actividade e intervenção seja o mais regular possível. Muitas são as reuniões realizadas nos intervalos das aulas, por ser o único momento em comum do colectivo. Apesar das dificuldades, a OESEC tem mostrado, ao longo destes anos, grande capacidade de reforço, destacando-se o período de construção do Congresso, onde o recrutamento de novos militantes tem sido constante, contribuindo para a criação de colectivos activos, com intervenção regular e consequente.

4.4.8.2 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA JCP

A Organização do Ensino Superior é uma organização autónoma, de âmbito nacional e com estruturas de direcção próprias, a DCES e o seu secretariado, definem linhas de trabalho para a Organização do Ensino Superior. Existem também organismos de direcção intermédios que funcionam no âmbito das orientações definidas, e dão um importante contributo à articulação do trabalho. O órgão máximo de direcção da Organização do Ensino Superior é a Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES).

A CNES realiza-se, salvo raras excepções, de dois em dois anos. Na CNES é eleita Direcção Central do Ensino Superior (DCES) e são definidas as grandes linhas orientadoras para a actividade da JCP no Ensino Superior.

Desde o último Congresso realizaram-se duas CNES, ambas em Lisboa. Nestas conferências contou-se com a participação de camaradas e amigos de várias regiões do país, sendo um importante contributo para a discussão e análise da intervenção da JCP nas várias escolas do Ensino Superior.

Os colectivos de escola, faculdade, departamento, pólo ou universidade são o elemento fundamental de ligação à realidade dos estudantes, de aprofundamento do conhecimento dos problemas concretos e intervenção sobre eles. A influência da JCP junto dos estudantes do Ensino Superior está directamente ligada ao desenvolvimento da intervenção dos estudantes comunistas, abordando problemas que os estudantes sentem nas universidades, escolas, cursos, turmas ou residências, sendo por isso essencial o reforço da nossa organização, a divulgação das nossas propostas e análise e a intervenção no movimento associativo.

Verificam-se dificuldades na intervenção da JCP junto dos estudantes e na sua intervenção nas escolas, fruto da ofensiva ideológica e das dificuldades de tempo/horários de trabalho que muitos estudantes têm que cumprir. A Organização do Ensino Superior da JCP apontou linhas de trabalho para aprofundar a intervenção nas escolas, cursos,

turmas ou residências. Sendo por isso o reforço da nossa organização, a divulgação das nossas propostas e análise, e a intervenção no movimento associativo, essenciais para o fortalecimento das várias expressões de organização dos estudantes, no meio académico. É por isso necessário dar grande importância à AAEE, aos núcleos de curso, entre outros.

A criação e dinamização de colectivos permitem uma intervenção organizada que vá ao encontro dos problemas sentidos pelos estudantes e à sua resolução.

Os colectivos da Organização do Ensino Superior são espaços de formação e enquadramento dos militantes da JCP que estudam no Ensino Superior, mas também de outros estudantes que encontram em vários colectivos da JCP espaços de discussão dos problemas dos estudantes, de debate político e ideológico, de convívio e de definição de linhas de trabalho para a intervenção na sua escola.

Também no Ensino Superior é importante e necessário continuar com a tarefa de recrutamento de novos militantes, reforçando a presença da JCP nas escolas através de uma intervenção que seja fruto do aprofundamento da análise, da capacidade de denúncia, posicionamento e acção, face à realidade. Este reforço da intervenção deve também passar pela difusão da imprensa partidária, o AGIT e o Avante!, e a realização de iniciativas, nas escolas.

É de assinalar a necessidade de intensificar o trabalho no sentido de formação de colectivos e de criação de capacidade de intervenção no Ensino Privado mas, sobretudo no Ensino Politécnico, onde é fundamental conhecer melhor a realidade e intervir, como forma indispensável para reforçar a Organização do Ensino Superior.

Registam-se muitas insuficiências na intervenção ao nível do movimento estudantil que é necessário colmatar. Tem-se dado avanço na definição de linhas de trabalho de intervenção dos estudantes comunistas na dinamização e participação em movimentos unitários, núcleos de estudantes, Associações de Estudantes, Associações Académicas e órgãos de gestão das escolas (onde os estudantes têm cada vez menos participação por causa do RJIES).

4.4.9 A ACÇÃO E INTERVENÇÃO DA JCP JUNTOS DOS JOVENS TRABALHADORES

O fortalecimento da intervenção da JCP junto dos jovens trabalhadores é fundamental para um maior conhecimento e intervenção nesta área. A acção da JCP dirigida aos jovens trabalhadores assenta na intervenção nas empresas e locais de trabalho.

Organizar todos os militantes tendo em vista a sua intervenção e sindicalizá-los nos sindicatos da CGTP, reforçando o movimento sindical de classe, é uma prioridade. A importante participação dos jovens nas lutas, desde as mais pequenas às grandes jornadas e também nas últimas greves gerais tem sido determinante para o sucesso das mesmas, bem como para o reforço do movimento sindical

de classe.

Desde o 9º Congresso a JCP, apesar da irregularidade de funcionamento, o espaço de articulação nacional e de aferição das diferentes realidades, que constituiu a experiência da comissão nacional para as questões da juventude trabalhadora, é fundamental que se mantenha e evolua, contribuindo para o reforço da organização e da luta. Continuou o trabalho de reforço da organização e de intervenção junto dos jovens trabalhadores. É de salientar o aumento de acções de contacto e de mobilização realizadas, obviamente relacionadas com o aumento das lutas travadas, assim como uma maior ligação e integração de militantes na vida do movimento sindical de classe. É preciso manter e reforçar a regularidade com que intervimos junto dos jovens trabalhadores nas empresas que definimos como prioritárias, na sua maioria call center's e grandes superfícies comerciais.

Apesar das dificuldades impostas pela actual política – horários desregulados, baixos salários, precariedade, desemprego – é fundamental que os militantes comunistas encontrem as soluções criativas para elevarem a sua militância e se organizarem, prioritariamente ao nível da empresa, local de trabalho e sector profissional, participando activamente no seu colectivo de base.

É necessário aumentar o trabalho de contacto junto dos jovens desempregados. Fruto da política destruidora protagonizada pela direita, hoje grande parte dos jovens estão no desemprego por isso é necessário que em cada região estejamos atentos aos locais onde estes jovens se concentram. A intervenção nos Centros de Emprego tem-se demonstrado importante para estes contactos, mesmo assim devemos continuar a dar passos na mobilização e organização destes trabalhadores.

Muitos destes desempregados foram obrigados a emigrar. Entre eles militantes e amigos que por imposição não estão hoje no nosso país. Ainda assim é necessário que a organização procure não perder, de todo, o contacto com estes jovens, principalmente os militantes.

4.4.10 A INTERVENÇÃO DA JCP JUNTO DOS ESTUDANTES DO ENSINO PROFISSIONAL

É necessário continuar a intervir e recrutar, organizar os militantes e criar colectivos de escola, garantindo a sua intervenção neste meio, contribuindo para reforçar o trabalho colectivo, potenciando a sua actividade própria e desenvolvendo criativamente as orientações gerais da JCP.

O aumento da nossa influência relaciona-se com o recrutamento e com a capacidade de realização dos colectivos da JCP. Assim, o aumento de iniciativas - sejam distribuições de documentos específicos, iniciativas de convívio, conferências de imprensa sobre um problema concreto, a pintura de um mural ou a colagem de cartazes – é fundamental para o reforço da nossa intervenção e para o envolvimento de mais militantes.

É fundamental aprofundar a ligação ao Ensino Profissional:

reforçar o contacto regular com estes militantes; definir prioridades e linhas de intervenção específica; planificar e executar tarefas; procurar um envolvimento crescente de outros jovens com vista ao reforço da luta e ao recrutamento; responsabilizar e atribuir tarefas aos militantes. Tudo isto são aspectos estruturantes para a intervenção da JCP no Ensino Profissional.

4.4.11 OUTRAS LINHAS DE INTERVENÇÃO DIVERSIFICADA

Desde o 9º Congresso a actividade da JCP foi diversificada, reflectindo a realidade e criatividade dos colectivos e organizações. Participámos nas batalhas eleitorais no âmbito da Juventude CDU, dando um importante contributo à construção e afirmação do nosso projecto no seio da juventude.

Realizámos debates, concertos, torneios desportivos, convívios, projecções cinematográficas, sessões de leitura, campanhas sobre problemas locais, etc. Esta diversidade de iniciativas comprova, não só a capacidade realizadora das organizações da JCP, mas também a profunda ligação da JCP à vida da juventude. Também o torneio Agit é um dos maiores momentos, protagonizados pela JCP, confirmando-se importante para a promoção da democracia desportiva que defendemos. Os debates e sessões de esclarecimento são outra linha de trabalho que caracteriza a intervenção da JCP. Abordando inúmeros temas assumem um importante papel no esclarecimento e na consciencialização dos militantes comunistas e outros jovens.

Os acampamentos pela paz, realizados em unidade com outras associações juvenis, continuam a ser momentos importantes na vida da organização, pelo seu carácter político mas também pelo convívio, alegria, debate, desporto, cultura e contacto com outros jovens de todo o país.

Concretizando as orientações do 9º Congresso foram realizadas campanhas a nível nacional:

- Afirmção da JCP nos inícios de anos lectivos, tanto no Ensino Secundário como no Ensino Superior;
- Preparação e divulgação dos Encontros Nacionais do Ensino Secundário (ENES) e das Conferências Nacionais do Ensino Superior (CNES), bem como a preparação das inúmeras assembleias de organização, encontros, plenários, entre outros;
- Da Juventude Trabalhadora, a edição do "Proletário";
- Venda do Avante!;
- Centenas de iniciativas, com variadíssimos contornos, no âmbito das Comemorações do Centenário do Nascimento de Álvaro Cunhal;
- A pintura de murais;
- A campanha de esclarecimento e mobilização "Nem

Cortes Nem Troikas!";

- A mobilização e esclarecimento em torno das questões da paz e acções de solidariedade com povos em luta;
- - Campanhas e iniciativas de comemoração do 25 de Abril;
- - Comemoração dos aniversários da JCP, com particular destaque para a comemoração do 34º aniversário que constituiu um momento alto de convívio, luta e afirmação do projecto comunista.

4.4.12 FESTA DO AVANTE!

A Festa do Avante! é um momento fulcral na vida da JCP pois constitui um importante meio de chegar à juventude. Pelas exigências que coloca ao nível do envolvimento de camaradas e amigos, e de planificação, constitui um processo que, com muita alegria, contribui para a responsabilização e formação de quadros na sua preparação e realização.

É de salientar o contributo da JCP para o sucesso da Festa do Avante!, não só na implantação do seu espaço e outros espaços centrais, como pela divulgação em locais de concentração juvenil. É de valorizar o contributo de militantes e não militantes para o funcionamento da FA! através de turnos realizados, assim como na compra antecipada, e solidária, da Entrada Permanente (EP).

A compra antecipada da EP e a sua venda é tarefa de toda a organização. É por isso necessário avançar na responsabilização de toda a organização pela descentralização e recolha de EP's, assim como a compreensão do seu valor político.

Os Concursos de Bandas para o Palco Novos Valores, da Cidade da Juventude, da Festa do Avante!, afirmam-se todos os anos como uma grande iniciativa da JCP. É o maior concurso de bandas do país, envolve centenas de bandas, milhares de jovens a assistir, e realiza dezenas de eliminatórias concelhias e regionais. O concurso de bandas deve continuar a crescer e a reforçar-se, afirmando-se também como grande iniciativa no plano da luta pelo direito à cultura, colocando a reivindicação da criação de espaços e apoios para bandas de garagem e jovens músicos por parte do governo. Esta iniciativa tem ganho grande expressão e reconhecimento pelas bandas que todos os anos contactam com a JCP.

No quadro de uma actividade que deve ser ampla e abrangente do ponto de vista temático, intimamente ligada à vida da juventude e aos desenvolvimentos da situação política, a JCP deve procurar continuar a sua intervenção num vasto leque de áreas, sem descurar as prioridades definidas.

4.4.13 POLÍTICA DE FUNDOS

A recolha financeira provém exclusivamente da recolha de quotas e da capacidade realizadora dos colectivos de base. É por isso fundamental que toda a organização discuta esta

questão compreendendo que em causa está a liberdade e independência da JCP para a sua intervenção e acção. A política de fundos é transversal a toda a organização, ou seja, os colectivos e organismos têm a responsabilidade de discutir com regularidade esta questão, tomando medidas que garantam a regularidade de recolha de quotas e a realização de iniciativas.

É importante haver uma maior recolha financeira para que a JCP possa ter uma maior capacidade de intervenção junto das massas juvenis, através das mais diversas formas, como documentos, cartazes, etc., e é fundamental trabalhar para que todos os militantes tenham consciência da importância do pagamento da quota.

É a partir dos colectivos, da recolha de quotas dentro dos mesmos e da responsabilização de camaradas que se consegue efectivar da melhor forma a recolha regular de fundos, tal como a realização de iniciativas dos próprios colectivos, assumindo assim a própria intervenção da JCP de forma dinâmica e assegurando ao mesmo tempo a capacidade financeira da organização.

4.4.14 AGIT – O JORNAL DA JCP

O AGIT é o jornal de toda a organização da JCP. Como tal dá expressão, como nenhuma outra publicação, às lutas da juventude bem como à actividade e propostas da JCP. Por esta razão — e face às tentativas de silenciamento e da ofensiva ideológica com que hoje nos deparamos — assume particular importância, enquanto instrumento de informação, comunicação e explanação das nossas análises, acções e propostas, esclarecimento e formação e, consequentemente, resistência à ofensiva e afirmação da luta que travam os jovens portugueses. A sua venda e divulgação é, portanto, fundamental no seio da juventude e tarefa de toda a Organização.

É essencial reforçar e aumentar as vendas do jornal em número de exemplares e com mais acções de venda, prosseguindo os esforços de, a cada número, levar o AGIT e os seus conteúdos a cada vez mais escolas, locais de trabalho e outros locais de concentração juvenil. Estas vendas organizadas, para além de cumprirem o seu objectivo primário de divulgação e venda do jornal, têm-se também revelado momentos privilegiados de contacto com a juventude, servindo muitas vezes o jornal como motivador para a ida à conversa e os seus conteúdos como ponto de partida e referências para o debate.

Também a venda orgânica merece especial atenção, devendo todos os camaradas ser chamados a comprar e ler o AGIT, como forma de se enriquecerem no plano ideológico e melhor se prepararem para as lutas que diariamente travamos bem como para poderem eles próprios dar contributos para o consecutivo melhoramento do jornal.

Também com este objectivo, e para que toda a Organização possa estar envolvida e ver-se reflectida no jornal, se reafirma a importância e necessidade da responsabilização de mais camaradas pelo AGIT, assumindo a tarefa de, em cada colectivo, promover a compra, motivar a discussão sobre o jornal e os seus conteúdos e a definição de linhas

e medidas concretas de venda nas ruas, escolas ou locais de trabalho.

Desde o 9.º Congresso importa realçar a edição do número 100 do jornal, que mereceu particular destaque em diversos meios e a realização de iniciativas a assinalar este marco e a celebração dos 20 anos do AGIT, no âmbito da qual sofreu uma actualização, reestruturação editorial e reformulação gráfica, incluindo uma alteração do formato, tipo de papel e logótipo do jornal, com o objectivo de lhe conferir um carácter mais dinâmico, bem como proporcionar uma leitura mais clara, apelativa e eficaz.

O investimento de esforços no melhoramento, regularidade, interesse e relevância do AGIT tem-se reflectido numa maior aceitação e aumento do número de vendas do jornal, facto a que importa corresponder, prosseguindo e reforçando estas linhas de trabalho.

4.4.15 A IMPRENSA PARTIDÁRIA

A imprensa partidária é uma ferramenta fundamental na agitação das massas, bem como um importante apoio na consciencialização dos trabalhadores, dos jovens e de todos os militantes da JCP.

É a única que dá conta da realidade da classe operária e dos trabalhadores e que faz dela uma análise fora do espectro da ideologia capitalista. No momento actual a referência que faz às lutas do povo português, e também às suas conquistas, constitui ainda um valioso testemunho da contestação generalizada por um país mais justo e um sinal de confiança num futuro melhor.

Desde o último Congresso prosseguiu-se a linha de divulgação do Avante! junto das camadas mais jovens procurando, sempre que possível, agendar vendas em escolas, locais de trabalho e outros locais de concentração juvenil. Destacam-se, as vendas dos números especiais do Avante! realizadas e a crescente receptividade e aceitação, bem como o aumento do número de exemplares vendidos nestas acções, com particular expressão nas vendas realizadas junto dos jovens trabalhadores de grandes superfícies comerciais. Continuou também a assegurar-se a distribuição da imprensa partidária aos militantes da JCP, sendo necessário reforçar o compromisso de compra por parte dos militantes para que o façam semanalmente. Se assim o fizermos estaremos em condições de reforçar o compromisso com as edições Avante!, reforçando as ADE's em número e venda e garantindo que o órgão central do PCP - O Avante! - chega a mais militantes da JCP.

É importante prosseguir a dinamização de acções de venda e reforçar o compromisso da Organização em divulgar a imprensa partidária, tanto organicamente como para fora. A responsabilização de camaradas por esta tarefa manifesta-se como o método mais eficaz para a efectivação destas linhas de trabalho, pelo que importa alargá-la a mais camaradas e a todos os organismos.

4.4.16 PROPAGANDA

A JCP desenvolve regularmente um conjunto diversificado de materiais propaganda com um papel fundamental na afirmação da mensagem, propostas e projecto da Organização, divulgação e mobilização para as suas iniciativas e actividade bem como no esclarecimento e agitação das massas juvenis. Os materiais de propaganda cumprem também a função de denúncia dos problemas e/ou ataques aos direitos dos jovens.

Para esta função tem destacada importância a edição de elementos próprios dos colectivos — nomeadamente os seus boletins mas também outros documentos ou materiais — tendo em conta a sua ligação à realidade concreta da escola ou do local de trabalho e a sua capacidade de desenvolver propostas e de intervir sobre problemas específicos.

A produção deste tipo de documentos, que pela sua aproximação ao dia-a-dia dos jovens são também aqueles em que estes mais directamente se revêem, deve ser incentivada e incrementada e deve constituir uma preocupação e uma linha de trabalho de cada colectivo em actividade.

Os materiais de propaganda devem procurar ser claros e objectivos mas também criativos e apelativos. Impõe-se o reforço da capacidade de elaboração e aprofundamento de conteúdos, a diversificação dos meios e formas de intervenção, o máximo aproveitamento dos materiais de propaganda e a potenciação do contacto directo e pessoal, da capacidade de argumentação e esclarecimento de cada camarada.

Devem ainda ser combatidas todas as tentativas de limitação à distribuição ou afixação de propaganda — cada vez mais frequentes, quer em escolas, em locais de trabalho, ou noutros espaços —, denunciadas todas as situações em que se verifique destruição intencional da mesma e defendido o direito à propaganda, exercendo-o, combatendo a desinformação relativa a este assunto e também através da preparação política dos militantes.

Adquire também particular importância o uso das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente os meios digitais. O sítio da JCP na internet, que requer permanente atenção, é uma ferramenta e plataforma essencial na qual mais facilmente e permanentemente podemos disponibilizar a todos os que queiram conhecer o conjunto das nossas posições e propostas, pelo que não pode ser descurada pela Organização. As organizações regionais devem enviar informação de todas as suas actividades, contribuindo para a actualização regular, do site, dos endereços de e-mail, bem como da recém-criada página no Facebook da JCP.

4.4.17 RELACIONAMENTO E TAREFAS INSTITUCIONAIS E BATALHAS ELEITORAIS

O trabalho nesta frente deve ser de denúncia e esclarecimento, servindo de complemento ao trabalho de massas para promover a ligação da luta de massas e da acção juvenil à luta institucional do Partido e da JCP. A JCP desenvolve a sua actividade institucional prioritariamente no CNJ, na AR e nas Autarquias.

A intervenção da JCP no CNJ tem como linha orientadora criar espaços de diálogo e entendimento entre as organizações de juventude, principalmente em torno de questões concretas que permitam trabalhar em unidade e assim criar um espaço reivindicativo e uma ferramenta de apoio ao associativismo juvenil.

A JCP interveio regularmente na vida do CNJ participando nas suas várias comissões e nas assembleias gerais contribuindo para, dentro das dificuldades normais de um espaço onde para além de associações de diverso tipo, participam outras juventudes partidárias, um posicionamento correcto do CNJ perante quer a situação dos jovens portugueses quer as questões internacionais.

A JCP considera que o CCJ (Conselho Consultivo da Juventude) é um instrumento de legitimação da política do Governo.

O trabalho institucional no quadro do grupo parlamentar do PCP mostrou ser uma forte ferramenta na denúncia dos problemas e na intervenção da JCP junto dos jovens. Partindo do conhecimento e intervenção da JCP, o Grupo Parlamentar do PCP efectuou várias perguntas ao Governo em torno de problemas que afectam a juventude. É necessário continuar a divulgar este tipo de intervenção, afirmando o trabalho realizado, nas escolas e locais de trabalho, designadamente as centenas de requerimentos e perguntas, dezenas de projectos de lei e projectos de resolução que visaram resolver problemas dos jovens, apresentados pelo PCP na AR.

Salientamos a realização das últimas eleições autárquicas, destacando a grande participação de centenas de jovens, da JCP ou sem filiação partidária, nas listas da CDU e consequentemente a eleição de centenas de jovens nas autarquias locais. O trabalho em torno das eleições mostra que as propostas e o trabalho feito da CDU têm cada vez mais aceitação dos jovens, por isso é necessário continuar a esclarecer e mobilizar a juventude para lutar, afirmando a política Patriótica e de Esquerda. A preparação das eleições foi, e deve ser, enquadrada no momento político actual, para isso é fundamental continuar a colocar as questões concretas locais relacionadas com as políticas gerais.

É determinante que os jovens eleitos mantenham a sua ligação à organização da JCP e do Partido. A JCP tem o dever de envolver estes militantes na organização e aprofundar a ligação entre o trabalho da JCP e a intervenção no poder local.

As eleições europeias realizam-se no dia 25 de Maio de 2014. Cabe à JCP, integrada na Juventude CDU, dar um importante contributo para o reforço eleitoral da CDU no Parlamento Europeu. Através da campanha e dinâmica própria da Juventude CDU, assente nos princípios da construção de uma Europa de Paz, Cooperação entre os povos e de Progresso Social, afirmaremos lutas e propostas junto da juventude.

4.4.18 ACTIVIDADE INTERNACIONAL

A JCP assume-se como uma organização internacionalista.

No relacionamento com organizações comunistas, revolucionárias, progressistas e anti-imperialistas de todo o mundo, a JCP privilegia relações de tipo bilateral, respeitando sempre as características de cada organização e de cada país, sempre numa postura de solidariedade para com as lutas da juventude e dos povos, independentemente das divergências de opinião, ideologia, caminhos e objectivos que possamos ter.

A JCP tem como prioridade internacional o reforço da frente anti-imperialista da juventude, nomeadamente através do reforço da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Consideramos o espaço da FMJD como uma grande potencialidade para a luta da juventude contra o Imperialismo pela sua história, pela sua implementação em todos os continentes, pelo seu carácter anti-imperialista e por congregar as organizações que mais consequentemente lutam contra o Imperialismo e pela Paz. O reforço da FMJD e das suas organizações-membro é fundamental para a derrota do Imperialismo e a JCP reafirma o seu máximo compromisso para com a Federação, que se mantém inalterável depois dos mandatos na Presidência da FMJD, tarefa que a JCP assumiu entre 2003 e 2011. Os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes são para a JCP um espaço de grande importância para o reforço da luta anti-imperialista, que juntam a cada edição milhares de jovens de dezenas de países que têm em comum a sua luta contra o Imperialismo, nas suas várias expressões. Os FMJE devem continuar a ser espaços de grande amplitude política, de carácter anti-imperialista.

A JCP participa ainda em outros espaços multilaterais como os encontros de organizações de juventude comunistas europeias, brigadas de solidariedade para com a luta de outros povos, iniciativas de solidariedade, seminários, entre outros.

A JCP considera que, num quadro mundial de enormes contradições do Imperialismo, em que este se apresenta cada vez mais dominante e ao mesmo tempo mais fragilizado pela luta dos povos, constituem perigos as tendências sectárias da parte de algumas organizações comunistas de juventude que, através da exclusão de organizações e forças sociais anti-imperialistas que não afirmem a ideologia comunista, contribuem para a divisão da frente anti-imperialista, para a perda de influência dos comunistas e a predominância de sectores oportunistas que se associam a tais forças genuinamente anti-imperialistas e populares. O vincar das diferenças entre organizações anti-imperialistas e mesmo entre organizações comunistas, a procura de imposição de modelos e análises, a estruturação e ênfase nas acções a nível internacional em detrimento da luta no plano nacional contribuem para o enfraquecimento da frente anti-imperialista, da influência e capacidade de luta dos comunistas, da procura da unidade na acção.

Consideramos também negativa a tendência de regionalização e governamentalização da luta anti-imperialista promovida por algumas organizações que privilegiam interesses regionais ou estatais em relação ao interesse geral da derrota do Imperialismo.

Desde o 9º Congresso a JCP participou nos congressos

da União da Juventude Socialista (UJS) do Brasil, da Organização da Juventude Democrática Unida (EDON) do Chipre, da Juventude Trabalhadora Socialista Alemã (SDAJ), da União das Juventudes Comunistas de Espanha (UJCE), dos Colectivos de Jovens Comunistas (CJC) de Espanha. Participou ainda numa acção de formação coorganizada pela área de juventude da Esquerda Unida e pela UJCE, numa conferência internacional sobre questões da juventude trabalhadora acolhida pela Juventude Comunista da Venezuela (JCV), num Acampamento de Verão organizado pelo Movimento dos Jovens Comunistas Franceses (MJCF), no III Encontro Internacional de Juventude de Solidariedade para com os 5 Heróis Cubanos, organizado pela União das Juventudes Comunistas (UJC) de Cuba, numa iniciativa sobre Ensino Superior organizada pela EDON, do Chipre, num seminário da FMJD sobre Ambiente, acolhido pela União da Juventude Comunista Ho Chi Minh, do Vietname e todos os anos no Festival Pancipriota da Juventude, acolhido pela EDON de Chipre e no Festival "Odigitis", organizado pela Juventude Comunista Grega (KNE).

A JCP participou em duas brigadas de solidariedade para com a Palestina, uma brigada de solidariedade para com o Sahara Ocidental e outra para com a Síria, iniciativas realizadas no quadro da actividade da FMJD. Desde o 9º Congresso a JCP assumiu a Presidência da Federação Mundial da Juventude Democrática, tarefa que já assumia desde 2003, tendo deixado de assumir essa tarefa a partir da 18ª Assembleia da FMJD, que se realizou em Novembro de 2011 em Lisboa, na qual foi eleita a EDON do Chipre para a Presidência da organização. A Assembleia foi uma importante realização da FMJD e da JCP, tendo sido a maior Assembleia nos últimos 20 anos, que contribuiu para o reforço da FMJD. Desde a Assembleia de 2011, a JCP assume no quadro da região da Europa e América do Norte (CENA) da Federação a responsabilidade da coordenação regional, juntamente com a KNE e com a EDON. Desde o 9º Congresso, a JCP participou activamente na preparação do 17º e do 18º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realizaram respectivamente em 2010 na África do Sul e em 2013 no Equador. A JCP envolveu-se na preparação dos Festivais a nível nacional, com a formação e dinamização dos Comitês Nacionais Preparatórios dos Festivais juntamente com outras organizações juvenis, e também na preparação internacional dos FMJE, tendo participado em todas as reuniões preparatórias internacionais de ambos os Festivais que se realizaram neste período (Venezuela, Coreia, Chipre no 17º Festival e África do Sul, Espanha e Índia no 18º Festival), nas reuniões preparatórias da região Europa (Sérvia e Áustria) assim como na participação no Comité Organizador Internacional de ambos os Festivais.

Desde o 9º Congresso a JCP participou na 9ª reunião das organizações de juventudes comunistas europeias, acolhida pela Juventude Comunista Checa (KSM), em Praga.

4.5 LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO DE DIRECÇÃO

4.5.1 – ESTRUTURA DE DIRECÇÃO DA JCP

A estrutura de direcção da JCP, entre congressos,

assenta na Direcção Nacional (DN), nos seus Organismos Executivos – Comissão Política da DN e Secretariado da DN -, nas Comissões Regionais e, ao nível das Organizações Autónomas, na Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES), na Direcção Central do Ensino Superior (DCES) e noutros organismos das Organizações do Ensino Secundário e Ensino Superior.

4.5.2 O CONGRESSO

O Congresso é o órgão máximo da JCP. O Congresso é realizado de 3 em 3 anos, salvo situações excepcionais.

Ao Congresso compete definir a todos os níveis a orientação da JCP, alterar e aprovar os Princípios Orgânicos e eleger a DN da JCP.

A preparação do Congresso da JCP é um momento fundamental na aplicação do centralismo democrático, permitindo a todos os militantes a discussão das linhas orientadoras da JCP e da resolução política, a discussão dos quadros a integrar a proposta da Direcção Nacional e a sua eleição.

A sua preparação é um momento muito importante na organização. As organizações promovem momentos de discussão do Congresso de maneira a fazer chegar o Congresso da JCP à juventude portuguesa e são recolhidos contributos importantes de todos os militantes. Na sua preparação a criatividade das organizações é essencial na procura do reforço orgânico e da intervenção e tem-se demonstrado fundamental para a realização de um Congresso ligado à vida e que vinque as verdadeiras aspirações e direitos da juventude.

Tendo em conta que muitos militantes da JCP participam pela primeira vez num processo de profunda democracia da organização é um momento também ele privilegiado de formação ideológica de cada militante da JCP.

4.5.3 A DIRECÇÃO NACIONAL

A Direcção Nacional é o órgão máximo de direcção da JCP entre Congressos.

A DN tem cumprido o seu papel fundamental de direcção do trabalho, reuniu com regularidade, definindo assim as orientações para a acção e intervenção da JCP.

É importante que se tomem medidas para uma maior participação dos camaradas que pertencem à DN, para que estes possam intervir e ficar a conhecer as linhas de orientação para a intervenção da JCP.

Compete à DN:

- Dirigir a JCP de acordo com a orientação geral definida no Congresso;
- Definir as linhas de orientação para o trabalho político, ideológico e orgânico da JCP de acordo com as linhas gerais definidas em Congresso;

- Definir as linhas de intervenção política da JCP no sentido de aprofundar a ligação à realidade juvenil;
- Definir o plano anual de actividades da JCP;
- Conhecer e aprofundar o conhecimento da realidade política, social, económica e cultural da juventude, tanto no plano nacional como internacional;
- Convocar os Encontros Nacionais da JCP e traçar os seus objectivos;
- Convocar o Congresso da JCP, definir as suas normas de funcionamento, representação e assumir a sua preparação;
- Prestar contas ao Congresso da actividade da JCP, da análise da política juvenil, da situação da juventude e das linhas de orientação sobre a intervenção, organização e direcção, devidamente documentada e fundamentada;
- Eleger, de entre os seus membros, a Comissão Política e o Secretariado, considerando no desenvolvimento da sua actividade a necessidade de renovação destes organismos;
- Ter capacidade de se renovar através do processo de cooptação de novos membros que incluirá, obrigatoriamente, o processo de auscultação previsto para a eleição em Congresso, ouvindo os organismos aos quais os membros propostos pertencem;
- Retirar a qualidade de membros da DN a todos aqueles que não participem injustificadamente em 4 reuniões consecutivas;
- Cumprir e fazer cumprir os Princípios Orgânicos da JCP;
- Reunir de forma operacional garantindo a todos os seus membros espaço de intervenção.

A nova Direcção Nacional a ser eleita pelo Congresso, sob proposta da Direcção Nacional cessante, deverá ter por base os seguintes critérios:

- Ter uma composição etária, social e de rapazes e raparigas, que reflecta a realidade da organização e os objectivos de trabalho;
- Ser constituída pelo núcleo fundamental dos quadros activistas da JCP;
- Assegurar uma ligação ao fundamental das organizações regionais, sectores e áreas de intervenção;
- Ter uma composição de quadros profundamente ligados às várias áreas e realidades do movimento juvenil;
- Ter em conta, no número de elementos a eleger, as questões de funcionalidade.

4.5.4 A COMISSÃO POLÍTICA

Desde o último Congresso a Comissão Política manteve o seu regular funcionamento ao nível da direcção política, conhecimento e análise da realidade juvenil. A Comissão Política procurou assegurar uma distribuição equilibrada das tarefas entre os seus membros e cumpriu as competências que lhe foram atribuídas: articulou o trabalho e traçou orientações gerais entre as Direcções Nacionais de forma a dar resposta às necessidades de reforço da Organização, do avanço da situação da juventude e da sua luta; procurou ter discussões temáticas de forma a aprofundar a reflexão da Organização sobre variadas áreas.

Competências da Comissão Política da DN:

- Assumir a direcção política da JCP entre reuniões da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e traçar orientações para a actividade da JCP de acordo com a orientação da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e tomar posição sobre a situação juvenil e outros aspectos de especial relevância no plano nacional;

4.5.5 O SECRETARIADO

Competências do Secretariado da DN:

- Assumir a responsabilidade do tratamento das questões de organização e de acompanhamento aos quadros da JCP, através do acompanhamento à actividade da JCP nas diferentes Organizações Regionais, sectores e áreas de intervenção;
- Assumir o relacionamento internacional da JCP;
- Assumir o relacionamento institucional da JCP;
- Acompanhar o trabalho de informação e propaganda da JCP;
- Gerir e dinamizar a actividade financeira da JCP;
- Gerir o património da JCP.

O Secretariado da DN garantiu o seu regular funcionamento, cumprindo nos diferentes momentos o fundamental das competências que lhe foram atribuídas, conseguindo uma distribuição equilibrada das diversas tarefas entre os seus membros. O papel do Secretariado revelou-se fundamental na actividade da JCP, no acompanhamento, formação e promoção de quadros da JCP, para o seu desenvolvimento orgânico.

Desde o último Congresso não se conseguiu alcançar o objectivo que os membros do Secretariado da DN não acompanhassem directamente Organizações Regionais ou Organizações Autónomas na Comissão Política. Apesar de

o trabalho do organismo se ter desenvolvido positivamente deve-se procurar que esta situação tenha o menor peso possível no quadro das tarefas dos seus membros para que não ponha em causa o cumprimento das competências do organismo.

O Secretariado revelou no desenvolvimento do trabalho uma profunda articulação com a Comissão Política, as Comissões Regionais, e as direcções centrais da OESec e da OESup.

4.5.6 AS COMISSÕES REGIONAIS

As Comissões Regionais são a direcção regional da JCP, tendo por competência coordenar e dirigir o trabalho da JCP em cada organização regional.

As Comissões Regionais da JCP são eleitas nos Encontros Regionais da JCP, órgão máximo da organização regional, que, para além de eleger as Comissões Regionais, na base da orientação geral da JCP, têm uma grande importância na definição de orientações para o trabalho da JCP nas regiões, bem como deve comportar uma forte componente de afirmação da JCP e de convívio entre os camaradas.

A orientação de organizar até este Congresso o maior número de Encontros Regionais possível permite-nos ter hoje uma organização mais estruturada e um maior número de Comissões Regionais eleitas e mais ligadas à realidade concreta de cada região.

Orientações para o trabalho das Comissões Regionais da JCP:

- As Comissões Regionais devem ter capacidade de direcção e acção política nas organizações regionais;
- A composição das Comissões Regionais deve corresponder à realidade da organização e manter um funcionamento estável;
- Devem ser eleitas em Encontros Regionais, podendo proceder à cooptação de novos camaradas, sempre que se achar necessário;
- Podem eleger um organismo executivo se entenderem necessário para o andamento do trabalho;
- Devem analisar regularmente as políticas regionais e nacionais e tomar posição sobre elas, assumindo maior protagonismo e responsabilidade, reforçando e prestigiando a JCP na região.

Desde o 9º Congresso registaram-se algumas dificuldades, havendo excepções, em manter um trabalho regular das várias Comissões Regionais eleitas. A irregularidade do trabalho destes organismos prendeu-se com a instabilidade da vida dos quadros da JCP e dificuldades em responsabilizar outros pelas várias tarefas.

Desde o 9º Congresso da JCP foram realizados vários Encontros Regionais que contribuíram para reforçar o seu

trabalho de articulação, aprofundar o conhecimento sobre questões diversificadas ligadas à vida dos jovens nos diversos colectivos de base que integram as organizações do Ensino Secundário, do Ensino Superior e da Juventude Trabalhadora.

4.5.7 CNES – COORDENADORA NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

A CNES é no âmbito da OESec quem dirige o trabalho e define as linhas de orientação entre Encontros Nacionais.

O ENES elege a CNES e, define as linhas gerais de trabalho, até o próximo ENES.

A CNES pode eleger quaisquer organismos que achar necessários.

Deve-se procurar envolver camaradas de todas as regiões na CNES, alargando assim a percepção da realidade de cada sítio, para a organização poder ter uma maior capacidade de análise e direcção.

Desde o último Congresso, a CNES teve algumas dificuldades em reunir com regularidade e com a presença da maioria dos camaradas membros, fruto da instabilidade dos quadros e da organização. Apesar disso cumpriu o seu papel e traçou medidas para o desenvolvimento da luta e da organização, no quadro da orientação geral da JCP, que se comprovaram acertadas. Por necessidade de trabalho e pela instabilidade dos quadros, recompôs-se o organismo três vezes antes do 12º ENES para que fosse o reflexo do quadro de activistas da organização e da sua realidade. Com o reforço da organização conseguiu-se dar passos, desde o último ENES, na estabilidade do organismo, cumprindo em melhores condições o seu papel.

4.5.8 DCES – DIRECÇÃO CENTRAL DO ENSINO SUPERIOR

A DCES dirige a Organização do Ensino Superior entre CNES (Conferência Nacional do Ensino Superior) e pode eleger os órgãos executivos que considere necessários; é sua competência convocar a CNES e definir as normas da sua preparação. Cabe à DCES assegurar a ligação ao movimento estudantil e aos vários colectivos do Ensino Superior, assim como definir as linhas de trabalho para a intervenção.

Deve-se procurar dar passos no aprofundamento da análise da realidade, potenciando um melhor conhecimento da mesma, acompanhado da capacidade de tomar posição com mais frequência. Deve-se ainda trabalhar no sentido do envolvimento de camaradas que possam estabelecer ligação a mais instituições e regiões, com grande relevo para o Ensino Politécnico, assegurando a partir da DCES e dos seus membros a real direcção do trabalho no terreno e do desenvolvimento da luta.

4.5.9 OS COLECTIVOS DE APOIO À DIRECÇÃO CENTRAL E OS GRUPOS DE TRABALHO CENTRAL

A acção dos colectivos de apoio à Direcção Nacional da JCP e os grupos de trabalho centrais dão um importante contributo no apoio ao conhecimento e desenvolvimento da intervenção da JCP em diversas áreas. Constituem, muitas vezes, a solução mais adequada para o apoio do trabalho da Direcção Nacional da JCP.

Assim, a dinamização e criação de colectivos e grupos de trabalho centrais deve ser equacionada como forma de responder a necessidades da JCP no plano central e da intervenção nas áreas de trabalho que sejam transversais à Organização e, como tal, as organizações regionais e sectoriais devem ter em conta a necessidade e reconhecer a importância de disponibilizar quadros para o trabalho nestes colectivos. Uma vez em funcionamento a sua discussão e actividade deve ser acompanhada e merecer particular atenção por parte da Direcção da JCP.

Desde o 9.º Congresso da JCP registou-se um funcionamento regular do colectivo do AGIT. Foi constituído o grupo de trabalho das Liberdades e Direitos Democráticos. Os do Trabalho Institucional e Sector Internacional têm funcionado de forma mais irregular e insuficiente.

4.6 A JCP E O PCP

A JCP, como organização da Juventude do PCP, é uma organização autónoma com uma direcção própria que desenvolve o seu trabalho de acordo com os seus princípios orgânicos e com os estatutos do programa do Partido, estando salvaguardada a sua capacidade de decisão e uma articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho.

Ao longo destes anos a experiência demonstrou que a JCP desempenha um papel insubstituível de ligação do PCP à juventude, dando a JCP um grande contributo na ligação, com os jovens, com o movimento associativo, no recrutamento de novos militantes e na formação de quadros para o Partido e, para o seu rejuvenescimento.

Também o apoio do PCP ao fortalecimento da JCP é muito importante, nomeadamente na ajuda à criação e desenvolvimento de colectivos da JCP, em zonas em que esta se apresenta com mais dificuldades. O Partido representa assim um papel muito importante no reforço da organização, baseada no respeito fraternal da autonomia, criatividade e capacidade de decisão e acção dos jovens comunistas.

Permitindo que o PCP aumente a sua influência junto dos jovens, a JCP tem como tarefa "esclarecer, unir, organizar e mobilizar os jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz, o socialismo e o comunismo".

GLOSSÁRIO

AAEE – Associações de Estudantes
AFRICOM – Comando dos Estados Unidos para África
ANA – Aeroportos de Portugal
AR – Assembleia da República
ASE – Acção Social Escolar
BE – Bloco de Esquerda
CCJ – Conselho Consultivo de Juventude
CDS – Centro Democrático Social
CDU – Coligação Democrática Unitária
CENA – Região da Europa e América do Norte
CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CIA – Agência Central de Inteligência
CJC – Colectivo de Jovens Comunistas
CMJ – Conselho Municipal de Juventude
CNES – Conferência Nacional do Ensino Superior
CNES – Coordenadora do Ensino Secundário
CNJ – Conselho Nacional de Juventude
CRJ – Conselho Regional de Juventude
CRP – Constituição da República Portuguesa
DCES – Direcção Central do Ensino Superior
DN – Direcção Nacional
EDON – Organização da Juventude Democrática Unida
EDP – Energias de Portugal
ENDA – Encontro Nacional de Direcções Associativas
ENES – Encontro Nacional do Ensino Secundário
EP – Entrada Permanente
EPE – Empresa Parque Escolar
ES – Escola Secundária
EUA – Estados Unidos da América
FBI – *Federal Bureau of Investigation*
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FFAA – Forças Armadas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMJD – Federação Mundial da Juventude Democrática
FMJE – Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IAJ – Incentivo ao Arrendamento Jovem
IDP – Instituto de Desporto de Portugal
IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IES – Instituições de Ensino Superior
IFLRY – Federação Internacional da Juventude Liberal
IPJ – Instituto Português de Juventude
IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas – Instituto Superior de Lisboa
IUSY – União Internacional das Juventudes Socialistas
IVA – Imposto de valor acrescentado
IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez

JCP – Juventude Comunista Portuguesa
JCV – Juventude Comunista da Venezuela
JS – Juventude Socialista
KNE – Juventude Comunista Grega
KSM – Juventude Comunista Checa
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo
LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais
LSD – Dietilamida do ácido lisérgico
MAE – Movimento Associativo Estudantil
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MJCF – Movimento dos Jovens Comunistas Franceses
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Orçamento de Estado
OEsec – Organização do Ensino Secundário
OEsup – Organização do Ensino Superior
OGM's – Organismos Geneticamente Modificados
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAE – Programa de Apoio Estudantil
PAI – Programa de Apoio Infra-Estrutural
PAJ – Programa de Apoio Juvenil
PCP – Partido Comunista Português
PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento
PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”
PIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RNAJ – Registo Nacional do Associativismo Jovem
SCUT – (Autoestrada) Sem Custo para os Utilizadores
SDAJ – Juventude Trabalhadora Socialista Alemã
SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
SICAD – Serviço de intervenção nos Comportamentos aditivos e nas dependências
SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida
SMO – Serviço Militar Obrigatório
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TAP – Transportes Aéreos Portugueses
UE – União Europeia
UGT – União Geral de Trabalhadores
UJC – União das Juventudes Comunistas
UJCE – União das Juventudes Comunistas de Espanha
UJS – União da Juventude Socialista



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

WWW.JCP-PT.ORG



**10º CONGRESSO
JUVENTUDE
COMUNISTA
PORTUGUESA**

**5 – 6
ABRIL
2014**

FACULDADE
MEDICINA
DENTÁRIA
LISBOA

AVANTE COM ABRIL!
ORGANIZAR LUTAR TRANSFORMAR